

CESAR SANSON

**TRABALHO E SUBJETIVIDADE: DA SOCIEDADE INDUSTRIAL
À SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL**

**Tese apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Doutor em Sociologia,
Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes
da Universidade Federal do Paraná.**

**ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Silvia Maria de
Araújo**

**Curitiba
2009**

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	iii
RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
INTRODUÇÃO.....	1
TRABALHO, SUJEITO E SUBJETIVIDADE:.....	5
UMA QUESTÃO METODOLÓGICA.....	5
CAPÍTULO I.....	16
TRABALHO E SUBJETIVIDADE NA SOCIEDADE INDUSTRIAL.....	16
1.1 – Trabalho, sujeito e subjetividade.....	16
1.2 – O trabalho em metamorfose: do medievo à sociedade industrial.....	22
1.3 – A introdução da maquinaria e o seu efeito na subjetividade operária.....	37
1.4 – Fetichismo: Mercadoria, trabalho e subjetividade.....	51
1.5 – O sujeito do trabalho no modelo taylorista-fordista: Aspectos da subjetividade.....	55
1.6 – A subjetividade que se faz classe.....	65
CAPÍTULO II.....	69
TRABALHO E SUBJETIVIDADE NA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL.....	69
2.1 – A economia do imaterial.....	69
2.2 – O caráter transformador da Revolução Informacional.....	75
2.3 - Trabalho imaterial.....	84
2.4 - O chão de fábrica pós-fordista.....	96
2.5 – Subjetividade, trabalho e a produção do comum.....	101
2.6 - Sujeito do trabalho e subjetividade. A contribuição foucaultiana.....	108
CAPÍTULO III.....	115
PRODUÇÃO BIOPOLÍTICA.....	115
3.1 – Trabalhadores híbridos.....	115
3.2 – A subjetividade pós-fordista: a comunicação, o conhecimento e a cooperação.....	118
3.3 – O chão de fábrica está em reviravolta.....	121
3.4 – A comunicação: a fábrica fala.....	123
3.5 – O conhecimento: ‘roubado’ pelo capital, mas não controlado.....	127
3.6 – A cooperação: a subjetividade como força produtiva e biopolítica.....	132
3.7 – A subjetividade que se faz multidão.....	139
CONCLUSÃO.....	146
REFERÊNCIAS.....	151

AGRADECIMENTOS

Dentre as pessoas e organizações que contribuíram com esta tese, começo agradecendo a minha orientadora, Prof^a Dr^a Silvia Maria de Araújo, pela serenidade na condução de sua orientação. Agradeço o seu rigor acadêmico, as suas inquietantes interpelações e as importantes sugestões realizadas. Creio que a sua orientação fez-me um pesquisador melhor, na medida em que exigiu a adoção de um método de trabalho que levasse em conta a necessidade de explorar a essência dos conceitos e das categorias em debate. É sua a motivação da importância de uma descrição metodológica sobre a pesquisa de campo. Faço questão de registrar o seu método de trabalho, de respeito à linha de opção da pesquisa mas, ao mesmo tempo, de fortes questionamentos às lacunas apresentadas entre a macro-teoria e o objeto de pesquisa. Em muitos momentos, a orientação assumiu um caráter de debate sobre a produção teórica, fato que enriqueceu a tese.

Ao professor Dr. Inácio Neutzling, mais do que professor, um amigo e companheiro, agradeço pelo incentivo para que retomasse os estudos ainda em meados da década de 1990. Foi com ele – como colega de trabalho no Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores (CEPAT) – que recuperei o gosto pela produção intelectual e aprendi a perseguir o rigor na reflexão e a busca de qualidade na produção de tudo que se faz, algo que busco com esforço. Mas, sobretudo, sou grato pela iniciação à reflexão teórica dos temas de fundo sobre o mundo do trabalho. É dele a instigação para mergulhar na reflexão teórica sobre os temas de fronteira que se apresentam no mundo de trabalho em metamorfose. Sou grato ainda a sua participação na banca de qualificação e as pertinentes observações. Na mesma linha, agradeço ao companheiro, hoje professor da Unicamp, José Dari Krein, com quem há muitos anos, desde a época em que militávamos na Pastoral Operária, travo discussões sobre a vida dos trabalhadores. Como amigo, Dari acompanhou minhas inquietações nesse projeto de pesquisa e me deu força e incentivo. Outras pessoas muito me ajudaram no percurso desse trabalho. Entre elas, agradeço a Darli Sampaio e a André Langer, ambos pesquisadores do CEPAT e parceiros de trabalho. Eles são testemunhas de minhas angústias e, ao mesmo tempo, estiveram entre aqueles que mais me apoiaram, criando

condições para que desenvolvesse a tese. Sou grato ainda pelos constantes debates que realizamos entre nós, formal e informalmente, que subsidiaram minha reflexão.

Estendo os meus agradecimentos às professoras Dr^{as}. Denise Camargo e Benilde M. Lenzi Motim, ambas da Universidade Federal do Paraná (UFPR); a primeira, na qualidade de participante da banca de qualificação e de defesa e, a segunda, como orientadora de minha dissertação de mestrado e que me acompanha há muito tempo, inclusive no Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade (GETS) da UFPR. Faço uma menção especial ao professor Dr. Giuseppe Cocco, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que me auxiliou na introdução da literatura do trabalho imaterial, e ao seu esforço em “trazer”, para o Brasil, autores da sociologia do trabalho até então pouco abordados. Um agradecimento carinhoso a Dorlí Hofstaetter, pela revisão ortográfica da tese, trabalho que realizou com esmero e generosidade, auxiliando para uma redação esmerada do texto.

Finalmente, entre as pessoas a serem lembradas e as quais estendo meus agradecimentos, destaco os trabalhadores e trabalhadoras das montadoras que constituíram o grupo de conversação, não as citando nominalmente em função da discricção da pesquisa acadêmica. Esses trabalhadores e trabalhadoras foram peça-chave no projeto, aproximando-me do chão de fábrica e relatando, com detalhes preciosos, as mudanças em curso no mundo fabril. Eles sabem da importância que assumiram na pesquisa e, mais do que um grupo de conversação momentâneo, tornaram-se companheiros de uma jornada que não se interromperá, uma vez que se trata de uma pesquisa permanente.

Entre as instituições, agradeço à organização em que trabalho e que considero parceira na tarefa que realizei – o Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores. Aliás, jamais teria me lançado a essa atividade sem esse apoio institucional. O CEPAT é responsável por parte considerável dos conhecimentos que adquiri e pelo tempo que proporcionou para que eu pudesse me dedicar a este trabalho. Manifesto também gratidão ao Núcleo de Pesquisa de Estudos Sindicais do Paraná (NUPESPAR), vinculado ao Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade (GETS) do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Como membro desse grupo, tive a oportunidade de participar de debates e eventos que enriqueceram o meu

horizonte de pesquisador. Faço menção ainda à UFPR, pela excelência acadêmica e que, por ser pública, tornou possível minha pós-graduação.

Concluindo, faço referência aqui – sem citar nomes – a centenas de trabalhadores e trabalhadoras que conheci, ao longo de minha vida, na Pastoral Operária, na Oposição Sindical Metalúrgica de Curitiba, na Central Única dos Trabalhadores (CUT), no Partido dos Trabalhadores, organizações essas em que trabalhei e onde muito aprendi. O substrato das lutas travadas com generosidade, por essas pessoas, está indiretamente presente neste trabalho.

Finalmente, e como última, mas também como a primeira lembrança, dedico esse esforço para a Moema, o Tobias, o Tomas e a Rebeca. A vocês quatro, obrigado pelo carinho, auxílio e compreensão.

RESUMO

Os últimos anos do século XX imprimiram uma nova configuração à sociedade do trabalho. Assiste-se a mudanças profundas que alteram significativamente o modo produtivo e desorganizam o mundo do trabalho que se conhece. No epicentro do deslocamento, encontra-se a emergência da economia do imaterial e do trabalho imaterial. Essas características estão modificando o modo produtivo e, mais do que isso, a relação do trabalhador com o seu trabalho. Estamos transitando da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial, da sociedade do trabalho da reprodução à sociedade do trabalho da bioprodução. Uma passagem da reprodução da vida à produção da vida. Da sociedade do biopoder à biopolítica. Uma transição que envolve uma ressignificação do conceito força de trabalho. A sociedade industrial, taylorista/fordista, mobilizou massas enormes de trabalhadores e os empurrou para uma divisão técnica do trabalho que lhes reservava tarefas simples e repetitivas. A sociedade industrial cindiu o operário e reduziu-o a uma máquina produtiva. Assiste-se, agora, a uma transformação significativa do sujeito do trabalho na sua relação com a produção. A sociedade pós-industrial, sob a hegemonia qualitativa do trabalho imaterial, tendo em sua base o conhecimento, a comunicação e a cooperação, faz emergir uma outra subjetividade que, ao mesmo tempo em que é requerida pelo capital, preserva a sua autonomia e é portadora de emancipação.

Palavras chaves: Trabalho, Sujeito do trabalho, Subjetividade no trabalho, Trabalho imaterial, Sociedade pós-industrial.

ABSTRACT

The last years of the 20th century have given a new design to the working society. Profound transformations happened which changed deeply the mode of production and disorganized the working world we used to know. Right in the core of this displacement it emerges the immaterial economy and the non-material work. These traits are modifying the mode of production and, even more, the relationship between the worker and his work. We are moving from the industrial society to the pos-industrial society, from the society of reproduction work to one of bio-production work. A transition from reproductive life to the production of life; from the society of bio-power to one of bio-politics. This transition implies a new signification for the concept of working force. The industrial society, from Taylor and Ford inspiration, hired a massive amount of workers and pushed them into a technical division of labor, giving them simple and recurring tasks. The industrial society split the manual worker and reduced him into a productive engine. Now it can be seen the significant transformation of the subject person of work in relationship with production. The industrial society, under the qualitative preeminence of the immaterial work, having its roots grounded in knowledge, communication and cooperation, gave birth (made arise) another subjectivity required by Capital but which, at the same time, preserves the worker's autonomy and, hence, turns possible his emancipation.

Key words: Work; Subject of work; Subjectivity in work; non-material work; pos-industrial society.

INTRODUÇÃO

Nomear hoje o pós-fordismo como possibilidade realística, mesmo que ainda não real, de evolução do capitalismo industrial, significa mudar o significado dos problemas com os quais nos defrontamos até hoje e nos permite não nos limitarmos às dificuldades do presente, mas de olhar com resolução o diferente que se aproxima, rico de incógnitas e verdade, mas também de futuro – Rullani.

Trabalho, sujeito e subjetividade são as categorias orientadoras dessa tese. Por detrás de todo trabalho existe um sujeito portador de uma subjetividade. Essa tríade se retroalimenta. O sujeito transforma o trabalho e, por ele, é transformado. Essa permanente simbiose recursiva produz subjetividade que, por sua vez, incide na constituição do sujeito e no trabalho que ele realiza. Pretende-se demonstrar como essas categorias interagem em diferentes momentos históricos – na sociedade industrial e pós-industrial.

A tese orienta-se pelas seguintes hipóteses: 1º - Está-se transitando da sociedade industrial, fordista, para a sociedade pós-industrial, pós-fordista, e o trabalho, o sujeito do trabalho e a subjetividade manifesta no trabalho passam por mutações significativas; 2º - O sentido do trabalho – como ele é concebido, experimentado, interpretado, valorado e vivido –, qualidades associadas à subjetividade, assume características distintas nos diferentes períodos históricos; 3º - O trabalho na sociedade industrial, fordista, conformou um sujeito no trabalho, que produziu uma subjetividade específica que se caracteriza, por um lado, como subjetividade assujeitada, reprodutora da lógica do capital e, por outro, como resistência, na medida em que ações coletivas contrapõem-se à exploração do capital; 4º - Uma das características centrais da sociedade pós-industrial é a crescente hegemonia qualitativa, não quantitativa, do trabalho imaterial e, nessa perspectiva, a concepção clássica da categoria trabalho da sociedade industrial e do sujeito imbricado a ela, demonstra-se insuficiente para dar conta das mudanças em curso; 5º - Na sociedade pós-industrial, a nova forma de organizar o trabalho requer, do sujeito do trabalho, a utilização de recursos imateriais: o conhecimento, a comunicação e a cooperação. O capital, ao requerer essa força de trabalho imaterial como forma e mecanismo central no processo produtivo, permite a conformação de uma subjetividade que se manifesta como biopolítica e potencializa a ruptura com o capital, ao menos

como possibilidade; 6º - Sob a perspectiva da ação coletiva e da luta social, a metamorfose em curso, do trabalho, do sujeito do trabalho e da subjetividade manifesta na sociedade pós-industrial, coloca em cena a multidão no lugar da classe.

Dois esclarecimentos: as categorias trabalho, sujeito do trabalho e subjetividade, abordadas no singular, têm o propósito de compreender a movimentação estruturante que se processa no mundo trabalho, ou seja, não se trata de uma interpretação dessas categorias focadas no indivíduo, mas sim naquilo que esses conceitos fundam de universalidade e permitem uma leitura da totalidade das grandes mudanças em curso. Em suma, deseja-se interpretar o sujeito do trabalho no sentido marxista, como aquele que é portador e capaz de realizar mudanças. Segundo, a subjetividade, categoria chave na constituição do sujeito do trabalho contemporâneo, é sempre vista atinente ao trabalho, ou seja, não se pretende uma compreensão da totalidade do conceito da subjetividade – a sua abordagem restringe-se à categoria trabalho.

As características das categorias analíticas em mutação, do trabalho, do sujeito do trabalho e da subjetividade constitutivas à sociedade pós-industrial – ponto de chegada da tese – são interpretadas a partir de uma pesquisa de campo. Ao aporte teórico somou-se o desenvolvimento de uma metodologia de verificação denominada “grupo de conversação”¹. Durante dois anos, um grupo de trabalhadores do chão de fábrica, de quatro montadoras, instaladas na Grande Curitiba (Estado do Paraná)², reuniu-se regularmente para dialogar, trocar opiniões e debater as suas experiências de trabalho. A opção de reunir trabalhadores de montadoras deve-se ao fato de nelas serem identificados elementos que internalizam o que se denomina de capital produtivo da sociedade pós-industrial. São plantas industriais tributárias da Revolução Tecnológica com elevado grau de informatização no processo produtivo e que, ao mesmo tempo, adotam padrões organizacionais pós-fordistas de organização do trabalho no chão de fábrica. Destaque-se que há uma consciência de que não são as montadoras automotivas as pontas de lança do capital informacional, nicho no qual se manifesta de forma mais evidente o impacto da sociedade pós-industrial. Entretanto, a opção em dialogar com trabalhadores do chão de fábrica de montadoras, para identificar a emergência de uma outra possível subjetividade, justifica-se na medida em que permite observar empresas

¹ - O desenvolvimento desse método de pesquisa é descrito na metodologia.

² - Das quatro montadoras, duas são automotivas, uma de veículos pesados e a outra de implementos agrícolas.

com características bem definidas e que, já seculares, encontram-se em transição de um tipo de organização do trabalho (sociedade industrial) para outro (sociedade pós-industrial). As conclusões, portanto, aqui emitidas, são resultantes por um lado, da reflexão e da pesquisa já realizada por diferentes autores e, por outro, das conversas realizadas com o grupo de operários.

Três capítulos integram a tese. No primeiro, *Trabalho e subjetividade na sociedade industrial* analisa-se: a) a compreensão das categorias trabalho, sujeito e subjetividade; b) a transitoriedade do sujeito e do sentido do trabalho da sociedade do medievo à sociedade industrial; b) a conformação que o trabalho assume nos primórdios da Revolução Industrial relacionado ao tema da subjetividade; c) fetichismo, mercadoria e trabalho, base da subjetividade assujeitada; d) a caracterização do sentido do trabalho no fordismo; e) os contornos do sujeito e da subjetividade no trabalho na sociedade industrial; f) a subjetividade como classe.

No segundo capítulo, *Trabalho e subjetividade na sociedade pós-industrial*, o esforço consiste em interpretar a radical mudança que se processa no mundo do trabalho, na transição da sociedade industrial à sociedade pós-industrial. Aborda-se: a) a emergência da economia do imaterial; b) a mutação das forças produtivas a partir da introdução das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC), tendo em sua base o conhecimento como o principal recurso produtivo; c) a caracterização, fundamentação e definição do conceito de trabalho imaterial; d) a descrição do chão de fábrica pós-fordista; e) a partir dos elementos anteriores, procura-se pôr em evidência a subjetividade no trabalho que emerge, ainda embrionária, nessa nova forma de organizar o trabalho; f) a contribuição de Foucault ao tema da subjetividade.

Identificar os principais aspectos da subjetividade, que se produz a partir do sujeito do trabalho na sociedade pós-industrial, é o objetivo do capítulo III – *Produção biopolítica*. Em análise: a) as características da subjetividade requeridas pela nova organização do trabalho; b) o perfil do trabalhador do chão de fábrica da sociedade pós-industrial; c) a comunicação, o conhecimento e a cooperação como elementos centrais do novo paradigma produtivo; d) a subjetividade como biopolítica; e) a subjetividade que se faz multidão.

A tese sustenta que, se por um lado, a nova realidade do trabalho, sob a perspectiva da subjetividade, permite a interpretação de que estamos diante de uma

nova forma de exploração, por outro, pode ser interpretada como possibilidade – no sentido de potencialidade – de emancipação, uma vez que a nova forma de organizar o trabalho, sob a hegemonia qualitativa do trabalho imaterial, tendo em sua base a comunicação, o conhecimento e a cooperação, faz emergir uma outra subjetividade que, ao mesmo tempo em que é requerida pelo capital, preserva a sua autonomia e apresenta características emancipatórias – vale o registro de que, em todo momento, alerta-se para o fato de que essa sociedade do trabalho não é hegemônica. Defende-se a idéia de que o sujeito do trabalho na sociedade industrial e a subjetividade produzida nesse período permitiram o surgimento da classe como a protagonista da resistência à exploração do capital. No novo momento histórico – da sociedade pós-industrial – o protagonismo tende a ser exercido pela *multidão*, resultante de uma outra subjetividade que se alimenta de um novo sujeito do trabalho – biopolítica.

A tese parte do princípio de que há coisas novas no mundo do trabalho³. Está-se diante de um momento semelhante àquele que emergiu em meados do século XVIII, quando a sociedade foi sacudida por transformações significativas. Na oportunidade, o mundo do medievo e o seu enquadramento sociopolítico, definido a partir daquilo que se denominou de feudalismo ou sistema feudal, foi deixado para trás e uma outra sociedade surgiu sob os seus escombros. A realidade do trabalho alterou-se profundamente. Com o surgimento da Revolução Industrial, o trabalho de desprezível passa a virtude, considerado de maneira ambivalente: indispensável mas indesejável; passa a ser valorizado e, mais do que isso, torna-se fator decisivo e explicativo da nova ordem econômica, política e social. O sujeito do trabalho da sociedade industrial configura características específicas que produzem uma determinada subjetividade, que conformou o que se denominou de classe operária.

Está-se frente a um momento histórico semelhante à transição da sociedade feudal à industrial. Assiste-se à passagem da sociedade industrial à pós-industrial. Nessa transição, já é possível identificar um sujeito do trabalho distinto do período anterior, como também distinta é a subjetividade que se produz – a classe operária assume outro contorno.

³ - A afirmação é recolhida da expressão latina *Rerum Novarum* (Das coisas novas) que nomeou a encíclica do Papa Leão XIII de 1891, e versava sobre as condições das classes trabalhadoras. Na encíclica, a Igreja pronuncia-se sobre as conseqüências da Revolução Industrial na vida dos operários e da sociedade. Com certo sobressalto anuncia que “coisas novas” estão acontecendo e procura desvendá-las.

TRABALHO, SUJEITO E SUBJETIVIDADE: UMA QUESTÃO METODOLÓGICA

O presente trabalho é resultado de uma tecitura que foi se construindo ao longo do tempo de pesquisa. O objeto de pesquisa em questão assume o caráter de uma metodologia em contínua construção, resultante de um itinerário que se fez de entrelaçamentos de pessoas, grupos, organizações, leituras, estudos e debates. O texto ora apresentado é resultado da aproximação com o mundo operário, a partir de duas dinâmicas: o contato permanente com grupos de trabalhadores e o estudo acerca das mudanças que se processaram no mundo do trabalho nos últimos 30 anos.

O mundo do trabalho concerne a um universo que se refere a duas realidades: a do trabalhador (que vive do trabalho) e a do capital (que organiza o trabalho). Essas duas realidades se metabolizam em uma só, guardando, entretanto, diferenças que se manifestam na oposição entre aqueles que possuem o controle dos meios de produção e aqueles que vendem a sua força de trabalho. A particularidade dessa divisão social está no fato de que os únicos que agregam valor ao trabalho são os trabalhadores e quem se apropria desse valor acrescentado são os detentores do capital. Aqui surge o conflito, porque os trabalhadores lutam por uma distribuição equitativa desse *plus* que foi acrescentado (MARX, 1985a). Na essência, o mundo do trabalho é o resultado que se estabelece na tensão entre os interesses do capital versus os interesses do trabalho. O mundo do trabalho comporta ainda outro componente importante: a ideologia. O mundo do trabalho produz ideologia. Quem auxilia na compreensão desse fenômeno é Marx (1985 – vol. I: 45) quando fala da alienação ou do estranhamento a que é submetido o trabalhador no processo produtivo: “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo”, ou seja, trata-se de um objeto produzido pelo trabalhador, mas situado fora de dele. A mercadoria assume vida por si mesma e ela é o ponto de fratura do fluxo social. A partir dela, Marx se desloca para o valor, o dinheiro, o capital, o lucro, a renda, os juros – formas cada vez mais ocultas e sofisticadas da supressão do trabalhador no processo produtivo. Marx vai se referir a esse processo de ruptura – entre o trabalhador e o resultado do seu trabalho –, não como alienação, mas como fetichismo. O fetichismo da mercadoria é, em consequência, a penetração da lógica capitalista no núcleo do ser do

trabalhador. No capitalismo, o modo de produzir leva a uma objetivização do sujeito e a uma subjetivização do objeto. A novidade hoje no mundo do trabalho reside no fato que o capitalismo em sua capacidade permanente de se reciclar passa por um novo estágio de acumulação. Essa acumulação se faz sobretudo pelo caráter inovador da Revolução Informacional (Tecnológica) que vem permitindo uma profunda reorganização do aparelho produtivo. Hoje se exige mais do trabalhador; não apenas o seu trabalho material, mas também o seu trabalho imaterial. Demanda-se um trabalhador que, para além de sua energia física, contribua com sua inteligência. Nesse sentido, o mundo do trabalho se tornou mais complexo. Agrega-se ainda aos fatores anteriores, o ataque de ordem econômico e política ao mundo do trabalho. A regra é a da desregulamentação, flexibilização e precarização do trabalho. Trata-se de um conjunto de ações que levam à desestruturação das regras anteriores que organizavam o trabalho na sociedade. Interessam nesta tese, sobretudo, os elementos que dizem respeito aos aspectos da produção da subjetividade, ou seja, identificar as características do conjunto dos trabalhadores, enquanto sujeito coletivo, num mundo de trabalho em metamorfose.

A observação das lutas operárias, o contato com trabalhadores de diferentes categorias, a inserção profissional em uma instituição – o Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores (CEPAT) que tem como um dos focos centrais de suas atividades o estudo das transformações socioeconômicas e ético-culturais e do mundo do trabalho – e a participação no Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade (GETS) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com registro no CNPq, contribuíram para a formulação do objeto da presente pesquisa.

O tema da pesquisa surge nesse encadeamento metodológico da interação entre o que se “vê” – a realidade do trabalho, o diálogo com os trabalhadores, e o que se “lê” – a apropriação do conhecimento já produzido e o debate com os outros pesquisadores. Nenhuma dessas dinâmicas prevalece sobre a outra. Ambas são determinantes e indissociáveis na produção do conhecimento. A tese apresentada desenvolve-se em duas frentes: na elaboração teórica, o desenvolvimento da teoria, dos conceitos e das categorias que permeiam a análise e, simultaneamente, numa pesquisa de campo.

A construção teórica para interpretar a realidade

Na elaboração teórica, compreende-se o desenvolvimento da teoria como o arcabouço de princípios e definições que dão organização e lógica explicativa ao conjunto da pesquisa. Por conceitos, entende-se conteúdos específicos da teoria que focalizam determinados aspectos hierarquizando-os (Sociedade Industrial e Sociedade Pós-Industrial) e, por categorias, os conteúdos relevantes expressando os aspectos fundamentais do projeto de pesquisa em debate (trabalho, sujeito e subjetividade).

A pesquisa de campo e o chão de fábrica

O método utilizado na pesquisa de campo denomina-se de “grupo de conversação” e perseguiu a verificação da possível conformação de uma “nova” subjetividade no trabalho, valendo-se de um grupo de trabalhadores, que se reuniu regularmente. Durante dois anos, esses trabalhadores e trabalhadoras reuniram-se para conversar, dialogar, debater, trocar opiniões e informações sobre o seu trabalho, sua vida, suas aspirações, suas frustrações e projetos. Em comum, está o fato de que os trabalhadores são de indústrias automotivas e do chão de fábrica.

A opção pelo chão de fábrica – o ambiente em que se dá a produção material – como principal referência analítica das mudanças que acontecem no mundo do trabalho, se deve ao fato de que é o local por excelência da manifestação do conflito entre as forças produtivas do capital e do trabalho. É nele que se desvela a essência do processo produtivo ao colocar face a face interesses antagônicos. A realidade nua e crua da exploração se explicita no chão de fábrica. É no *locus* produtivo que, se por um lado, ocorre o assujeitamento dos que trabalham, por outro, os mesmos passam a se reconhecer como classe social, a partir da identidade que constroem em oposição àqueles que são os proprietários dos meios de produção e ditam a forma, o conteúdo e o ritmo do trabalho. O chão de fábrica, consoante às mudanças fabris, vem se alterando. Constituíam-se como oficina no período que antecede a Revolução Industrial, espaço reduzido em que poucos trabalhavam de forma artesanal e cooperativada; evoluiu para o sistema de manufatura já nos primórdios do capitalismo industrial, situação na qual aumenta o número daqueles que trabalham juntos, submetidos a uma divisão técnica do

trabalho que parceliza funções; e desemboca no sistema da grande fábrica, ápice da evolução das forças produtivas, que encerra um grande número de trabalhadores em grandes espaços, despecializando-os e subordinando-os a tarefas rotineiras. O chão de fábrica da sociedade pós-industrial guarda similitude com o da sociedade industrial, porém, há alterações significativas que o fazem diferente. As mais importantes, entre elas, são duas: a adoção de um novo padrão tecnológico e de um novo padrão organizacional. Saem os tornos mecânicos e entram os “tornos” CNC, a robótica substitui tarefas antes atribuídas a trabalhadores, programas e *softwares* se tornam o cérebro produtivo. O que não muda é a esteira rolante, mas a mesma ganha sofisticação em sua evolução infra-fábrica. A esteira não tem um começo e um fim perceptível, não se dispõe de forma retilínea como anteriormente, mas se torna sinuosa atravessando ilhas de produção. Muda também o padrão organizacional. Os trabalhadores já não estão dispostos em fileiras cerradas – “um posto de trabalho, um homem”. No lugar da especialização da tarefa, surge a polivalência, a especialização em mais de uma tarefa; no lugar do trabalho solitário, emerge o trabalho em equipe. O chão de fábrica se faz menos assimétrico e mais horizontal. Específico do novo modo produtivo no *locus* do trabalho é que se soma à energia física exigida, a energia intelectual. Há, porém uma realidade que não se altera no chão de fábrica em sua permanência histórica, e por isso é a principal referência e objeto de estudo: o conflito. É no chão de fábrica que se configura a condição operária e, é ele, o laboratório das lutas sociais dentro da empresa.

Os critérios para a seleção dos trabalhadores participarem do grupo de conversação foram os seguintes: 1) Trabalhadores de indústrias automotivas. Essa opção deve-se ao fato de que essa indústria é paradigmática de um tipo de capital produtivo que está transitando de um determinado modelo de organização do trabalho para outro. Originária da forma de organizar o trabalho da Revolução Industrial, a indústria automotiva assume rapidamente as mudanças trazidas pela Revolução Informacional, e passa a reunir os principais elementos de organização do trabalho denominada de pós-fordista. 2) Trabalhadores do chão de fábrica, lugar em que se verifica a adoção de métodos inovadores de organização do trabalho, particularmente do trabalho em equipe. 3) Trabalhadores de diferentes fábricas. Considera-se aqui a possibilidade de confrontação de experiências diferenciadas ou não, de descrição do lugar específico de trabalho de cada um, de comparação entre eles, de suas realidades de

trabalho, de troca de informações. 4) Trabalhadores jovens. A opção é priorizar, o quanto possível, trabalhadores que tenham tido poucas experiências anteriores de trabalho. Uma outra característica, comum ao grupo, é o fato de que se trata de trabalhadores com um razoável grau de consciência política. Todos eles, em menor ou maior grau, possuem algum tipo de militância social ou interseção familiar – pessoas de família com experiência militante no mundo sindical – que os diferencia da média do conjunto dos trabalhadores. Essa opção foi feita em função da expectativa de que o grupo exercesse uma análise crítica das condições que os envolvem no trabalho. Constituem o grupo de conversação cinco trabalhadores, sendo quatro homens e uma mulher. O grupo realizou para fins desta pesquisa sete encontros, com uma média de 2 a 3 horas por reunião.

Compõem o grupo os seguintes trabalhadores(as)⁴: João: trabalha na montadora B, no departamento de engenharia de produção e exerce a função de projetista. Lida com *softwares* de produto no âmbito da ferramenta *Computer Aided Design* (CAD). Sua tarefa é a de projetar peças destinadas à usinagem, nas máquinas de controle numérico computadorizado (CNC). Como a ferramenta exige o conhecimento de inglês e são comuns reuniões virtuais com projetistas de outras unidades mundiais, dedica-se ao estudo da língua e tem como projeto realizar a faculdade de engenharia mecânica. Pedro: trabalha na montadora C, na área de engenharia de manutenção e exerce a função de técnico de manutenção. Sua função é a de aperfeiçoar e desenvolver *softwares* aplicáveis à manutenção das máquinas CNC. Desenvolve o trabalho em um laboratório de simulação, aferindo as performances das máquinas com o objetivo de ajustá-las para padrões de maior produtividade. Possui curso técnico em eletromecânica e tem, como projeto de estudo, o aprendizado da língua utilizada na matriz de sua empresa. Raul: trabalha na montadora A, na área de remanufatura de motores e exerce a função de ajustador de motor 02. Divide o trabalho ocupacional com a tarefa de membro da comissão de fábrica. Exerce, entretanto, na maior parte do tempo, a atividade de liderança sindical dentro da fábrica. Nessa função transita pela fábrica, comunica-se constantemente com os trabalhadores de outros setores, participa de reuniões, apresenta as demandas dos funcionários junto à direção, negocia em nome dos trabalhadores. Define-se como um trabalhador político e possui o ensino médio. Sofia: trabalha na

⁴ - Os nomes aqui utilizados são fictícios.

montadora A na linha de montagem, exercendo a função de montadora de motores; em sua atividade as tarefas são repetitivas, entretanto, alterna o trabalho cotidiano em razão do princípio da polivalência definido pela própria equipe de produção da célula; tem curso superior. Fabrício: trabalha na montadora D, na área de linha de montagem – plataforma 1 das carrocerias – exercendo a função de montador em uma célula que adota o sistema de rodízio de trabalho: a cada 1h30min troca-se de função. Possui o ensino médio.

Os participantes trabalham em montadoras distintas localizadas na Grande Curitiba, a saber⁵: A) Uma montadora de veículos pesados e semi-pesados que se instalou na Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em meados dos anos 70. A planta industrial fabrica uma média de 76 caminhões/dia (56 pesados e 20 semi-pesados) e 07 ônibus/dia em dois turnos. Trabalham na empresa 3.500 funcionários, sendo 1.100 terceirizados. O grau de automação da unidade atinge 30% e, proporcionalmente, é maior na usinagem e na linha de produção de motores. O processo de produção é organizado em grandes ilhas de produção (usinagem, montagem de motores, montagem de chassi, linha de solda, linha de pintura, setor de logística, ajuste final). Dentro das ilhas de produção encontram-se as Equipes Auto-Gerenciáveis (EAG). O índice de rotatividade é baixo e o tempo médio de trabalho na empresa é de 07 anos. B) Uma montadora de máquinas agrícolas instalada na Cidade Industrial de Curitiba (CIC) desde meados de 1970. A planta industrial fabrica de 60 a 70 tratores/dia e 20 colheitadeiras/dia em três turnos que não atingem todos os setores produtivos. Trabalham na empresa aproximadamente 3 mil funcionários, sendo mil terceirizados. O grau de automação é próximo a 100% na linha de usinagem e na estamparia, entretanto é residual na linha de montagem. O processo produtivo é distribuído em ilhas de produção e, dentro dessas, equipes de trabalho denominadas de células. O tempo médio de trabalho na empresa é de 05 a 06 anos. C) Uma montadora de veículos instalada em São José de Pinhais, em 1997, com produção diária de 600 a 800 veículos/dia (carros e utilitários). O número de funcionários ultrapassa 6 mil, sendo próximo a mil

⁵ - Os dados são de junho de 2008. Duas fábricas (A e D), dentre as quatro, foram visitadas. As visitas foram coordenadas através do projeto de pesquisa *A indústria automobilística no Paraná: relações de trabalho e novas institucionalidades*, coordenado pela professora Dr^a. Sílvia Maria de Araújo do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). As informações sobre as empresas foram repassadas pelos trabalhadores que compõem o grupo de conversação.

terceirizados. O índice de automação é próximo a 50%, sendo maior a percentagem na usinagem. O processo produtivo organiza-se a partir de células de produção, com equipes de 10 a 12 trabalhadores, incorporadas às Unidades Elementares de Trabalho (UET). O tempo médio de trabalho na empresa é de 05 anos. D) Uma montadora de veículos instalada em São José dos Pinhais, em 1999. A empresa produz uma média de 930 veículos/dia em três turnos. O número de funcionários é de 4.100. Uma particularidade da empresa é que ela abriga, sobre a sua planta, 75 fornecedores que empregam aproximadamente 13 mil trabalhadores. O grau de automação na empresa é superior a 50%. O processo produtivo está organizado em três grandes etapas: estamparia, armação (montagem) e pintura. Os trabalhadores se agregam em ‘times’ de 10 a 15 pessoas e trabalham em ‘ilhas’ de produção. O tempo médio de trabalho na empresa é de 05 anos.

As plantas em análise, embora similares, apresentam características distintas em função de que se instalaram em períodos diferentes. As plantas A e B chegaram no início da década de 1970 e o seu padrão tecnológico, as ferramentas tecnológicas que utilizavam, eram tributárias da Revolução Industrial. Essas montadoras passaram por um processo de reestruturação produtiva – com a incorporação de equipamentos, ferramentas, de automação flexível – e se tornaram “tecnologicamente maduras” (ARAÚJO, 2007: 21). Já as montadoras C e D fazem parte das “montadoras da nova geração” (ARAÚJO, 2007: 131), ou seja, nascem incorporadas à matriz produtiva da Revolução Informacional. A particularidade dessas últimas, para além do fato de já nascerem enxutas e vinculadas à *lean production*, é que se organizam num sistema de relações de trabalho de individualização que reorganizam os atores do mundo do trabalho, ou seja,

as relações de trabalho disputam cada vez menos espaço social, seja pelo fato de a regulação ser dispensada, seja porque no interior das empresas, a horizontalidade das posições acata o discurso organizacional prevalecente e toma por consenso uma participação circunscrita aos limites do trabalho-meta dos grupos. Reproduz-se o fenômeno da individualização sob a aparência relacional da natureza coletiva sempre que a ‘negociação circunstancial’ der o tom da ação sindical (ARAÚJO, 2007: 160).

A crescente individualização das relações de trabalho é um tema relativamente novo no mundo do trabalho e apresenta novos desafios. Essa individualização é particularmente importante na formação de novos elementos que se agregam à subjetividade dos trabalhadores.

Todas as montadoras adotam um hibridismo de taylorismo/fordismo-toyotismo no processo produtivo. O taylorismo-fordismo fica por conta de que as linhas de montagem valem-se da velha “esteira rolante”. Embora sejam esteiras hiper-modernas, ao menos em duas fábricas (C e D), elas estão adaptadas para a produção de diferentes modelos simultaneamente. É comum ainda, ao taylorismo/fordismo, a situação em que muitos trabalhadores realizam tarefas repetitivas. O toyotismo está presente na adoção dos princípios da autonomia e o *Just-in-time*, o permanente controle de qualidade e a adoção do trabalho em equipes. Esses conteúdos serão retomados no corpo do trabalho.

Os conteúdos abordados no grupo de conversação seguiram um roteiro pré-elaborado, conduzido, entretanto, com certa flexibilidade. O grupo orientou-se pelos seguintes temas: 1) Histórico de vida e de trabalho, com o relato da trajetória de trabalho de cada um, visando um maior conhecimento entre os participantes; 2) Descrição da empresa em que trabalha, do histórico da empresa, do seu lugar no contexto produtivo mundial, do número de funcionários, dos terceirizados, dos elementos básicos do processo produtivo – a cadeia produtiva, caracterização das ilhas de produção, célula de produção; do grau de informatização da empresa; 3) Descrição dos métodos de organização do trabalho, tipologia do trabalho em equipe, grau de polivalência no trabalho, autonomia existente no processo produtivo; ritmo de trabalho, relação entre os trabalhadores no chão de fábrica, manifestações de solidariedade, competitividade; 4) Avaliação sobre o sindicato, alegrias e frustrações no trabalho, atividades extra-trabalho, o lugar que o trabalho ocupa na vida, projetos de vida; 5) Resistências manifestas no chão de fábrica, relação dos trabalhadores e a hierarquia, discurso narrativo da empresa (a “fala” da empresa), princípios insistentes da empresa no trabalho, o ‘discurso’ da mobilização e do engajamento do trabalhador, como se efetiva ou não no chão de fábrica.

Compreende-se o conceito discurso a partir do enunciado de Foucault (2007), ou seja, como aquele que se manifesta na sociedade e é portador de uma pretensa verdade, isto é, aquele que constrói uma versão de determinada realidade ao produzir

representações sobre objetos e conceitos. O discurso nunca é neutro, ele é carregado de ideologia, porém é realizado como se não o fosse e dissimula conflitos. O discurso da empresa atende a determinados interesses nem sempre explícitos e carrega consigo argumentos que se apresentam como verdadeiros e inquestionáveis com o objetivo de convencer os trabalhadores ao consentimento de sua estratégia empresarial. Tome-se como exemplo o discurso empresarial do engajamento. A fala do capital repetida à exaustão é de que a nova ordem econômica internacional exige competitividade, sendo que um dos elementos centrais nessa disputa de todos contra todos é o *plus* que cada trabalhador aporta ao processo produtivo que, somado aos dos outros, permite o diferencial na conquista de mercados. Ora, trata-se de uma estratégia que atende ao interesse da empresa na medida em que trabalhadores engajados aumentam a produtividade, mas que jogam os trabalhadores uns contra os outros. Via de regra, o discurso empresarial vendido como verdade é aceito pelos trabalhadores, porque o discurso dos trabalhadores também comporta ideologia na medida em que se vale de determinado senso comum disseminado no conjunto da sociedade e apresenta “verdades” que do ponto de vista de uma leitura de classe não se sustentam, ou seja, os próprios trabalhadores consentem e reproduzem o discurso do capital. Porém, o discurso dos trabalhadores também pode romper ou entrar em confronto com o discurso da empresa, na medida em que passe a denunciar os interesses ocultos pelo capital.

A metodologia empregada no grupo de conversação é de ausência de regras rígidas. O tema é posto em debate e todos são estimulados a falar, a dialogar, a confrontar suas opiniões. Dentre os aspectos inovadores do grupo de conversação está o fato de que mais do que uma simples descrição dos acontecimentos nas fábricas, os participantes passam a interpretar esses acontecimentos, a refletir sobre as iniciativas da empresa, sobre o caráter e significado da forma de organização do trabalho, sobre os propósitos não explícitos incorporados à lógica dos métodos de organização do trabalho.

O grupo de conversação possibilita um olhar para dentro da fábrica a partir de fora, permite um sobrevôo ao todo e realiza *links* entre o particular e o geral, entre o específico e a totalidade – o particular de sua fábrica e o geral das outras fábricas; o específico do seu trabalho e a totalidade do trabalho dos outros. Isso ocorre, sobretudo

em função da possibilidade do estabelecimento de comparativos, de confrontação das realidades distintas de trabalho, da identificação do que é comum e do que é diverso.

O grupo de conversação transforma-se em um espaço de análise sociológica sobre as razões e os porquês de determinadas ações das empresas e dos próprios trabalhadores. A tese não faz referência e tampouco transcreve afirmações individuais, mas reporta-se a interpretações que dizem respeito a conclusões do conjunto das conversações. A interpretação de cada um é retomada e enriquecida pelo outro, num processo de permanente plasmagem, no qual não se tem uma somatória de falas, mas a produção analítica das situações relatadas. O ambiente criado no grupo de conversação, a partir do conhecimento mútuo e da confiança estabelecida, torna o grupo cúmplice na transparência dos relatos, análises e interpretações. Não há omissão de informações, tampouco receio em se expor por completo.

O grupo de conversação transforma-se ele próprio em metodologia, na medida em que produz seus próprios caminhos de enriquecimento ao debate coletivo. Para dar um exemplo: os participantes do grupo passaram a trazer, para os encontros, materiais (boletins, manuais, revistas, prospectos) de suas fábricas sem que fosse solicitado, para enriquecer informações, dados relatados; em outro momento, foi sugerida a criação de um espaço apenas de formação para os próprios participantes do grupo. Relatos no grupo dão conta de que o espaço de interlocução com os outros permitiu a ampliação de conhecimento sobre determinados aspectos, particularmente daqueles relacionados às especificidades do chão de fábrica de cada montadora.

A avaliação é de que o método do grupo de conversação permite, de certa forma, a junção de outros métodos, entre eles: Grupo Focal, História de Vida e Observação participante. Destacamos que o método utiliza recursos dos métodos citados, mas tem as suas especificidades. Trata-se de um método que, assim como o grupo focal, reúne regularmente um grupo pessoas, entretanto, no caso específico do grupo de conversação, a interação que se produz entre os participantes é distinta do grupo focal. No grupo focal é decisivo o papel do animador que orienta a conversação e de certa forma dirige a conversa. No grupo de conversação, a coordenação, a cargo do pesquisador, estimula-se para que a conversa flua entre os próprios participantes. Nesse sentido, o pesquisador coloca-se como mais um na conversa, mesmo não sendo ele “mais um”. A característica do grupo de conversação é de uma conversa entre os

participantes, de um diálogo, um debate e não de opiniões e/ou respostas sobre determinados assuntos.

O grupo de conversação utiliza-se também dos recursos empregados na observação participante, ou seja, a posição privilegiada do pesquisador que observa determinado grupo, porém no caso, a interação do pesquisador no grupo de conversação é bem maior. Via de regra, na observação participante, o observador evita interferir em demasia na dinâmica do próprio grupo. Já no caso específico, o pesquisador é participante ativo da conversa, mas fica atento para observar não apenas a fala, mas as reações, as alterações, a linguagem empregada, o jogo corporal, que sob a perspectiva da subjetividade, são importantes.

Por último, a técnica do grupo de conversação reúne elementos do método história de vida, na medida em que, com o tempo de reuniões e a proximidade que os participantes adquirem entre si, cada um fica conhecendo a história do outro.

Define-se a metodologia aqui empregada como aquela que se insere na classificação das “metodologias qualitativas” (Minayo, 1999; Martins, 2004) ou ainda “epistemologia da complexidade” (Rey, 1997), as quais, grosso modo, privilegiam a análise de microprocessos através do estudo das ações individuais e coletivas, que se reportam ou permitem uma interpretação da totalidade.

A corrente de pensamento de maior aproximação, que orienta esse trabalho sob a perspectiva metodológica, é a corrente marxista e o seu método dialético. Compreende-se por método dialético o esforço de apreender uma realidade em constante mutação, apreender relações sociais em incessante movimento. O caráter distintivo do método dialético é interpretar os fatos sociais tendo presentes os conflitos constitutivos a ele.

Destaque-se que a metodologia qualitativa solicita uma ativa participação do pesquisador, uma vez que, para além de mero observador ou esquadrinhador de dados e/ou informações, ele se torna um sujeito ativo no processo da pesquisa. Nessa participação ativa encontram-se os perigos e a riqueza da metodologia. Os perigos, em função da interação que se estabelece entre o sujeito e o objeto, podem colocar em risco o rigor científico da pesquisa, e a riqueza, no fato de que o pesquisador entra com a sua intuitividade, criatividade, complexificando o tema da pesquisa e extraindo dele todas as potencialidades.

CAPÍTULO I

TRABALHO E SUBJETIVIDADE NA SOCIEDADE INDUSTRIAL

1.1 – Trabalho, sujeito e subjetividade

O trabalho é toda atividade humana que permite exprimir a individualidade daquele que a exerce. Mas exprimir-se para o outro, portanto, de mostrar ao outro ao mesmo tempo sua singularidade e seu pertencimento ao gênero humano – Méda.

As categorias trabalho, sujeito e subjetividade, como descritas contemporaneamente, constroem-se na modernidade. Particularmente, os conceitos sujeito e subjetividade confundem-se com o advento da modernidade, uma vez que a época pré-moderna é vista como um período que estabelece um interdito ao livre desenvolvimento do indivíduo, no qual prevalecem a heteronomia religiosa e a heteronomia política, aspectos que sufocam o pensar e o agir individual. A emancipação em relação à tutela religioso-eclesiástica e a ruptura com a autocracia fundam a modernidade. Com a modernidade, surge o conceito da autonomia, o direito de recusa daquilo que sempre foi considerado como natural e de conceder-se sua própria lei – o primado do individualismo: “a liberdade de cada um imprimir sua exterioridade com o selo de sua individualidade para nela poder reconhecer-se e fazer-se reconhecer” (MONOD, 2007: 10).

A modernidade inaugura a “soberania do indivíduo”, ou seja, doravante, cada um, em princípio, é livre para optar pela condução de sua vida. Estabelece-se uma autonomização frente às esferas de dominação, seja religiosa ou política, permitindo que se afirme a identidade. Abre-se a possibilidade de uma autofundação do indivíduo para fazer valer o seu julgamento frente aos fatos. Ganha relevo o sujeito como “a vontade de um indivíduo de agir e de ser reconhecido como ator” (TOURAINÉ, 1999: 220). A transição da pré-modernidade para a modernidade equivale à passagem do plano

transcendente para o plano imanente. A consciência e o conhecimento não são considerados como algo passivo, mas desempenham uma função de interpretação e intervenção na relação do sujeito com o objeto/realidade. A razão não está mais nos objetos, na realidade, mas no sujeito. A modernidade funda-se em dois princípios: “O primeiro princípio é a crença na razão e na ação racional, e o segundo, é o reconhecimento dos direitos dos indivíduos, ou seja, afirmação de um universalismo que concede a todos os indivíduos os mesmos direitos seja quais forem seus atributos econômicos, sociais ou políticos” (TOURAINÉ, 2005: 86-87). A modernidade possibilitou a ascensão do sujeito – e intrinsecamente a ele – a instauração da subjetividade prometedora da emancipação.

Por sua vez, o trabalho como categoria central na vida das pessoas e na sociedade surge com a sociedade industrial – uma das manifestações emblemáticas da modernidade. Afirmar que o trabalho é uma categoria explicativa da sociedade antiga encerra certo anacronismo. Primeiro, porque a categoria trabalho tal qual a compreendemos hoje era inexistente; segundo, por se tratar de uma sociedade estruturada pelo não trabalho, e em terceiro, pelas razões anteriores, porque o trabalho não se constituía fator fundante da organização social. Ao mesmo tempo, atribuir ao trabalho o fundamento organizador da sociedade do medievo é um erro, uma vez que o trabalho é pouco valorizado, não está no centro das relações sociais, não é portador de reconhecimento social e é visto, antes de tudo, como predestinação. É a partir da sociedade industrial que o trabalho assume um caráter ontológico.

A reflexão proposta – e desenvolvida em três capítulos – é a de tematizar o sujeito do trabalho e a subjetividade manifesta nas relações de trabalho em distintos períodos históricos: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial. Pretende-se averiguar o exercício da subjetividade e a sua capacidade de produzir emancipação quando confrontada com os interesses do capital. A tese em questão sustenta que, na sociedade industrial, a relação sujeito do trabalho/subjetividade manifesta-se em duas vertentes: uma como assujeitamento que ocorre através da subordinação, alienação e, outra, como resistência que se traduz no conceito de classe. Já na sociedade pós-industrial, a subjetividade do sujeito do trabalho manifestar-se-á como *multidão* – um sujeito social que se compõe naquilo que as singularidades têm em comum. Antes, porém, de iniciar o percurso historicista da relação do sujeito com o trabalho, nas

distintas situações socioeconômicas, destaca-se a compreensão das categorias: sujeito, sujeito do trabalho e subjetividade.

Assume-se aqui a conceituação de sujeito a partir da significação proposta por Foucault (2004) e Touraine (2005): o sujeito como subjetivação histórica, ou seja, um sujeito que se constitui na história. A análise foucaultiana do sujeito é relevante em função do seu método historicista, a constituição do sujeito na história (genealogia), uma abordagem que remete “às diferentes representações do sujeito – e do mundo no qual vive – historicizando a própria noção de história e os paradigmas historiográficos aos quais esta deu lugar” (REVEL, 2006). É na imanência da história que o sujeito foucaultiano se constitui como produto e resistência às técnicas de dominação. Por outro lado, e de forma análoga, em Touraine, o sujeito se forma entrando conscientemente em conflito com as forças dominantes que lhe negam o direito e a possibilidade de agir como sujeito: “O sujeito não é puro exercício de consciência: ele tem necessidade do conflito para que ocorra a ação coletiva” (TOURAINÉ, 2005: 130). Interessa nessa análise, sobretudo, um sujeito específico, o sujeito do trabalho, ou seja, aquele que se transforma em força de trabalho [assalariado] na relação com as forças produtivas [capital]. Esse sujeito do trabalho apresenta-se aqui analiticamente de duas formas: uma enquanto indivíduo que vende a sua força de trabalho ao capital – “Esses operários, constrangidos a vender-se a retalho, são mercadoria” (MARX e ENGELS, 1998: 46) – e, outra, como a unidade dos sujeitos que estabelecem relações de antagonismo com o capital e desenvolvem ações coletivas.

Comumente designa-se ação coletiva como a manifestação exercida por um grupo de pessoas com vistas a um objetivo comum. O ato ou efeito de se manifestar está relacionado a um acontecimento gerador frente ao qual o grupo tem uma mesma opinião, senão unânime, majoritária. A ação coletiva se faz quase sempre em reação a um fato, entretanto, pode também, ser ela a geradora do acontecimento. Quando se pensa a ação coletiva tendo presente o mundo do trabalho e, particularmente, o chão de fábrica, o *locus* produtivo que reúne trabalhadores, o conceito de ação coletiva ganha outro contorno, por ser um “fenômeno capaz de trazer mudanças às estruturas sociais em termos de bem coletivo, por isso remete à existência das classes como atores na sociedade” (ARAÚJO, 2006: 02). Na literatura marxiana, a ação coletiva é um ato de classe, ou seja, a ação concertada por um grupo de trabalhadores em resposta àquilo que

consideram uma injustiça, ou a afirmação de uma pauta de reivindicações em defesa de seus interesses: “começam a formar coalizões contra os burgueses e atuam em comum na defesa de seus salários; chegam a fundar associações permanentes (...) aqui e ali a luta começa a irromper” (MARX e ENGELS, 1998: 48). Essa atitude pressupõe consciência de classe. Faz-se necessário, portanto, uma distinção entre grupos sociais e classe:

Classes não são grupos de interesse organizados. Grupos podem integrar classes, as quais se formam pela semelhança da condição ocupada na estrutura social hegemônica e podem agregar interesses que as diferenciam, sem estarem conscientemente organizados. A distinção entre classes e grupos encontra-se em sua lógica organizacional. Das idéias de Marx sobre as classes e sua análise inacabada, retêm-se: as classes são agrupamentos que existem na estrutura de produção da sociedade capitalista; são mais que seus membros e podem contrapor-se a eles (ARAÚJO, 2006: 02-03).

Compreende-se classe como aquela que tem uma representação coletiva de si. No caso, essa representação destaca Araújo (2006: 03), está “colada à sua inserção no processo produtivo de bens materiais ou simbólicos”, ou seja, “a classe é resultante das condições e contradições de interesses que se chocam a partir de uma base material”. Logo, “classe não é um conceito ontológico, pois está na razão correlata da produção material e simbólica da sociedade em determinado tempo” (ARAÚJO, 2006: 03). Nessa perspectiva, a ação coletiva de que se fala aqui é aquela que manifesta interesses antagônicos e coloca frente a frente os interesses de classe. O seu caráter inovador está no fato de que ela é portadora de rupturas – nem sempre efetivadas –, de substituição de determinada situação por outra mais favorável aos trabalhadores. O tema da subjetividade será abordado tendo presente essas duas dinâmicas, isto é, transitando do sujeito do trabalho enquanto individuação para o sujeito do trabalho como um grupo social, que assume identidade coletiva e toma a forma de classe na sociedade industrial e *multidão* na sociedade pós-industrial.

Trabalho e subjetividade estão em permanente simbiose. O trabalho, como ele é concebido, experimentado, interpretado, valorado e vivido relaciona-se à categoria da subjetividade. O trabalho que se realiza é material e imaterial. É material porque revela ação direta sobre algo que se cria ou se transforma, exige esforço físico, destreza e

habilidades. O resultado do trabalho material se manifesta em uma concretude, um produto tangível, quantificável. É imaterial porque é criação, conhecimento, invenção, relação, comunicação, cooperação – características que não são necessariamente tangíveis, e tampouco quantificáveis. A materialidade e a imaterialidade do trabalho manifestam-se antropologicamente – “eu trabalho” –, e são compreendidas sobretudo sociológica e socialmente. A subjetividade, ao inverso, manifesta-se sociologicamente – na relação com os outros, na formação das organizações coletivas –, mas antes de tudo é compreendida antropologicamente, a partir das razões e motivações da pessoa humana em seu universo cognitivo e simbólico.

Aquele que trabalha é indivisível. Trabalha com o seu corpo, porém também com o seu intelecto. Realiza esforço físico ou intelectual, mas não se separa da abstração que o motiva para tal ação. Trabalha coletivamente, entretanto, o seu “eu” não se abstrai na coletividade. Trabalha individualmente, mas a sua ação isolada conecta-se aos outros. Nesse sentido, em todo trabalho há uma subjetividade singular externalizada. O trabalho também subjetiviza o subjetivo. Estabelece-se uma dialética. Há uma subjetivação presente na ação racional do trabalho, mas a ação racional produz também subjetividade. Outro aspecto relevante é que assim como o trabalho é uma produção social, a subjetividade também recebe interferências do meio em que a pessoa humana vive, em função de estar organizada

por processos e configurações que se interpenetram permanentemente, que estão em um constante desenvolvimento e muito vinculados à inserção simultânea do sujeito em outro sistema igualmente complexo, que é a sociedade, dentro da qual o sujeito tem que seguir os desafios e contradições de desenvolver-se através de sistemas diversos, nos quais ele não é mais do que um dos elementos constituintes (REY, 1997: 107)

A interpretação de Rey remete para a construção social da subjetividade no trabalho. Por um lado, a subjetividade é construída socialmente, porém também ela interfere no meio em que se estabelece a relação social. A constituição da subjetividade individual é um processo singular que não é definido de fora, “mas sim na complexa unidade dialética entre o sujeito e o seu meio atual, definida através de ações, através das quais a sua história pessoal e do meio em que se desenvolve confluem em uma nova unidade” (REY, 1997: 108).

Estes objetivo e subjetivo são a essência da pessoa humana, portadora de impulsos para o agir. O que pensa, o que deseja, o que pretende, entra em comunicação com outros. É da conjunção do “eu” e do “outro” que se define o comportamento social no processo cultural, que oferece condições para o desenvolvimento da realidade social. Como afirma Rey (1997: 110), da “mesma forma que o social se subjetiviza para converter-se em algo relevante no desenvolvimento da pessoa, o subjetivo permanentemente se objetiviza ao converter-se em parte da realidade social”.

A conformação da subjetividade do indivíduo, daquilo que se diz válido para um só indivíduo e que só a ele pertence, pois integra o domínio das suas atividades psíquicas, sentimentais, emocionais, volitivas, e também racionais, é resultado das relações que estabelece com os outros. Logo, a subjetividade é autônoma, mas também é heterônoma: “Todo fato social que adquire uma significação para a constituição subjetiva da personalidade, se define por seu sentido subjetivo, o qual deixa de ser um fato externo, aparecendo como um novo momento do sistema subjetivo no qual se expressa” (REY, 1997: 110). Essa constatação é importante para a compreensão de que não existe uma subjetividade totalmente autônoma e cindida da realidade. Ela se constrói nas relações sociais, dialeticamente, e interfere na definição de valores, conceitos, verdades, restrições, mas também é moldada pelo conjunto dos sentidos comuns que se estabelecem. Portanto, a subjetividade, enquanto constituição da psique do sujeito individual, “integra os processos e estados característicos a este sujeito em cada um dos seus momentos de ação social os quais são inseparáveis do sentido subjetivo que estes momentos terão para ele” (REY, 1997: 107). Vale dizer que “a subjetividade se expressa em nível social como constituinte da vida social, momento que designamos como subjetividade social e não se diferencia da individual por sua origem, mas sim pelo cenário de sua constituição” (REY, 1997: 107).

Como manifestação da essencialidade, da singularidade do “eu”, na medida em que essa subjetividade se relaciona com uma outra subjetividade singular resulta, dessa simbiose, uma “subjetividade social” expressa nas relações de produção, na política e na cultura. Esse amálgama, materializado na sociedade interfere, por sua vez, na “subjetividade individual” – e vice-versa. Estabelece-se assim uma recursividade permanente produzindo “subjetividades” individuais e sociais, singulares e coletivas. Aplicada essa compreensão da subjetividade em sua interação com o trabalho, temos o

resultado de que ambas são interdependentes e se constroem simultaneamente. Com esse raciocínio analisa-se no capítulo: 1 - Os aspectos subjetivos no trabalho que se produz da sociedade do medievo à sociedade industrial; 2 - A passagem da subsunção formal à subsunção real no trabalho no nascedouro da Revolução Industrial, e suas implicações para a subjetividade do trabalhador, tendo como referência a reflexão teórica de Marx –; 3 - Caracterização do sentido do trabalho no fordismo – a subjetividade como assujeitamento e resistência; 4 – A subjetividade como classe.

1.2 – O trabalho em metamorfose: do medievo à sociedade industrial

A era moderna trouxe consigo a glorificação teórica do trabalho, e resultou na transformação efetiva de toda a sociedade em uma sociedade operária - Hannah Arendt.

Ao longo da história da humanidade, alguns acontecimentos provocaram mudanças abruptas na sociedade. São acontecimentos definidos como paradigmáticos, pois deixam para trás uma realidade que não retornará mais ou manifestar-se-á apenas através de vestígios do que outrora foi hegemônico. Um desses acontecimentos foi a Revolução Industrial [XVIII]. Até aquele momento, o mundo era essencialmente rural, organizado em torno de aldeias, castelos e poucas cidades. Um mundo povoado por camponeses, artesãos, monges, guerreiros, andarilhos, mendicantes e mercadores. O enquadramento sóciopolítico desse período histórico define-se a partir daquilo que se denominou de feudalismo ou sistema feudal. Uma economia agrária, assentada sobre o regime da propriedade privada da terra, oferece uma estrutura social reconhecida pela divisão estamental entre o senhor e o servo. O senhor possuía a terra e o servo. Ao senhor cabia o sistema de proteção e administração da unidade de produção – o feudo. O servo devia obrigações ao senhor na exploração da terra. Trata-se de uma sociedade tripartite: os que oravam, os que combatiam e os que trabalhavam. Esse mundo foi sacudido pelo acontecimento da Revolução Industrial. As altas chaminés e seu chamejar noturno, o trepidar incessante das máquinas e a agitação das multidões operárias vergaram o feudalismo. Com o surgimento da Revolução Industrial, o tecido social do feudalismo passou a ser destruído:

Aldeias abandonadas e ruínas de moradias humanas testemunhavam a ferocidade da Revolução, ameaçando as defesas do país, depredando suas cidades, dizimando a sua população, transformando seu solo sobrecarregado em poeira, atormentando seu povo e transformando-o de homens e mulheres decentes numa malta de mendigos e ladrões. Embora isso ocorresse apenas em determinadas áreas, os pontos negros ameaçavam fundir-se numa catástrofe uniforme (POLANYI, 2000: 53).

A descrição de Polanyi manifesta a radicalidade desse acontecimento histórico, considerado o ponto de partida de uma profunda metamorfose socioeconômica, política e cultural. A Revolução Industrial altera substancialmente o conteúdo e a forma de organização do trabalho humano e anuncia uma nova realidade: a sociedade industrial. A sociedade industrial instaura uma nova forma de produzir, opondo os proprietários dos meios de produção – fábricas, máquinas e matéria-prima – aos trabalhadores, aqueles que dispõem apenas de sua força de trabalho. A relação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores que vendem a sua força de trabalho institui o assalariamento, base do modo de produção capitalista, descrito por Marx:

Duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia; do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. (...) O processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital; por outro, os trabalhadores diretos em assalariados (MARX, 1985 - vol. II: – 262).

Na constituição da sociedade industrial, está ainda a introdução de novas tecnologias responsáveis pela redivisão social e técnica do trabalho. Uma das conseqüências mais evidentes da sociedade industrial é o estabelecimento de relações sociais de forte vínculo entre os trabalhadores, que se expressam nas lutas operárias e na criação de sindicatos. Os trabalhadores adquirem consciência histórica de sua condição assalariada e organizam-se como classe social, que entra em conflito com os interesses do capital, classe social como aquela que estabelece “a relação direta entre os proprietários das condições de produção e os produtores diretos que revela o segredo mais íntimo, o fundamento oculto, de todo o edifício social” (MARX, 1983 – vol. III:

251). No capitalismo industrial, o conceito opõe “os possuidores de propriedade e os trabalhadores sem propriedade” (MARX, 1993: 157), ou ainda, a burguesia e o proletariado, como as duas grandes e fundamentais classes sociais que se enfrentam diretamente. É a partir da consciência de classe – quando adquire a consciência de si mesma – e o reconhecimento da posição social que ocupam no processo de produção, que os trabalhadores adquirem uma identidade social, ou seja, de que fazem parte da mesma classe, porque vivem os mesmos problemas e partilham interesses comuns. Esses trabalhadores, ao ganharem consciência de classe e se identificarem como classe social, manifestam uma subjetividade da resistência que se traduz em ações coletivas.

A sociedade industrial – compreendida como o período que vai do final do século XVIII, com o surgimento da Revolução Industrial, até o último quarto do século XX, com a crise do fordismo – empurrou todos, homens, mulheres, jovens e crianças ao trabalho sem tréguas e se transformou em uma sociedade do trabalho. Gorz (2004) utiliza o conceito sociedade salarial para dar ênfase à novidade da Revolução Industrial: a instituição do assalariamento. É pelo trabalho remunerado, mais particularmente pelo trabalho assalariado

que pertencemos à esfera pública, adquirimos uma existência e uma identidade social (isto é, uma profissão), inserimo-nos numa rede de relações e intercâmbios, onde a outros somos equiparados e sobre os quais vemos conferidos certos direitos, em troca de certos deveres. O trabalho (...) é o fator mais importante de socialização (GORZ, 2003: 21).

Doravante, o sentido da vida apenas é possível dentro da sociedade do trabalho. Não existe mais exterioridade, tudo concerne e converge ao trabalho. As relações sociais que se constroem, as frustrações que se adquirem, a emancipação que se busca, o olhar de mundo que se tem, fazem-se no e a partir do trabalho. O trabalho passa a ocupar um lugar central na vida das pessoas e é o trabalho assalariado que identifica, determina, distingue, classifica e marca decisivamente as relações sociais. É através do trabalho que cada um tem a obrigação de dar um sentido à sua vida e à própria humanidade, como observa Saint-Simon, que viveu o alvorecer da Revolução Industrial:

O homem deve trabalhar. O mais feliz dos homens é aquele que trabalha. A família mais feliz é aquela na qual todos os seus membros empregam utilmente o seu tempo. A nação mais feliz é aquela na qual há menos desocupados. A humanidade gozaria toda a felicidade a que pode pretender se não houvesse ociosos (SAINT-SIMON *apud* GUYADER, 2005: 150).

O trabalho na sociedade industrial foi elevado à condição de centro organizador da vida individual e coletiva: “Ele estrutura não somente a nossa relação com o mundo, mas também as nossas relações sociais. Ele é a relação social fundamental” (MEDA, 1995: 26). Essa foi a grande transformação⁶ que se processa no final do século XVII e intensifica-se a partir de meados do século XVIII com a Revolução Industrial. A sociedade sucumbiu ao trabalho. Ainda mais, o trabalho foi promovido como o próprio tema da modernidade, como seu fundamento antropológico e sua atividade explicativa, dando corpo à racionalidade como traço distintivo da era moderna: “A essência do homem é o trabalho. O homem só pode existir trabalhando [...] o homem não é plenamente homem, segundo Marx, se não imprimir em todas as coisas a marca de sua humanidade” (MÉDA, 1995: 103). O trabalho, como questão ontológica, marca a modernidade que trouxe consigo “a glorificação teórica do trabalho, e resultou na transformação efetiva de toda a sociedade em uma sociedade operária” (ARENDDT, 2002: 12). Essa ascensão repentina e espetacular do trabalho, passando do último lugar, da situação mais desprezada, ao lugar de honra e se tornando a mais considerada das atividades humanas

começou quando Locke descobriu que o *labour* é a fonte de toda propriedade; prosseguiu quando Adam Smith afirmou que esse mesmo *labour* era a fonte de toda riqueza; e atingiu o clímax no *system of labour* de Marx, no qual o labor passou a ser a origem de toda produtividade e a expressão da própria humanidade e do homem (ARENDDT, 2002: 113).

O sentido do trabalho, para as pessoas e para o conjunto da sociedade, muda substancialmente com o advento da Revolução Industrial, pois, na Idade Média, o trabalho é pouco valorizado, não está no centro das relações sociais, não é reconhecido socialmente e é visto com menosprezo. Até então prevalece o paradigma grego do lugar social do trabalho. O trabalho, na sociedade grega, não é portador de um sentido para a vida porque não é eixo condutor da práxis da transformação social. Essa, entre os

⁶ - A expressão é de Karl Polanyi (2000) e o seu significado será retomado mais à frente.

gregos, reside na ação política-discursiva. O trabalho ocupa o último lugar, o lugar do não reconhecimento, da não identidade porque, na sociedade antiga, o trabalho não mediatiza as relações sociais. É nulo, não altera a condição de vida e social.

A desqualificação da condição de quem trabalha, no período medieval, encontra parte de sua explicação fundante na cosmovisão de determinada interpretação religiosa da narrativa de criação do mundo – a Cristandade, uma exegese que vê no trabalho a punição pelo pecado original. Nessa interpretação, que se vale da leitura do Gênesis⁷, o homem a quem foi incumbido o zelo pelo jardim do Éden arrostou a pretensão de ser como Deus e por isso foi punido. Expulso do paraíso foi submetido ao fardo do trabalho. De jardineiro e guardião da Criação de Deus, onde tudo era gratuito, foi transformado em trabalhador braçal que agora precisa, através do seu esforço, buscar a sobrevivência. O trabalho como danação, maldição e expiação – “Comerás o pão com o suor do teu rosto” (Gn 3, 19) – é a sentença definitiva. No Novo Testamento, Paulo reafirma, “quem não trabalha, não come” (2Ts 3, 10) e durante muito tempo assim será visto o trabalho. Sobre ele recai a maldição do castigo.

A partir do século XVI, ocorre um lento mas vigoroso processo de mudança do sentido do trabalho. A valorização do lugar que o trabalho passará a ocupar na sociedade é resultado de três processos: a) uma releitura teológica do papel que o trabalho desempenha na Criação de Deus; b) o prenúncio de um determinado tipo de modernidade que deseja desacorrentar o homem de Deus; c) pela tese do liberalismo que emerge com força no século XVIII. Esses processos confundem-se e operam uma radical mudança que confere ao trabalho um novo sentido.

A releitura teológica, do sentido do trabalho para as pessoas, começa com Santo Agostinho e Tomás de Aquino. Santo Agostinho será um dos primeiros que relativizará a miséria do gênero humano, advinda do trabalho, ao propor uma releitura do Gênesis como

a idéia de uma agricultura praticada no paraíso por Adão antes do pecado original: uma atividade isenta do peso do esforço, correspondendo à ‘vontade racional’ – *rationalis voluntas* – e oferecendo ao espírito ‘o deleite dos pensamentos superiores’ – *supernarum cogitationum delectatio* (SALAMITO, 2005: 42).

⁷ - O Gênesis é o primeiro livro da Bíblia e faz parte do Pentatêuco, os cinco primeiros livros bíblicos, cuja autoria é atribuída à tradição judaico-cristã.

Agostinho não apresenta o trabalho como o resultado de uma maldição divina consecutiva ao pecado original, mas como o livre exercício de sua razão e oportunidade para louvar a Deus. Idéia que será vivamente retomada mais tarde por Tomás de Aquino. Santo Agostinho atenua, implicitamente, as oposições – antigas e, posteriormente, depois dele, medievais – entre as atividades braçais e as atividades intelectuais, entre a ação e a contemplação, recusando a antítese entre as atividades que implicam um esforço e aquelas, como o comércio, que parecem dele desprovidas. Faz ainda uma peroração sobre a responsabilidade individual no trabalho, que o mesmo pode ser expressão do bem ou do mal, recusando a idéia do pecado original. A sua tese é de que o homem pode melhorar com o trabalho que realiza porque, no conceito de trabalho agostiniano, há um sujeito.

São Tomás de Aquino, por sua vez, contribuirá para a valorização do trabalho na medida em que proclama uma teologia que afirma a pessoa humana como expressão do Deus Criador e reconhece, nas suas ações, inclusive no trabalho humano, uma forma de manifestação da vontade do Criador. Em Tomás de Aquino, a pessoa humana é espiritual e material ao mesmo tempo. A sua tese se opõe a um cristianismo por demais espiritualista, que exagerava no papel de Deus e aniquilava a criatura. Na sua cosmovisão teológica do mundo, o trabalho não precisa ser necessariamente expiação, mas pode assumir um caráter de contemplação e até mesmo de reconhecimento ao Criador. Tomás de Aquino pode ser considerado o criador de um antropocentrismo cristão, onde toda a ação humana se faz em parceira com Deus, inclusive no trabalho.

Observando a hermenêutica teológica que fazem Santo Agostinho e Tomás de Aquino, temos uma subjetividade no trabalho que se metamorfoseia lentamente e que difere da subjetividade do paradigma grego do trabalho. As bases dessa mudança encontram-se no fato de que o cristianismo apresenta duas novidades incompreensíveis para os gregos. A primeira é a emergência, ainda que embrionária, da idéia de indivíduo, pois o cristianismo supõe, num certo nível, uma relação individual com Deus; e a segunda, a mais importante, o postulado da igualdade entre os homens: “Já não há judeu nem grego, nem escravo, nem livre, nem homem, nem mulher, pois todos vós sois um Cristo Jesus”, afirma o apóstolo Paulo em sua carta aos Gálatas 3, 28. O cristianismo anuncia que todos são iguais e isso impele a uma superação lenta do

sistema de servidão. Ora, na medida em que o trabalho não é mais apenas coisa de escravos, é preciso que cada um trabalhe para garantir a sua vida, a sua sobrevivência.

Se no início da Idade Média o trabalho é ainda visto como consequência do pecado original e o ato de trabalhar significa expiação, num segundo momento, ele passará a ser compreendido como possibilidade de engrandecimento da Obra de Deus e de ganha-pão digno. Registre-se ainda que esta concepção de trabalho está intimamente ligada ao transcendental. O trabalho está circunscrito à Salvação, à contemplação da Obra criadora de Deus como manifesta Tomás de Aquino. O trabalho não é ainda fonte de acumulação de bens e riquezas, mas um gesto apazível aos olhos de Deus.

Observa-se que, particularmente nesse período, proliferam as Ordens Mendicantes que pregam um modo de vida frugal. Qualquer iniciativa de acumulação, de amealhar bens, é condenável. Ilustrativo nesta perspectiva é a condenação à riqueza ganha através da usura. A condenação deve-se ao fato de que, por detrás dessa prática, não há trabalho. A usura alimenta a ociosidade, a ambição e o desrespeito àqueles que trabalham. O usurário

age contra o plano do Criador. Os homens da Idade Média viram antes de tudo no trabalho o castigo do pecado original, uma penitência. Depois, sem negar essa perspectiva penitencial, valorizaram cada vez mais o trabalho, instrumento de resgate, de dignidade, de salvação; colaboração à obra do Criador, que, depois de ter trabalhado repousou no sétimo dia. Trabalho, querida preocupação, que é preciso separar da alienação, para dele fazer, individual ou coletivamente, o difícil caminho da libertação (GOFF, 1989: 43).

Fato novo é o trabalho começar a ser reconhecido e, mais do que isso, ser portador de um sentido, de uma dignidade para a vida. O trabalho, de desprezível passa a virtude, mas com uma característica importante que o difere do paradigma grego: ele não é mais necessariamente compulsório – “trabalho porque sou escravo”; agora, “trabalho porque sou livre”, e também porque ele dignifica a presença no mundo e é um gesto de reconhecimento junto ao Criador. Será através da Reforma protestante, entretanto, que o trabalho assumirá verdadeiramente um *status* de importância e contribuirá decisivamente para uma outra subjetividade manifesta no trabalho. A Reforma muda radicalmente a visão sobre o trabalho conduzindo-o a um pleno reconhecimento. Quem melhor traduziu o impacto das reformas protestantes, na

valorização religiosa do trabalho, foi Weber em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* [1905]. A ascensão espetacular do trabalho como um valor, sem precedente na história da humanidade, é explicada pelo sociólogo a partir da Reforma, apesar do tema do trabalho não ser central em sua obra. A questão central é a origem do racionalismo ocidental manifesta no capitalismo, porém, a concepção de trabalho através da religião, oferece para Weber (1967) a chave da compreensão do surgimento do racionalismo ocidental.

Weber procura demonstrar que, desde o início da Reforma assiste-se ao nascimento de uma concepção espiritual do trabalho, bem como ao aparecimento de uma ética profissional, as quais constituíram um aspecto central do espírito do capitalismo, que favoreceu seu desenvolvimento no Ocidente (MÜLLER, 2005: 241).

Até então, em toda a sua história, o trabalho era considerado de maneira ambivalente. O trabalho era indispensável para a reprodução biológica e social da humanidade, mas era indesejável. Sobre ele pesava uma condição de castigo e anulação da individualidade das pessoas. Essa visão ambivalente do trabalho é encontrada na cultura judaico-cristã que, apesar de estar na origem de mudanças profundas no sentido do trabalho, ainda não o sublinha como possibilidade de manifestação de um lugar social, uma vez que valoriza o trabalho manual

na medida que serve a Deus (...) visto que todos devem trabalhar em nome e para a glória de Deus, eles são iguais enquanto cristãos e pessoas religiosas. (...) o trabalho se opõe ao ócio, ao repouso, ao descanso, ao *sabbat* (com Tomas de Aquino – o ficar sem fazer nada será apreciado, como tempo para vida contemplativa) (MÜLLER, 2005: 242).

Apenas em Lutero, a fórmula *ora et labora* sublinhará a possibilidade de superação da ambivalência do trabalho no mundo religioso. Na teologia de Lutero, a igualdade entre os dois modos de vida não é antagônica. Lutero teve uma influência decisiva na concepção do significado do trabalho, “quando traduziu para o alemão o Novo Testamento (1522), empregando a palavra *beruf* para trabalho, em lugar de *arbeit*. *Beruf*, acentua mais o aspecto da vocação do que o do trabalho propriamente dito” (COSTA, 1990), ou seja, descaracterizando a concepção pejorativa do trabalho como expiação. Porém, será em Calvino que o trabalho assumirá um caráter ainda mais

radical de valorização, passando mesmo a se tornar um dever. Para Calvino, “o trabalho profissional deveria formar uma muralha contra a preguiça, todos devem trabalhar – quem não trabalha não deve comer e o trabalho é um dever” (MÜLLER, 2005: 243-244). A descoberta de Weber, da importância de Calvino, fez-se a partir da observação de que, na Alemanha, no começo do século XX, os capitalistas protestantes tinham sido melhor sucedidos em termos econômicos do que os seus correligionários católicos. Weber revela que Calvino demonstra um interesse maior do que Lutero pela vida econômica e social. Na concepção calvinista, “não somente a religião concernia a toda a vida – econômica, profissional, familiar –, mas tudo devia concorrer para a glória de Deus (...) e Calvino afirmará que ‘dentre todas as coisas deste mundo, o trabalhador é o mais semelhante a Deus’” (WILLAIME, 2005: 70). Na visão de Calvino, o trabalho é um sinal de graça. Ele abandona a idéia do trabalho como fonte de pecado original e mesmo como contemplação. Pelo contrário, o trabalho pode libertar o homem do sofrimento e se tornar agradável a Deus, na medida em que

o homem deve, para estar seguro de seu estado de graça, ‘trabalhar o dia todo em favor do que lhe foi destinado. Não é, pois, o ócio e o prazer, mas apenas a atividade que serve para aumentar a glória de Deus (...) É condenável a contemplação passiva, quando resultar em prejuízo para o trabalho cotidiano, pois ela é menos agradável a Deus do que a materialização de Sua vontade de trabalho (WEBER, 1967: 112)

Não trabalhar significa não prestar homenagem a Deus. Somente razões imperativas como a doença podem impedir alguém de trabalhar, mas optar por não trabalhar ou não fazer de tudo para encontrar um trabalho, é moralmente condenável. O ócio, assim como a preguiça, não são desejados por Deus e “o mais importante é que o trabalho constitui, antes de mais nada, a própria finalidade da vida” (WEBER, 1967: 113). Calvino considera ainda que o mal não está no dinheiro em si, mas no uso que se faz dele. Nessa ótica, o rico tem uma missão econômica providencial. Ele é “o ministro dos pobres”, os quais lhe dão a possibilidade de se liberar da servidão do dinheiro, testando sua fé e sua caridade.

Segundo Weber, a doutrina do Calvinismo contribui para o desenvolvimento do capitalismo e para a importância do trabalho na medida em que, na sua teologia – a doutrina da predestinação –, Deus decidiu desde o princípio quem, entre os crentes,

compartilharia a salvação e quem seria condenado e não restaria alternativa a não ser travar uma luta diária para fazer jus à possível escolha de ser um dos eleitos de Deus. Essa luta diária faz-se através de um enorme ativismo, alimentado por recomendações pastorais, afirmava Weber. De um lado, por manter-se como dever

de cada um considerar-se escolhido (...) A exortação é aqui interpretada como um dever de obter certeza da própria dedicação e justificação na luta diária pela vida (...). Por outro lado, a fim de alcançar aquela autoconfiança, uma intensa atividade profissional era recomendada como o meio mais adequado (WEBER, 1967: 77).

A incerteza da salvação pessoal deve ter gerado uma enorme angústia nos fiéis. Não se podia esperar ajuda alguma, nem de Deus, nem da Igreja, nem da comunidade religiosa, pois cada um encontrava-se na mesma situação e, além disso, os membros da comunidade eram concorrentes aos raros lugares salvadores no céu. Esse sistema fatalista, de individualização e incertezas, desencadeou “o trabalho encarniçado e o domínio do mundo” (MÜLLER, 2005: 246). A idéia subjacente é de que o trabalho é um meio de adquirir a independência e a confiança, e de fazer parte de ser um dos eleitos de Deus. O sucesso na vida terrestre, adquirido através do trabalho, não é certamente uma garantia de salvação, mas um sinal promissor. Esse modo de vida levou a uma conduta ética racional, uma espécie de ascetismo secular. Essa idéia puritana do trabalho profissional teve efeitos sobre a vida econômica em geral e sobre o modo de vida capitalista em particular. O puritanismo considera, ao contrário da leitura teológica anterior, a riqueza como desejável e apreciável. Então, o rico é abençoado e está no caminho da salvação; ao contrário, o pobre não tem reconhecimento social, despojado de prestígio em sua vida ociosa. A intuição de Weber é de que a ética protestante deu conteúdo a um espírito do capitalismo, tendo no trabalho um dos principais elementos:

a avaliação religiosa do infatigável, constante e sistemático labor vocacional [trabalho profissional], como o mais alto instrumento de ascese, e, ao mesmo tempo, como o mais seguro meio de preservação de redenção da fé e do homem, deve ter sido presumivelmente a mais poderosa alavanca da expressão dessa concepção de vida, que aqui apontamos como espírito do capitalismo (WEBER, 1967: 123).

A visão protestante, para além de uma valorização religiosa do trabalho, contribui para criar um “espírito” motivacional para o empreendedorismo. A contribuição de Weber é mostrar que o capitalismo ensejado pela Revolução Industrial tinha, em sua base, uma concepção de trabalho vinculada ao ascetismo secular do protestantismo. Foi essa concepção de trabalho, que liberou moral e eticamente os homens – os capitalistas – à aquisição de bens, à obtenção do lucro, à cobrança de juros e à acumulação de capital. Esse *ethos* – conjunto de valores culturais – exortava que a acumulação do capital deveria ser reinvestida em novos empreendimentos que gerassem mais empregos. Esse círculo virtuoso – trabalhar, acumular e reinvestir – permitia o estabelecimento da harmonia social. Será esse *ethos* que fomentará a atividade capitalista.

Observa-se portanto que, da completa desvalorização, o trabalho assume, ao longo da sociedade religiosa, uma mudança de sentido até se tornar referência para uma vida virtuosa. Num primeiro momento, na Idade Média, o trabalho é interpretado como castigo – subjaz a essa representação do trabalho uma subjetividade da insignificância da condição humana. O trabalho não é fonte de afirmação pessoal, coletiva ou mesmo espiritual, não compraz e não é valorizado. É visto como necessidade, uma penitência a ser realizada que se coloca em contigüidade à necessidade de sobrevivência. Efêmera, a vida é feita de trabalho penoso e árduo, infeliz e desafortunado. Mesmo aquele que não trabalha interpreta o trabalho dessa forma e considera-se venturoso porque possibilita a outrem a purgação do pecado original de toda a humanidade. A subjetividade manifesta é análoga aos que vivem do trabalho e aos que não vivem. Aqui, diferentemente do paradigma grego, o trabalho não é menosprezado no sentido de condição vil e execrável, como eram vistos os escravos, mas como condicionalidade para a Salvação de todos: aquele que trabalha expia coletivamente a grave ofensa cometida contra Deus. O que está livre do trabalho penoso – pode-se pensar no senhor feudal – não olha os que vivem do trabalho com desprezo, mas como contingência causal a que todos foram submetidos, e que ele, por sorte e graça de Deus está livre, porém a sua Salvação depende daqueles que trabalham. A subjetividade manifesta nessa condição de trabalho é uma subjetividade resignada. Os que trabalham carregam um sentido de vida, mas é antes de tudo uma predestinação, não há uma alternativa.

Esse tipo de interpretação, vinculada ao trabalho, transita para uma outra subjetividade, dessa vez mais afirmativa, que permite um sentido mais dignificante para a vida de quem trabalha. Esse processo é lento, dura séculos, e não se faz perceptível cronologicamente. A reviravolta acontece com a passagem da interpretação do trabalho não mais como condenação, mas como possibilidade de exaltação à obra criadora de Deus. A mudança é significativa: o trabalho se faz como chance de alcançar a glória de Deus. Diferentemente do trabalho-castigo, o trabalho-glorificação dá um outro sentido a quem dele necessita. A fórmula *ora et labora*, reza e trabalha, é portadora de uma subjetividade afirmativa. A efemeridade da vida passa a ser vista como possibilidade de servir ao Deus Criador. A relação com o transcendente faz-se mais de parceria e menos de medo: “Trabalho porque amo a Deus e não porque o temo”. Essa compreensão de trabalho dá um sentido diferente à vida. Trata-se de uma subjetividade que afirma uma positividade do trabalho. No trabalho encontra-se satisfação, não porque ele seja aprazível de ser realizado, mas porque confere significado à insignificância terrestre. É pelo e através do trabalho custoso, acerbo, sofrido, que se passa a justificar a existência.

Uma nova configuração dos aspectos subjetivos do trabalho ainda pode ser considerada na sociedade religiosa. Trata-se daquela advinda do significado do trabalho a partir dos preceitos impregnados na Reforma. Daquele momento em diante, definitivamente o trabalho afirma-se como um valor desejável, necessário e sinal de reconhecimento. A afirmação da pessoa humana passa pelo trabalho. A vida virtuosa completa-se no trabalho e é condenável a vida ociosa. Todos devem trabalhar, inclusive aqueles que dele necessariamente não precisem. O trabalho passa a ser uma exigência social, e como tal, assume uma configuração de distinção junto aos outros. O trabalho, contrariamente ao que se afirmava antes, pode sim ser fonte de riqueza e quanto mais se amalha mais reconhecimento traz e mais agrada a Deus.

O sentido do trabalho para as pessoas e para a sociedade, portanto, vai se alterando e configurando distintas subjetividades. Passa-se de uma subjetividade resignada (trabalho-redenção), própria dos primórdios da sociedade religiosa do medievo para uma subjetividade afirmativa (trabalho-glorificação), até uma subjetividade da emancipação (trabalho-liberação) conquistada na ante-sala da ascensão do liberalismo. Afirma-se aqui a subjetividade da emancipação, no sentido de que o trabalho não é mais fonte de vergonha, mas a chave para a conquista da felicidade e de

pertença social. Evidentemente que essa transição dos sentidos do trabalho é consoante a uma sociedade que se encontra no umbral da formação capitalista e serve, assim, de justificação à ascensão econômica da burguesia emergente. O sentido do trabalho sempre é socialmente construído e serve a algo, não está isolado ou pendurado acima da realidade social. A compreensão dessa construção social do trabalho, que serve a um capitalismo ainda em sua fase embrionária, é objeto de análise mais à frente.

Há ainda um outro fator decisivo que irá alterar a manifestação do sujeito do trabalho da Idade Média. Trata-se de um acontecimento que não pode ser datado, mas que num *continuum* vigoroso e duradouro irá romper com a cosmovisão teocêntrica de mundo. Como se observou, a religião até então ocupava um lugar central na sociedade – ela exercia um magistério espiritual e moral incontestado. É esse lugar central da religião que se desfaz. Uma profunda e substancial mudança impacta a sociedade. Ao conjunto dessa mudança identificou-se o início de uma Era histórica e cultural que se qualifica, hoje, como a modernidade.

A modernidade caracteriza-se pela rejeição do princípio da autoridade encarnado na Igreja e contesta a ordem de um mundo como revelação de Deus e, ao mesmo tempo, afirma o primado da razão autônoma, como único meio de descobrir a verdade, depositando dessa forma toda a confiança na razão e na ciência como *leitmotiv* para conduzir a humanidade à felicidade. Há, com efeito, uma emancipação em relação à tutela religiosa e, mais além, em relação a qualquer tipo de heteronomia, no sentido de uma “lei” que venha do outro, no caso da Igreja ou da monarquia. Com a modernidade, surge o conceito da autonomia e afirma-se o primado do individualismo.

A modernidade irrompe, sobretudo, a partir dos séculos XVI-XVII. Uma de suas bases teóricas é o cartesianismo que fundamenta o que se chamou de construção de uma antropologia racionalista. Na filosofia cartesiana, o homem é cindido em sua subjetividade como consciência de si e da sua exterioridade do corpo. Descartes (1983) propugna por um método universal inspirado no rigor matemático e em regras que asseveram a obsessão pela matematização da realidade. A sua primeira regra do método é não admitir nenhuma coisa como verdadeira se não reconhecida evidentemente como tal e apenas ter por verdadeiro o que for evidente, aquilo do que não se pode duvidar. A segunda, é a regra da análise de dividir cada uma das dificuldades em tantas parcelas quantas forem possíveis. A terceira regra da síntese é concluir, por ordem de

pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer para, aos poucos, ascender, como que por meio de degraus, aos mais complexos, e a última das regras é a dos desmembramentos tão complexos a ponto de estar certo de nada ter omitido.

O método é a base do racionalismo porque considera real aquilo que pode ser matematizado, confirmado, verificável. O racionalismo cartesiano sofreu influências do humanismo renascentista – o homem como centro e criador. O humanismo renascentista manifesta uma revalorização da Antiguidade Clássica, na perspectiva da glorificação da pessoa humana, constituindo-se, antes de tudo, em uma reação ao teocentrismo. O movimento humanista rechaça os valores da Idade Média. A retomada dos princípios da filosofia clássica é uma forma de reafirmar a centralidade da pessoa humana. Nessa perspectiva, o humanismo renascentista valoriza a produção cultural da Antiguidade. O racionalismo cartesiano também está imbricado à revolução científica da época, uma revolução que encontrará em autores, como Copérnico e Newton, fundamentos ainda mais fortes para contestar a tutela religioso-eclesiástica. O significado do trabalho e a forma de ser ver no mundo, ou seja, a subjetividade, sofrem mutações significativas com os movimentos infra-Igreja e com a chegada da modernidade – primado da razão e da ciência.

O modelo da ciência não é mais a metafísica ou a retórica, mas a física, que permite por sua vez descobrir as causas e que torna possível a ação transformadora [...] A ciência não tem mais por vocação descobrir a verdade, mas de descobrir as causas que permitem ao homem transformar o mundo: conhecer é, de agora em diante, agir. Enfim, esta transformação é orientada: não somente para o artifício, mas sobretudo para o artifício útil. A relação de crença e de respeito para com a natureza é substituída por uma relação utilitária (MÉDA, 1995: 80).

Há um terceiro acontecimento porém que, somado aos anteriores, é responsável pela recontextualização do trabalho na sociedade – o liberalismo. As bases filosóficas lançadas pelo liberalismo, no século XVIII, contribuem para a reviravolta definitiva da importância que o trabalho passa a ter na sociedade. Adam Smith (2001), um dos principais pensadores desse movimento, atribui ao trabalho a base da riqueza das nações. Trata-se de uma tese revolucionária para os padrões da época. Smith preconiza o sucesso da revolução liberal, ante-sala da Revolução Industrial. A sua contribuição

específica está na “descoberta” do princípio da divisão do trabalho como elemento central para o aumento da produção, a produtividade. Segundo ele, a divisão do trabalho é responsável por três conseqüências:

Primeira, ao aumento de destreza em cada operário; segunda, à economia de tempo que é comumente perdido ao passar de uma espécie de trabalho para outra; finalmente, à invenção de um grande número de máquinas, que facilitam e abreviam o trabalho, e permitem a um homem fazer o trabalho de muitos (SMITH, 2001: 04).

Smith é ainda precursor das bases do livre mercado, no qual o trabalho passa a ser uma mercadoria como qualquer outra. Sob a perspectiva dos princípios do liberalismo anunciados por Smith, destaca Polanyi: “Separar o trabalho de outras atividades da vida e sujeitá-lo às leis do mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas da existência e substituí-las por um tipo diferente de organização, uma organização atomista e individualista” (POLANYI, 2000: 198). Castel (1998), por sua vez, tendo presente as teses do liberalismo, afirma que a verdadeira descoberta que o século XVIII promove não é a da necessidade do trabalho, mas da liberdade do trabalho. Para a ideologia liberal, a liberdade de trabalho deve libertar também a iniciativa privada, o gosto pelo risco e pelo esforço, o sentido da competição. O livre acesso ao trabalho e a instituição de um livre mercado do trabalho marcam o advento de um mundo social racional por meio da destruição da antiga ordem social arbitrária. Neste momento histórico, inaugura-se um novo conceito que triunfará nos próximos séculos: o direito inalienável ao trabalho. Está, em gestação, a criação de duas categorias – empregados e empregadores – cujas posições na sociedade doravante passam a se complementar, na nova visão do mundo moderno. Deixar frente a frente, sem mediação, os interesses diferentes se completarem ou se enfrentarem, constitui a principal condição da transformação no mundo do trabalho, que se opera com o liberalismo. O trabalho, vendido no mercado como uma mercadoria

obedece à lei da oferta e da procura. A relação que une o trabalhador a seu empregador tornou-se uma simples ‘convenção’, isto é, um contrato entre dois parceiros que se entendem sobre o salário, mas esta transação não é mais regulada por sistemas de coerção ou de garantias externas à própria troca. O mundo do trabalho vai mudar de base. É uma revolução na Revolução (CASTEL, 1998: 250).

O liberalismo anuncia a sociedade industrial. As condições para o ingresso em num novo estágio histórico estão maduras e a irrupção da Revolução Industrial é o resultado desse processo.

A história já foi contada inúmeras vezes: como a expansão dos mercados, a presença do carvão e do ferro, assim como de um clima úmido propício à indústria do algodão, a multidão de pessoas despojadas pelos novos cercamentos do século XVIII, a existência de instituições livres, a invenção das máquinas e outras causas interagiram de forma tal a ocasionar a Revolução Industrial. Já se demonstrou, conclusivamente, que nenhuma causa única merece ser destacada da cadeia e colocada à parte como ‘a’ causa daquele acontecimento súbito e inesperado (POLANYI, 2000: 58-59).

O acontecimento de que fala Polanyi, em realidade, não é tão súbito e inesperado. Trata-se de um acontecimento que recolheu dos fatores citados – mudança de concepção do trabalho no mundo religioso, a modernidade e o liberalismo – a sua maturação. É a partir da Revolução Industrial que o trabalho é elevado à condição de centro organizador da vida individual e coletiva. A forma de organizar o trabalho, consolidada pela Revolução Industrial, inaugura o modo de produção capitalista com implicações profundas nas relações produtivas e sociais, incidindo na alteração do sentido que se tinha até então acerca do trabalho, ou seja, transformando a subjetividade do que trabalha.

1.3 – A introdução da maquinaria e o seu efeito na subjetividade operária

A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção, e com isso, todas as relações sociais – Marx.

É embrionário à Revolução Industrial o modo de produção capitalista. No novo modo produtivo, progressivamente, o sujeito do trabalho, o trabalhador, perderá o controle sobre o seu trabalho, o qual será fragmentado e ele, o trabalhador, será despojado do seu saber, transformando-se em apêndice do processo produtivo. O assujeitamento do trabalhador ao capital é resultante de um longo percurso. A trajetória

de subsunção formal e real, do trabalho ao capital, tem sua origem na apropriação do modo de produção artesanal, evolui como trabalho manufaturado e se efetiva plenamente na grande indústria, com a introdução da maquinaria que substitui a ferramenta. Marx analisa esse percurso e revela, com agudeza, que o capital promove uma inversão de valores. No capitalismo, os meios de produção deixam de ser meios para a realização do trabalho e se tornam meios de exploração do trabalho alheio. As forças produtivas do trabalho se transformam em forças produtivas do capital.

Como pessoas independentes, os trabalhadores são indivíduos que entram em relação com o mesmo capital, mas não entre si mesmos. Com a entrada no mesmo, elas são incorporadas ao capital. Como cooperados, como membros de um organismo que trabalha, eles não são mais do que um modo específico de existência do capital. A força produtiva que o trabalhador desenvolve como trabalhador social é, portanto força produtiva do capital (MARX, 1985 - vol. I: 264).

A incorporação do trabalhador pelo capital faz-se aos poucos e é sobre a base técnica do trabalho artesanal que o modo de produção capitalista se assenta. No começo, o capital se adapta ao processo de trabalho que encontra e, aos poucos, o transforma e submete tudo à sua dinâmica. Marx demonstra que a primeira forma de organização social do trabalho manifesta-se na produção artesanal, nas corporações de ofício, uma forma de trabalho “em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (MARX, 1985 - vol. I: 259). A esse processo chama de trabalho cooperação. Nesse momento, ainda é o capital que se adapta ao processo de trabalho e aos meios de produção, tal como os encontra, sem modificar a sua base material. Aqui, é o capital que está dependente da tecnologia utilizada no processo de trabalho, porém, a evolução das forças produtivas transforma o trabalho artesanal em trabalho manufatura.

A transição do sistema de trabalho cooperação dos ofícios para a manufatura acontece paulatinamente, quando a manufatura mal se distingue da indústria artesanal das corporações, “a não ser pelo maior número de trabalhadores ocupados simultaneamente pelo mesmo capital. A oficina do mestre-artesão é apenas ampliada” (MARX, 1985 – vol. I: 257). A manufatura origina-se de modo duplo: “Em um modo, trabalhadores de diversos ofícios autônomos, por cujas mãos têm de passar um produto

até o acabamento final, são reunidos em uma mesma oficina sob o comando de um mesmo capitalista” (MARX, 1985 - vol. I: 267). O exemplo clássico é a produção da carruagem, em que o costureiro, o serralheiro, o correeiro, ocupam-se apenas com a fabricação de carruagens e perdem, pouco a pouco, o costume e a capacidade de exercer seu antigo ofício em toda a sua extensão, uma vez que agora o trabalho passa a ser parcelizado. O outro modo, com origem na manufatura, acontece quando o mesmo tipo de divisão do trabalho incide sobre um ofício apenas: “Muitos artífices que fazem o mesmo ou algo da mesma espécie, por exemplo, papel ou tipos de imprensa ou agulhas, são ocupados pelo mesmo capital simultaneamente na mesma oficina” (MARX, 1985 - vol. I: 268). Aqui, o trabalho é igualmente dividido em atividades parciais às quais os trabalhadores são exclusivamente vinculados. Cada um desses artífices produz, em operações diversas, a mercadoria, uma vez que ele

continua a trabalhar de acordo com o seu antigo modo artesanal. Contudo, circunstâncias externas levam logo a utilizar-se de outra maneira a concentração dos trabalhadores no mesmo local e a simultaneidade de seus trabalhos. (...) O trabalho é por isso dividido. Em vez de o mesmo artífice executar as diferentes operações dentro de uma seqüência temporal, elas são apreendidas umas das outras, isoladas, justapostas no espaço, cada uma delas confiada a um artífice diferente e todas executadas ao mesmo tempo pelos cooperados. Essa divisão acidental se repete, mostra suas vantagens peculiares e ossifica-se pouco a pouco em divisão sistemática do trabalho (MARX, 1985 - vol. I: 268).

Em ambos os casos, a manufatura nasce e se organiza através da progressiva decomposição e fragmentação do trabalho artesanal. As operações de trabalho assumem um caráter parcelar, contudo, a base do trabalho assenta-se ainda sobre a base material dos ofícios. A origem da manufatura e a sua formação, a partir do artesanato, é dúplice, na análise de Marx:

De um lado, a parte da combinação de ofícios autônomos de diferentes espécies, que são despidos de sua autonomia e tornados unilaterais até o ponto que constituem apenas operações parciais que se complementam mutuamente no processo de produção de um única e mesma mercadoria. Do outro lado, a parte da cooperação de artífices da mesma espécie, decompõe o mesmo ofício individual em suas diversas operações particulares e as isola e as torna autônomas até o ponto em que cada uma delas torna-se função exclusiva de um trabalhador específico (MARX, 1985 - vol. I: 268).

Note-se, entretanto que composta ou simples, a execução continua artesanal e, portanto, dependente ainda da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual no manejo de seu instrumento e, ainda mais importante, em face do processo produtivo depender da habilidade do trabalhador, “é que cada trabalhador é apropriado exclusivamente para uma função parcial e sua força de trabalho é transformada por toda a vida em órgão dessa função parcial” (MARX, 1985 - vol. I: 269).

A manufatura significa, portanto, sempre mais a decomposição e a parcelização do trabalho, com um aspecto distintivo em relação aos ofícios, o fato de deixar de ser realizado artesanalmente devido a separação entre concepção e execução, não permitindo que o trabalhador tenha o controle sobre o conjunto do processo de trabalho. Temos aqui a origem do trabalho especializado, desqualificado e despojado do seu enriquecimento. Pode-se afirmar que, se antes no sistema do trabalho cooperação – lembrando os ofícios de artesãos –, cada trabalhador era responsável por todas as fases da produção da mercadoria que fabricava; com a divisão manufatureira do trabalho, cada trabalhador realiza apenas uma parcela do produto final. No lugar do antigo artesão autônomo, surge um trabalhador parcial realizando atividades simples e repetitivas, o qual executa

uma única operação simples, transforma todo o seu corpo em órgão automático unilateral dessa cooperação, e portanto necessita para ela menos tempo que o artífice, que executa alternadamente toda uma série de operações. (...) A manufatura produz, de fato, a virtuosidade do trabalhador detalhista, ao reproduzir, dentro da oficina, a diferenciação naturalmente desenvolvida dos ofícios, que já encontrou na sociedade, e ao impulsioná-la sistematicamente ao extremo (MARX, 1985 – vol. I: 269).

Ocorre, porém que “a produtividade do trabalho depende não só da virtuosidade do trabalhador, mas também da perfeição de suas ferramentas” (MARX, 1985 – vol. I: 270), uma vez que acompanha a crescente especialização do trabalho, a especialização dos instrumentos de trabalho⁸. Nesse caso, uma especialização das ferramentas utilizadas no processo de trabalho “faz com que cada um desses instrumentos

⁸ - Sobre a sofisticação dos instrumentos de trabalho, Marx relata que “apenas em Birmingham são produzidas cerca de 500 variedades de martelos, cada um deles servindo não só a um processo particular de produção, mas um número de variedade freqüentemente serve para operações diferentes do mesmo processo” (MARX, 1985 – vol. I: 270).

particulares só atue com total plenitude na mão de trabalhadores parciais específicos, caracterizando a manufatura” (MARX, 1985 – vol. I: 270).

Esse dado tem a sua importância porque, apesar da divisão manufatureira no processo de trabalho fragmentar as tarefas, desqualificar e desvalorizar a força de trabalho, tem-se ainda um residual de participação autônoma dos trabalhadores no processo produtivo. A total subsunção do trabalhador ao capital dar-se-á com a introdução da maquinaria, que romperá com os laços residuais de autonomia no trabalho. Por ora, interessa destacar que a manufatura já introduz uma alteração na subjetividade relacionada à forma de organizar o trabalho. A manufatura assume um claro caráter de expropriação do saber-fazer e do controle sobre o trabalho existente antes. Agora, o trabalho decomposto, fatiado e parcelado retira do trabalhador certo grau de autonomia, fazendo com que o mesmo perca o controle do conjunto. Enquanto a cooperação simples em geral pouco altera o modo de trabalho,

a manufatura o revoluciona pela base e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Ela aleija o trabalhador convertendo-o numa anomalia, ao fomentar artificialmente sua habilidade no pormenor, mediante a repressão de um mundo de impulsos e capacidades produtivas (MARX, 1985 - vol. I: 283).

A especialização passa a ser condição de inserção no processo de trabalho e a inserção parcial do trabalhador no processo de produção é o parcelamento do próprio trabalhador. Tem-se aqui a transformação do trabalhador num acessório do processo produtivo: “Incapacitado em sua qualidade natural de fazer algo autônomo, o trabalhador manufatureiro só desenvolve atividade produtiva como acessório da oficina capitalista” (MARX, 1985 vol. I: 283). Considerando, porém, os aspectos subjetivos do trabalhador sob esse sistema, há um dado relevante: a combinação dos diversos trabalhos fragmentados, inscritos na forma de organização do trabalho na manufatura requer, dos próprios trabalhadores parciais, a habilidade e determinado conhecimento do trabalhador. Pode-se dizer que a manufatura manifesta uma subsunção formal do trabalho, condição essa que interfere no sujeito do trabalho por este tipo de trabalho que se limitou

à expropriação das condições objetivas – os meios de produção – e não expropriou as condições subjetivas do processo de trabalho: o saber-fazer operário. Ou seja, o modo produtivo manufaturado requer

ainda a participação ativa do trabalhador no processo produtivo. É ele quem controla e manuseia as ferramentas que exigem a sua destreza, habilidade e criatividade. Nesse caso, braços e mentes ainda andam juntos (ROMERO, 2005: 85-86).

Têm-se aqui elementos de uma subjetividade com traços de resistência, na medida em que o capital não expropriou por completo o conhecimento do trabalhador, ao contrário, o modo produtivo da manufatura precisa desse saber operário. Ao mesmo tempo em que o trabalhador disponibiliza o seu conhecimento, esse é utilizado como recurso de barganha frente ao capital. Essa resistência manifesta-se desde um poder maior de negociação frente aos temas do salário e condições de trabalho até os expedientes utilizados no chão da produção, para não se deixar dominar à lógica absoluta da produção. Pode-se falar em uma subjetividade mediada em que o capital não pode tudo e precisa estabelecer certa dialética com o sujeito do trabalho. Esse aspecto da subjetividade, no qual a subordinação e o assujeitamento não são totais, será eliminado com a introdução da maquinaria – o surgimento da grande indústria. Nessa, ocorre o fecho do percurso transitivo da subsunção do trabalho ao capital e, por conseguinte, do próprio trabalhador, processo esse que começa na cooperação simples, na qual

o capitalista representa, em face dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. O processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, convertendo-o em trabalhador parcial. Ele se completa na grande indústria que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital (MARX, 1985 – vol. I: 283-284).

A grande indústria significa a passagem da subsunção formal (manufatura) para a subsunção real, em que o capital separa braços e mentes e torna “o conhecimento aplicado no processo de trabalho algo externo aos próprios agentes produtivos” (ROMERO, 2005: 86). A evolução dos meios técnicos, o desenvolvimento das máquinas-ferramentas – a maquinaria descrita por Marx⁹ –, impacta o modo produtivo,

⁹ - A reflexão de Marx sobre a maquinaria relaciona-se ao surgimento da grande indústria: “É dessa parte da maquinaria, a máquina-ferramenta, que se origina a Revolução Industrial no século XVIII” (MARX, 1985 - vol. II: 08). Contrariando muitos autores, a invenção da máquina a vapor e da máquina de fiar tem sua origem ainda no artesanato, na manufatura: “A própria máquina a vapor, como foi inventada no final do século XVII, durante o período manufatureiro, e continuou a existir até o começo dos anos 80 do século XVIII, não acarretou nenhuma revolução industrial. Ocorreu o contrário: foi a criação das

revolucionaria a forma de produzir, radicaliza a divisão do trabalho oriunda da manufatura e reorganiza o conjunto da sociedade capitalista. Para além da consequência objetiva (produção de mercadorias), incorre uma alteração subjetiva (produção de relações sociais), pois o capital

não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção, e com isso, todas as relações sociais. (...) Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas (...) Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar (...) Os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com outros homens (MARX e ENGELS, 1998: 43).

Os efeitos desse mecanismo [a maquinaria] que executa as mesmas operações que o trabalhador realizava antes com ferramentas semelhantes é devastador. O autor de *O Capital* refere-se à maquinaria introduzida pela Revolução Industrial como um “monstro”, cujo corpo envolve todo o processo produtivo, “enche prédios fabris inteiros e cuja força demoníaca, de início escondido pelo movimento quase festivamente comedido de seus membros gigantesco, irrompe no turbilhão febril de seus inúmeros órgãos de trabalho propriamente ditos’ (MARX, 1985 - vol. II: 14).

O objetivo principal de Marx ao estudar a tecnologia, a introdução da máquina-ferramenta no processo produtivo, tem como horizonte compreender a mudança de base material do capitalismo. O seu interesse no estudo da tecnologia é apreender a mudança de patamar que ocorre nas relações produtivas e sociais. O que deseja, antes de tudo, é decifrar a lógica das forças produtivas na dinâmica da luta de classes. Na sua obra *A Miséria da Filosofia*, expressava essa linha de raciocínio, ao demonstrar as relações sociais atreladas às forças produtivas:

Adquirindo novas forças produtivas, os homens mudam o seu modo de produção, e mudando o modo de produção, a maneira geral de ganhar a vida, eles mudam todas as suas relações sociais. O moinho dar-vos-á a sociedade com o suserano; a máquina a vapor, a sociedade com o capitalista industrial (MARX, 1985b: 106).

máquinas-ferramentas que tornou necessária a máquina a vapor revolucionada” (MARX, 1985 – vol. II: 10).

Na teoria marxiana, a divisão dos indivíduos em classes sociais é um dado objetivo, que resulta do fato dos capitalistas comprarem a força de trabalho e os proletários venderem-na no mercado de trabalho, relação essa que configura uma exploração de classe e gera a luta de classes. Identidade, consciência e ação coletiva são as premissas que compõem a luta de classes. A sua essência, segundo Marx (1985a), é resultante do antagonismo irresolúvel entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que possuem apenas a força de trabalho. É inevitável que essas classes entrem em confronto, como destacam Marx e Engels ao olharem a história da civilização:

Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor feudal e servo, mestre da corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira ou pela destruição das duas classes em conflito (MARX e ENGELS, 1998: 40).

Aqueles que estão subordinados às forças do capital adquirem consciência de que a exploração a que estão submetidos é o fator de sua miséria, em contrapartida àquele que se encontra em uma situação radicalmente oposta à sua. Essa consciência é adquirida em função da materialidade – das condições aviltantes – da exploração, ou através da conscientização advinda de outros, daqueles que se debruçam sobre a essência do caráter da exploração. A primeira premissa para a luta de classes está na identidade. Apenas quando o sujeito do trabalho se percebe igual aos seus pares, igual na sujeição, pode ele evoluir para uma consciência de classe – a segunda premissa. A consciência de classe é o reconhecimento por parte do trabalhador de que a sua sorte é a mesma do outro que está ao seu lado, ou seja, ambos são explorados pelo capital. O valor daquilo que produzem não retorna em ganhos aos seus bolsos e a mais-valia é apropriada pelo capitalista. Essa consciência de que isso não acontece apenas com eles, mas com todos os outros que vivem em situação semelhante é o que o faz enxergar-se na condição operária, na condição de classe social. Entretanto, a classe apenas existe enquanto se manifesta, e revela capacidade de traduzir a sua identidade e a sua consciência em ações coletivas. É o agir, o revoltar-se, e colocar-se em marcha contra a exploração que materializa a classe e a retira do seu lugar ontológico. A luta de classe, portanto, indica que os arranjos institucionais (do Estado) e da produção

(mercado) podem ser alterados, ou melhor, ainda, o próprio Estado – e o mesmo vale para o mercado –, são resultantes dos embates que se produzem entre as forças do trabalho e do capital.

É a partir da compreensão de que a evolução das forças produtivas enseja sempre mais a exploração dos trabalhadores, que Marx chega à conclusão, nos seus estudos sobre a maquinaria que a mesma se “destina a baratear a mercadoria e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encurtar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista” (MARX, 1985 - vol II: 07). Em sua interpretação, a maquinaria da grande indústria está associada à produção da mais-valia, particularmente da mais-valia relativa¹⁰.

Tendo presente o objetivo de analisar os aspectos subjetivos no trabalho, interessa aqui a interpretação da mudança de patamar da divisão social do trabalho a partir da introdução da máquina-ferramenta. Segundo Marx (1985a), a maquinaria sofisticada a divisão social do trabalho, tributária do período artesanal e da manufatura. E essa não é uma mudança qualquer. A maquinaria assume um significado revolucionário nas forças produtivas e o núcleo central dessa transformação reside no fato de que, por meio da intervenção da técnica e da ciência no processo de trabalho, tem-se a completa expropriação do saber do trabalhador no processo produtivo. Trata-se de um revolucionamento e não apenas de uma radicalização. O caráter transformador está em haver um rompimento com os princípios da divisão do trabalho na manufatura. Observa-se uma autonomização dos instrumentos de trabalho frente ao trabalhador, rompe-se a relação orgânica entre os dois, como destaca Marx nos *Grundrisse*:

O pleno desenvolvimento do capital só ocorre (...) quando o meio de trabalho (...) se apresenta diante do trabalho, no processo de produção, sob a forma de máquinas; então, o processo de produção

¹⁰ - Marx faz uma distinção entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa, a primeira é produzida pelo prolongamento físico da jornada de trabalho e a segunda se faz pelo barateamento da força de trabalho, abreviando-se a parte da jornada destinada à produção. Isso se faz, sobretudo através do desenvolvimento da maquinaria. Segundo Marx (1985 - vol II: 31), “a máquina produz mais-valia relativa não só ao desvalorizar diretamente a força de trabalho e, indiretamente, ao baratear as mercadorias que entram em sua reprodução, mas também em suas primeiras aplicações esporádicas, ao transformar em trabalho potenciado o trabalho empregado pelo dono de máquinas, ao elevar o valor do produto da máquina acima do seu valor individual, possibilitando ao capitalista assim substituir, com uma parcela menor de valor do produto diário, o valor diário da força de trabalho”.

deixa de estar subordinado à habilidade direta do trabalhador e aparece como aplicação técnica da ciência. A tendência do capital, portanto, é dar à produção um caráter científico, reduzindo o trabalho a um simples momento desse processo (MARX *apud* ROSDOLSKI, 2002: 205).

Na manufatura, a ferramenta especializada, ainda não transformada em máquina, depende da habilidade do trabalhador, da sua destreza e de um determinado conhecimento. É como se a ferramenta fosse uma extensão do corpo do próprio trabalhador, uma vez que está intimamente vinculada à habilidade específica daquele trabalhador parcial, que realiza uma atividade igualmente especializada. O sistema de máquina, a máquina-ferramenta, rompe com essa organicidade e o capital se apropria materialmente do trabalho e subjetivamente do trabalhador. Agora, o processo produtivo é prescrito, não sendo necessário nenhum aporte do trabalhador. Ao mesmo tempo em que o trabalhador não dispõe dos meios de produção, não sendo possível utilizá-los da forma que lhe convenha, também o seu trabalho é privado de autonomia, uma vez que as tarefas já estão prescritas. Tem-se, portanto, uma mutação substancial com a forma de organizar o trabalho da manufatura, onde os trabalhadores agrupados ou individualmente executam

cada processo parcial específico com sua ferramenta manual. Embora, o trabalhador seja adequado ao processo, também o processo é adaptado antes ao trabalhador. Esse princípio subjetivo da divisão é suprimido na produção mecanizada. O processo global é aqui considerado objetivamente, em si e por si, analisado em suas fases constituintes, e o problema de levar a cabo cada processo parcial e de combinar os diversos processos parciais é resolvido por meio da aplicação técnica (MARX, 1985 - vol. II: 13).

Com a introdução da maquinaria, o modo de produzir assume um caráter que transforma a natureza do trabalho. A nova divisão social do trabalho separa cada vez mais o trabalhador individual dos meios do seu trabalho. Nos *Grundrisse*, Marx comenta o caráter dessa *differentia specifica*, que não é,

como no caso do meio do trabalho, a de transmitir ao objeto a atividade do trabalhador. A atividade se organiza agora de outra maneira: o que se transmite à matéria prima é o trabalho, ou ação, da própria máquina, à qual [o trabalhador] vigia e impede que se danifique. É diferente do caso do instrumento que o trabalhador manipula e anima, como a uma parte de seu próprio corpo, com sua destreza e atividade, e cujo manejo depende de sua virtuosidade.

Dona de habilidade e da força, a máquina toma o lugar do trabalhador, ela mesma é virtuosa, possui alma própria, encarnada nas leis da mecânica que agem nela (...). A atividade do trabalhador, reduzida a uma mera atividade abstrata, passa a ser totalmente determinada e regulada pelo movimento da maquinaria, e não o contrário (MARX *apud* ROSDOLSKI, 2002: 203-204).

Com a introdução da máquina ferramenta, o saber produtivo não se baseia na experiência do trabalhador, mas se situa cada vez mais fora dele. O processo produtivo passa a ser ancorado num conhecimento objetivado nas máquinas, diferentemente da manufatura, na qual sobre a ferramenta repousa um conhecimento objetivado pelo trabalhador. A maquinaria aniquila qualquer pretensão do saber operário. O que acontece é que, se por um lado o trabalhador não deixa de ser o instrumento ativo do processo de trabalho, por outro, atua no processo de trabalho conduzido por um conhecimento não mais formulado por ele, mas que está inscrito e prescrito em normas técnicas. O trabalhador parcial da manufatura realizava atividades simples, porém detinha em si um

saber-fazer que não fora subordinado tecnicamente pelo capital. O manejo das ferramentas, que eram uma extensão do próprio trabalhador, era fruto de um saber produtivo que não estava incorporado materialmente pelo capital. Com a introdução de máquinas, o capital rompe mais esse limite, acentuando ainda mais a desvalorização do trabalho (ROMERO, 2005: 133-134).

A maquinaria significa uma ruptura da base material e do controle do trabalhador sobre o processo de trabalho e apresenta implicações para a subjetividade operária, ou seja, para a forma como ele passa a se relacionar com o trabalho, com os colegas de trabalho, como ele se situa neste contexto produtivo. O conhecimento, a comunicação e a cooperação alteram-se substancialmente. O trabalho que se realiza tem a sua autonomia reduzida – considerando-se que já está prescrito; a fala entre os trabalhadores circunscreve-se na dinâmica imposta pelo trabalho, uma fala reativa ao modo de produção, às demandas solicitadas, e a cooperação no trabalho caracteriza-se pelo autômato imprimido pela divisão técnica do trabalho. Essa forma de organizar o trabalho implica uma subjetividade, no sentido de interação, criação, inventividade e autonomia empobrecidas. A caracterização desse tipo de trabalho manifestar-se-á com ênfase no modo produtivo fordista como se verá à frente, modo de produção totalmente distinto da sociedade pós-industrial a ser analisado no capítulo II.

Essa forma de organizar o trabalho prescrito pela maquinaria tem sua gênese na sociedade industrial e, sob a perspectiva da subjetividade, é distinta à forma de organização do trabalho no período anterior, na manufatura, quando o trabalho realizava-se com um grau maior de autonomia. Na manufatura, “a articulação do processo social de trabalho é puramente subjetiva, combinação de trabalhadores parciais; no sistema de máquinas, a grande indústria tem um organismo de produção inteiramente objetivo, que o operário já encontra pronto, como condição de produção material” (MARX, 1985 - vol. II: 17). Ou ainda mais radical, no processo produtivo artesanal e na manufatura, o trabalhador serve-se da ferramenta; na fábrica, ele serve à máquina. Antes, é dele que partia o movimento do meio de trabalho; aqui, ele precisa acompanhar o movimento: “Na manufatura, os trabalhadores constituem membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, há um mecanismo morto, independente deles, ao qual são incorporados como um apêndice vivo” (MARX, 1985 - vol. II: 43). A subordinação do trabalhador à maquinaria, a transformação de sua pessoa em acessório do processo produtivo, a radicalização da parcelização do trabalho e a sua especialização numa atividade presumida “confiscam toda a livre atividade corpórea e espiritual”, na expressão de Marx.

Mesmo a facilitação do trabalho torna-se um meio de tortura, já que a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo. Toda produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, que, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável (MARX, 1985 - vol. II: 43).

A maquinaria volta-se contra o próprio trabalhador, contra a sua autonomia, a sua capacidade de criação, de reconhecimento naquilo que faz. Há uma cisão do todo corpóreo do trabalho, o seu valor fica reduzido à venda de energia física, e a capacidade de raciocínio do trabalhador é dispensada. Há uma fragmentação, um fracionamento do trabalhador, que o reduz enquanto pessoa e o direciona à dominação e à exploração maiores.

Os trabalhadores são também atingidos no plano moral pelo desenvolvimento das forças produtivas; este os desonra e faz deles simples apêndices da máquina. Ainda que se possa diminuir ou

eliminar o sofrimento no trabalho, não se deve esquecer que submissão às máquinas faz também com que os trabalhadores percam o domínio do seu trabalho que, este sim, perde seu conteúdo (SPURK, 2005: 205).

Marx reputa, portanto, ao surgimento das máquinas-ferramentas, a derrocada definitiva da forma de produção artesanal e a inauguração de um modo produtivo e, embora não se refira explicitamente à subjetividade, fica evidente que o desenvolvimento das forças produtivas altera a relação do sujeito do trabalho com o trabalho. O mesmo processo ocorre nesse momento histórico – a Revolução Tecnológica em curso modifica o modo produtivo e desorganiza o mundo do trabalho que conhecíamos. A Revolução Tecnológica traz consigo a novidade da introdução de máquinas-ferramentas com mais recursos, incorporando tecnologia informacional que, associada aos novos métodos de gestão do trabalho, mais sofisticados, inspirados no toyotismo sobrepõem-se ao fordismo e reorganizam a ação do trabalhador no processo produtivo. O conjunto dessas mudanças manifesta outras características subjetivas *vis à vis* ao trabalho.

A introdução da maquinaria através da grande indústria, nos primórdios da Revolução Industrial, desorganiza a relação do trabalhador com o seu trabalho, com a sua capacidade de intervir no processo produtivo. Nos *Manuscritos*, Marx analisa esse processo cristalizado a que os trabalhadores devem agora se ajustar:

Aqui o trabalho passado também se apresenta – tanto na maquinaria automatizada quanto naquela posta em movimento por ele – visivelmente como independente do trabalho enquanto auto-atividade (*selbsttätig*): em vez de ser subordinado por este último, o trabalho passado é o que o subordina a si. Trata-se do homem de ferro contra o homem de carne e osso. A subsunção do seu trabalho ao capital – absorção do seu trabalho pelo capital –, que está no cerne da produção capitalista, surge aqui como um fator tecnológico. A pedra fundamental está posta: o trabalho morto no movimento dotado de inteligência e o vivo existindo apenas como um de seus órgãos conscientes. (...) A unidade da maquinaria alcança assim, evidentemente, forma independente e plena autonomia com relação aos trabalhadores, ao mesmo tempo em que se coloca em oposição a eles (MARX *apud* ROMERO, 2005: 136).

Em que pese a possível e aparente demonização de Marx às máquinas-ferramentas, é um equívoco considerar sua crítica descontextualizada do seu método – o materialismo dialético. A partir desse método, percebe-se que o desenvolvimento dos

meios técnicos é condição necessária para o surgimento do conceito de classe social. É o desenvolvimento das forças produtivas e o amadurecimento do capitalismo que possibilitam a irrupção de um novo ator social no cenário da sociedade industrial, como a propósito se lê nos *Grundrisse*: “Se a sociedade, tal como é, não contivesse, ocultas, as condições materiais de produção e circulação necessárias a uma sociedade sem classes, todas as tentativas de criá-la seriam quixotescas” (MARX *apud* ROSDOLSKI, 2001: 353). Marx vislumbra que o desenvolvimento dos meios técnicos e a sofisticação da maquinaria levariam, um dia, à possibilidade da auto-afirmação e mesmo da emancipação do trabalhador, quando afirma:

A natureza não constrói máquinas têxteis, locomotivas, estradas de ferro, telégrafos etc. São produtos da laboriosidade humana; são materiais naturais que se transformam em instrumentos da vontade e da ação humanas sobre a natureza. São como órgãos do cérebro humano criados pela mão humana; conhecimento objetivado. (...) [O desenvolvimento da maquinaria] revela até que ponto o conhecimento social geral converteu-se em força produtiva imediata; portanto, até que ponto as condições do próprio processo da vida social foram colocados sob o controle do intelecto coletivo [*general intellect*] (MARX *apud* ROSDOLSKI, 2001: 206).

Essa passagem antevê a possibilidade do caráter emancipatório do trabalho. O progresso da técnica objetivado nas máquinas, resultante do conhecimento em geral, permitirá suprimir “o roubo do tempo de trabalho alheio”, para usar uma expressão de Marx, na medida em que a riqueza social não será mais produto do tempo de trabalho, mas sim do tempo disponível. Em realidade, essa predição feita há um século e meio está em curso, como se verá posteriormente.

A breve digressão, valendo-se de Marx sobre o papel desempenhado pela maquinaria no nascedouro da Revolução Industrial, tem como objetivo destacar o lugar transformador que a introdução de tecnologias desempenha na alteração das forças produtivas produzindo implicações importantes na alteração da subjetividade operária. Tudo isso para afirmar que não é diferente nesse momento histórico. A introdução de novas tecnologias, as máquinas-ferramentas informacionais, estão na origem, embora não sejam o único elemento da sociedade pós-industrial, da configuração de elementos subjetivos no trabalho distintos daqueles da sociedade industrial.

1.4 – Fetichismo: Mercadoria, trabalho e subjetividade

O morto domina o vivo – Marx.

O fetichismo é uma categoria analítica central na teoria marxiana e destina-se à análise da mercadoria, porém pode ser estendida também ao caráter da subjetividade que se manifesta no sujeito do trabalho. Sob este aspecto, analisa-se a contribuição subjetiva do trabalhador no processo de trabalho. A mercadoria sintetiza a essência do modo de produção capitalista e se refere, antes de tudo, aos objetos que para além do seu valor de uso, possuem um valor de troca. Ao capital interessa o valor de troca da mercadoria, uma vez que o seu valor de uso é incomensurável – não pode ser quantificado. É na relação do valor de troca que as mercadorias assumem um valor quantitativo e podem ser trocadas pela quintessência da mercadoria: o dinheiro. O que determina o valor de uma mercadoria – substância comum a todas elas –, é a quantidade de trabalho despendido para produzi-la, mais especificamente, a média do tempo utilizado de acordo com o grau de desenvolvimento das forças produtivas. Nesse contexto, é que se fala em trabalho abstrato, ou seja, o tempo de trabalho socialmente necessário para se produzir determinada mercadoria,

aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho. (...) É, portanto, apenas o *quantum* de trabalho socialmente necessário para produção de um valor de uso o que determina a grandeza do seu valor. (...) O valor de uma mercadoria está para o valor de cada uma das outras mercadorias assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra (MARX, 1985 - vol. I: 48)

O trabalho é, antes de tudo, trabalho concreto. Sem o trabalho concreto, o trabalho abstrato não existe. Porém, é o trabalho abstrato que interessa ao capital porque é ele que cria o valor. Nesse sentido, o trabalho abstrato e o valor que ele cria nada têm de concretude, trata-se de uma abstração social – existe apenas numa sociedade em que tudo se transforma em mercadoria. Tem-se aqui um indicativo do caráter fetichista da mercadoria, que faz Marx perguntar:

De onde provém o caráter enigmático do produto do trabalho, tão logo ele assume a forma mercadoria? (...) O misterioso da forma mercadoria consiste simplesmente no fato que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social existente fora deles, entre objetos (MARX, 1985 – vol. I: 71).

O capital é um mundo invertido: as relações sociais aparecem como sendo relações entre as coisas e essas coisas são mercadorias. O fetichismo é a manifestação pela qual a mercadoria, o valor e o dinheiro escondem, em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, portanto, as relações sociais entre os trabalhadores individuais. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que o trabalho assume também um caráter fetichista. Entre os trabalhadores e suas criações instala-se uma relação de exterioridade. Eles não são os sujeitos-criadores das coisas, ao contrário, as coisas é que são os mestres de seu destino. No que diz respeito ao processo de trabalho, a produção de mercadorias apaga as especificidades dos diferentes trabalhos e dos diferentes sujeitos/trabalhadores engajados nesse processo, visto que o capital não se interessa pelo conteúdo nem pela especificidade do trabalho, só o trabalho abstrato lhe interessa porque é fonte do valor. Nas palavras de Marx, ao desaparecer o

caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos produtos dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho abstrato (MARX, 1985 - vol. I: 47).

No modo produtivo que se instaura, a produção de um objeto, de uma mercadoria, é estranha ao seu produtor, o sujeito/trabalhador. Trata-se do trabalho alienado, fetichizado. Há uma inversão da relação entre o trabalhador e as coisas, entre o sujeito e o objeto. Há uma objetivização do sujeito e uma subjetivização do objeto – o sujeito se torna uma coisa e o objeto ganha vida. As coisas – dinheiro, capital, máquinas – se convertem em sujeitos da sociedade: “Marx condena o capitalismo não apenas pela miséria que provoca, mas sobretudo pela inversão entre coisas e pessoas: em outras palavras, pela fetichização das relações sociais” (HOLLOWAY, 2003: 97).

O trabalho como algo exteriorizado, descolado do sujeito que o produz, anula manifestações subjetivas do trabalhador no processo produtivo. Na sociedade

capitalista, tal qual descrita por Marx, o trabalho como extensão criativa, autônoma e sociabilizadora, perde o seu sentido. O trabalho é despojado do seu conteúdo, realiza-se de forma compulsória. A subjetividade que se manifesta é a da coisificação do sujeito do trabalho frente ao capital, do assujeitamento do trabalhador que não se reconhece nessas relações.

A fetichização é um dos aspectos da subjetividade assujeitada, porém há outro elemento da sujeição no trabalho que é aquele se manifesta no controle sobre os corpos, compreendido a partir dos princípios da sociedade da disciplina descrito por Foucault (2001). Os princípios da disciplina aplicados aos corpos, segundo Foucault, fazem-se através da vigilância hierárquica, da sanção normalizadora e do exame. A vigilância hierárquica funciona como um sistema de poder sobre o corpo, de fora para dentro; trata-se de relações verticais exercidas por técnicas que deixam o indivíduo exposto ao permanente controle. A sanção normalizadora caracteriza um sistema de correção de comportamentos; desvios são corrigidos e condutas corretas premiadas. Regulamentos, leis e programas dão conta de estabelecer o padrão de comportamento a ser seguido. O exame representa a conjugação e a articulação das técnicas de vigilância às de normalização: classificar, qualificar e comparar os indivíduos possibilita a adoção de padrões de exercício de poder sobre os corpos. O que se pretende é a sujeição do corpo com o objetivo de tornar o indivíduo dócil e útil: “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as disciplinas” (FOUCAULT: 2001: 118).

O assujeitamento caracteriza, portanto, uma perda da subjetividade, daquilo que constitui a essência da autonomia, de poder decidir, influir, determinar. Ora, o assujeitamento é uma contradição e um paradoxo à emancipação prometida pela própria Revolução Industrial, a de tornar livres todos os trabalhadores. A aparente contradição, de que agora o trabalhador de sujeito livre passa a ser assujeitado, encontra em Marx uma outra interpretação. Apesar da alienação, do fetichismo, do estranhamento, da sujeição, até mesmo corporal, que se processa no trabalho, essas mesmas relações de produção produzem reações subjetivas à exploração – uma subjetividade de resistência. O processo de homogeneização dos sujeitos do trabalho permitiu que se originasse uma comunidade de interesses que passará a se organizar. A plena identificação de muitos

com o trabalho vai produzindo uma identidade comum entre os sujeitos do trabalho e uma consciência da condição assalariada – a condição operária origina um sujeito social, a classe: “Com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas se multiplica; comprime-se em massas cada vez maiores, sua força cresce e ele adquire maior consciência dela” (MARX e ENGELS, 1998: 47). A classe é a manifestação da consciência daqueles que se sentem brutalizados pelo sistema e identificam um antagonismo irreconciliável entre os seus interesses e os do capital e, ao mesmo tempo, se colocam em luta, em conflito, contra o mesmo capital.

A reação coletiva em que entraram os indivíduos de uma classe, relação condicionada por seus interesses comuns frente a um terceiro, foi sempre uma coletividade a que pertenciam esses indivíduos (...) enquanto viviam dentro das condições de existência de sua classe – ou seja uma relação na qual participavam não como indivíduos, mas como membros de uma classe (MARX e ENGELS, 1984: 117).

A conclusão a que se pode chegar é que, se por um lado, a subjetividade na sociedade industrial descrita por Marx não suplantou o assujeitamento, a subordinação, e até mesmo o estranhamento no processo produtivo, por outro, nada permite afirmar que se trata de uma subjetividade alienada. Os trabalhadores, exatamente porque têm consciência de sua condição assalariada, percebem o capital como o seu contrário e, dessa limitação, procuram tirar proveito. Esse sujeito do trabalho assujeitado é o mesmo que, consciente da exploração a que está submetido, manifesta subjetividade enquanto classe nas lutas que desenvolve. Uma questão, entretanto se põe: Essa consciência de classe é suficiente para romper com a dominação do capital? Ou posto em outras palavras: a subjetividade que se forja no longo período da sociedade industrial é portadora de uma efetiva emancipação? O conceito emancipação é visto aqui como eliminação dos obstáculos que cerceiam e limitam a liberdade compreendida, não no seu sentido liberal, que remete para o indivíduo: livre para se fazer o que deseja; mas, liberdade como condição de vida digna, que supera a exploração. Emancipação como autodeterminação coletiva para exercer o controle sobre as condições sociais de produção, como destacam Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*: “A condição de sua existência, o trabalho, e, com elas, todas as condições de existência que governam a sociedade moderna, tornaram-se (...) algo que eles, como indivíduos isolados, não

controlam e sobre o qual nenhuma organização social pode lhes dar o controle” (MARX e ENGELS, 1984: 121).

A produção do subjetivo no âmbito da produção capitalista, compreendida por Marx como aquela que se produz nas práticas materiais da produção e seus antagonismos não conseguiu, todavia, romper com a dominação do capital. As lutas sociais produzidas pela subjetividade do sujeito do trabalho na primeira fase do capitalismo industrial levaram ao amadurecimento da sociedade industrial que encontrará, no sistema de produção fordista, o seu pleno desenvolvimento – paradoxalmente uma conquista e uma derrota da subjetividade do sujeito do trabalho.

1.5 – O sujeito do trabalho no modelo taylorista-fordista: Aspectos da subjetividade

O fordismo no pós-guerra tem de ser visto menos como um mero sistema de produção em massa do que como um modo de vida total – Harvey.

O sistema de produção fordista é o coroamento da “grande indústria” analisada por Marx quando do início do capitalismo industrial. Com o fordismo a “sociedade se tornou fábrica” (NEGRI e HARDT, 2001) e encerrou o sujeito do trabalho em uma “jaula de ferro” (SENNETT, 2006). O fordismo é tributário da evolução das forças produtivas, sobretudo da (r)evolução dos meios técnicos que se seguiu à Revolução Industrial de 1780¹¹. A célula original do fordismo encontra, no sistema do trabalho cooperação artesanal e da manufatura, a sua origem, como descreveu Marx (1985a). Do ponto de vista da organização do modo produtivo, a essencialidade do fordismo reside na radicalização da parcelização do trabalho. O sistema fordista de produção é um *continuum* da forma de produção já presente, embrionariamente, na manufatura e na grande fábrica analisada pormenorizadamente por Marx (1985a).

¹¹ - Houve pelo menos duas revoluções industriais: a primeira no final do século XVIII, caracterizada pela introdução de novas tecnologias, como a lançadeira-volante, a máquina de fiar, a *spinning-jenny*, a *watter-frame*, a máquina a vapor etc e, a segunda aproximadamente cem anos depois (final do século XIX) que se destacou pelo desenvolvimento da eletricidade, o motor a combustão, os produtos químicos, a fundição do aço e pelo início de tecnologias de comunicação com a difusão do telégrafo e a invenção do telefone. São consideradas revoluções porque transformaram os processos de produção e distribuição, criaram novos produtos, aumentaram a produtividade e incidiram numa reorganização social do trabalho e nas relações sociais. Em síntese, mudaram a sociedade.

Na origem do fordismo está também o taylorismo, ou dito de outra forma, sem o taylorismo não haveria o fordismo. Uma breve abordagem da organização taylorista-fordista do trabalho como muitos denominam, por apresentar pouca ou quase nenhuma distinção, desvela o caráter de ruptura com a forma atual de se organizar o trabalho¹². Com a análise desse modelo clássico de organização do trabalho demonstra-se que, mais do que um simples modo produtivo, o mesmo contribuiu para a conformação de um determinado sujeito e para a consolidação do que se denomina de sociedade industrial – responsável pela produção de uma subjetividade que marcou decisivamente várias gerações de trabalhadores. Perceber-se-á que se, por um lado, ele é continuidade do trabalho que se tinha anteriormente, por outro, acrescenta elementos de uma nova configuração.

A evisceração do modelo taylorista-fordista, exige a retomada das idéias de Taylor, responsável pelas novas formas de gerenciar a organização do trabalho nas indústrias que vicejavam em toda a Europa¹³. Foi contemporâneo de Marx, porém o filósofo alemão não o cita, porque a principal obra de Taylor – *Principles of scientific management* – considerado o pioneiro na área de consultoria empresarial –, foi publicada apenas em 1909¹⁴. Marx teria tido gosto em citá-lo, porque este apenas confirmaria a sua tese: a da busca incessante, por parte do capital, da racionalização do processo produtivo. Taylor ficou conhecido por sua obsessão em buscar o lugar heurístico *one best way* (a ‘melhor forma’ ou ainda, o ‘melhor gesto’) no método de organização do trabalho, cuja proposta pode ser resumida da seguinte forma:

- a) definição exata dos movimentos elementares necessários para executar o trabalho e das ferramentas e materiais utilizados; b) determinação por cronometragem, ou outros métodos de medida, dos tempos necessários para executar cada um desses movimentos; c) análise crítica dos movimentos para conseguir sua simplificação e a maior economia dos gestos; d) reunião dos movimentos em uma

¹² - O conceito taylorismo-fordismo é utilizado, entre outros, por Coriat (1994), Harvey (2001), Leite (1994), Tenório (2000), Gounet (1999), Hirata (1993), Alves (2000), Rifkin (1996), Fleury e Vargas (1999), Katz e Braga (1995), Heloani (2000), Salerno (1999).

¹³ - Frederick Winslow Taylor iniciou sua atividade profissional em 1873 na Enterprise Hydraulic Works, onde ingressou como aprendiz. Posteriormente passou a trabalhar na Midvale Steel Company onde, de operário, passou a engenheiro-chefe de oficinas. Foi ainda consultor de várias empresas e, freqüentemente, proferia conferências em estabelecimentos industriais e Universidades (TENÓRIO, 2000: 213 – nota).

¹⁴ - No Brasil, o livro foi publicado em 1948, com o título *Princípios de administração científica*, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), vinculado à presidência da República.

seqüência que constitui uma unidade de tarefa (TENÓRIO, 2000: 137).

Marx já antecipara essas idéias no sistema do trabalho cooperação, sobretudo a partir da introdução da maquinaria. Taylor preocupou-se em sistematizar idéias que iam da organização da produção à organização do trabalho, um dado importante, porque o seu método sugere uma especialização do trabalhador na sua atividade fim. Trata-se de uma racionalização do processo do trabalho centrado em atividades repetitivas, simplificadoras, com ritmos extenuantes e rígida vigilância – a sociedade da disciplina de que fala Foucault (2001). É um trabalho destituído de conteúdo e considerado embrutecedor.

Centrando o controle sobre o trabalho no controle das decisões que são tomadas no curso da produção, Taylor propôs que a gerência reunisse o conhecimento sobre o trabalho anteriormente possuído pelos trabalhadores e eliminasse toda a atividade de concepção do chão de fábrica, concentrando-a nos escritórios de planejamento, como forma de impedir a prática generalizada dos trabalhadores nas oficinas de conter o ritmo de produção (LEITE: 1994: 60).

A autora fala em “expropriação do saber operário”, ou ainda em “expropriação técnica dos operários”. Somado a esse processo de destituição do saber operário, o método proposto por Taylor tem a sua centralidade no trabalho individual. O mesmo, desestimula o trabalho em equipe, por considerar que os trabalhadores, quando estão reunidos, tornam-se ineficientes, tanto que estimulava o relacionamento também individual com a gerência. Esse isolamento da organização científica do trabalho fragmentava os trabalhadores.

O paradigma taylorista de produção terá a sua versão organizacional com o movimento de administração científica, com Henry Fayol¹⁵. Tanto quanto Taylor, Fayol é considerado um dos fundadores do moderno *business* gerencial. Resumidamente, suas proposições são caracterizadas por Coriat:

- concentrar a atenção em uma das funções tradicionais – a da direção geral – para autonomizá-la e transformá-la progressivamente numa função central e chave da administração geral das empresas (...);

¹⁵ - Henry Fayol é autor da obra *Administration industrielle et générale* (Administração industrial e geral), publicada em 1916. Para Harvey (2001), este texto se tornou muito mais influente na Europa do que o texto *Principles of scientific management* de Taylor.

- assentar a autoridade sobre um critério de competência, separando-a da propriedade financeira ou dos laços financeiros que – na primeira metade do século XIX – ainda são o fundamento essencial do poder da empresa;
- sua herança prática essencial – o famoso organograma – condensa uma série de recomendações que se traduzem pela materialidade de uma ordem hierárquica de empresa, na qual o modelo da pirâmide e a estrita separação funcional constituem necessários pontos fixos (...);
- coerente com as recomendações tayloristas de divisão do trabalho na oficina, o modelo de firma que daí resulta: autoridade da direção geral-separação estrita das funções-parcelização das tarefas foi, numa certa configuração dos mercados, a do crescimento e da afirmação da produção de massa de produtos padronizados (CORIAT, 1994: 75-76).

Na perspectiva do fordismo, a importância de Taylor reside no fato do seu método tornar possível a racionalização do trabalho individual alavancando a produção em massa. Em função dessa possibilidade passa a ser comum a conjugação do taylorismo com o fordismo, uma vez que o último se apóia nas premissas possibilitadas pelo primeiro. O fordismo, portanto, é um método de organização da produção e do trabalho complementar ao taylorismo “que se caracteriza pelo gerenciamento tecnoburocrático de uma mão-de-obra especializada sob técnicas repetitivas de produção de serviços ou de produtos padronizados” (TENÓRIO, 2000: 140). Simbolicamente, o fordismo é datado de 1914, quando Henry Ford “introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabelecera no ano anterior em Dearbon, Michigan” (HARVEY, 1992: 120). Em 1903, Ford, depois de ser mecânico e engenheiro-chefe, fundou a sua fábrica, a Ford Motor Co., com aproximadamente 125 empregados. Cinco anos depois, já produzia o famoso modelo T, em série. Entre 1908 e 1926, atingiu um recorde de vendas de 15 milhões de unidades. Em 1913, sua empresa fabricava 800 carros por dia. No ano de 1926, empregando 150 mil trabalhadores(as), fabricava 2 milhões de unidades/ano. O virtuosismo fordista encontra sua razão em três princípios básicos orientados para a gestão da produção:

- 1 – Princípio de intensificação: consiste em diminuir o tempo de produção com o emprego imediato dos equipamentos e da matéria-prima e a rápida colocação do produto no mercado.
- 2 – Princípio de economicidade: consiste em reduzir ao mínimo o volume de estoque da matéria-prima em transformação.
- 3 – Princípio de produtividade: consiste em aumentar a capacidade de produção do homem no

mesmo período através da especialização e da linha de montagem (TENÓRIO, 2000: 142).

O próprio Ford comenta: “nosso primeiro passo no aperfeiçoamento da montagem consistiu em trazer o trabalho ao operário ao invés de levar o operário ao trabalho. Hoje, todas as operações se inspiram no princípio de que nenhum operário deve ter mais do que um passo a dar; nenhum operário deve ter que se abaixar” (FORD, 1964: 65). Para atingir esse objetivo, Ford propõe o que denomina de princípios de montagem:

1 – Trabalhadores e ferramentas devem ser dispostos na ordem natural da operação de modo que cada componente tenha a menor distância possível a percorrer da primeira à última fase. 2 – Empregar planos inclinados ou aparelhos concebidos de modo que o operário sempre ponha no mesmo lugar a peça que terminou de trabalhar, indo ela ter à mão do operário imediato por força do seu próprio peso sempre que isso for possível. 3 – Usar uma rede de deslizadeiras por meio das quais as peças a montar se distribuam a distâncias convenientes (FORD, 1964: 65).

Temos aqui a linha de montagem – metassíntese do fordismo – que impõe ao trabalhador o ritmo do seu trabalho.

Em resumo a esteira mecânica parcela o trabalho, especializa o trabalhador e intensifica as suas ações com o objetivo de eliminar os tempos mortos, o que significa dizer que a diferença entre o taylorismo e o fordismo é que as normas de produção são incorporadas, no caso do fordismo, aos dispositivos automáticos das máquinas. Assim, o movimento das máquinas define a operação e o tempo para sua execução (TENÓRIO, 2000: 144).

A linha de montagem é precursora do processo de produção em massa. É a máquina-ferramenta que possibilita a produção em grandes quantidades de produtos estandardizados que, por sua vez, permite a economia de escala, diminuindo custos e ampliando o mercado. Quando Ford pagava melhores salários aos seus trabalhadores, pensava que os mesmos teriam renda para consumir os produtos por eles produzidos. Criava-se, desse modo, um mercado de consumo de massa e um círculo virtuoso que associava produção-renda-consumo.

A indústria automotiva configura-se como a indústria paradigmática da sociedade fordista, exatamente porque nela a forma de organizar o trabalho, oriundo da

Revolução Industrial, manifesta-se de forma mais evidente; ao mesmo tempo, é essa indústria que se transforma em um dos principais símbolos do capitalismo. Há toda uma mistificação em torno das montadoras, como matrizes produtivas geradoras de progresso, desenvolvimento e modernidade. É em função desse setor econômico assumir características bem definidas e da sua relevância no contexto histórico, e por ser uma das primeiras indústrias que assume a forma de organização do trabalho da sociedade pós-fordista, que a mesma foi escolhida como objeto de pesquisa.

O círculo virtuoso do fordismo – produção-renda-consumo – é um elemento distintivo da lógica do capital do século XVIII frente à lógica do capital do século XX. O capitalismo, em sua origem, não tinha como horizonte incluir os trabalhadores. Já o fordismo considera a inclusão dos trabalhadores, via consumo de massa, condição indispensável para o seu virtuosismo. O fordismo correspondeu aos anos dourados do capitalismo e, mais do que um simples modo de organizar a produção, correspondeu a um modo de vida¹⁶. O capitalismo procura legitimar-se diante dos trabalhadores, fazendo do fordismo um sucesso que vincula um sistema de sociedade a um Estado regulador.

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significa consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 2001: 121).

O fordismo, no seu momento histórico, encontra nas teses keynesianas – a necessidade de um Estado ativo e protagonista na regulação econômica – uma similaridade, comprovada no período de expansão do pós-guerra “que se estendeu de 1945 a 1973, teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, e de que esse conjunto pode com razão ser chamado de fordista-keynesiano” (HARVEY, 2001: 119).

¹⁶ - A expressão “anos dourados do capitalismo”, período que vai do final dos anos 1940 até o início da década de 1970, é do historiador inglês Eric Hobsbawm (1995) ao comentar o crescimento virtuoso das economias americana e européia após a Segunda Guerra Mundial. Essas economias entraram num ciclo acelerado de crescimento tendo em sua base a sinergia entre o aumento de produtividade, salários e geração de empregos.

Está implícita nesta análise, a corroboração de que o fordismo fortalece o pensamento de Keynes¹⁷ e vice-versa, na medida em que o primeiro se propõe a estimular a produção, o consumo e o emprego, e o segundo sugere, para a supressão dos ciclos de depressão da economia, a pronta intervenção do Estado através de pesados investimentos, um pacto entre investimentos, geração de emprego e consumo similar ao ‘espírito’ do fordismo. As idéias de Keynes, associadas ao fordismo e ao movimento operário em ascensão, fundaram o Estado do bem-estar social, com um leque de obrigações.

Na medida em que a produção em massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público – em setores como o transporte, os equipamentos públicos etc. – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção (HARVEY, 2001: 129).

Tem-se aqui a junção de duas idéias poderosas – o fordismo e o keynesianismo – que foram os motores do modelo de desenvolvimento, principalmente no pós-guerra. O fordismo não se resume, portanto, a um simples processo de organização do trabalho, mas influencia as idéias econômicas e políticas do seu tempo. Transforma-se em um referencial orientador, um marco regulatório para a sociedade mundial:

Henry Ford e J. M. Keynes popularizaram a idéia de que a demanda precisa ser levada em conta e que aquela associada aos assalariados constitui a base mais estável da demanda agregada. As lutas dos trabalhadores e as mudanças políticas dos anos 30, sob a presidência de Roosevelt e nas sociais-democracias européias, impuseram as novas regras do jogo. Os compromissos sociais do período Roosevelt generalizaram-se na Europa libertada e no Japão vencido após a II

¹⁷ - John Maynard Keynes (1883 – 1946), economista britânico. Sua grande contribuição teórica, revisitando os clássicos da economia, foi a de demonstrar que o estado normal da economia é o desequilíbrio e não o equilíbrio, e que a racionalidade individual leva a uma irracionalidade coletiva. Partindo do princípio de que Estado e mercado são duas instituições complementares, defende a idéia de que a “mão invisível” do mercado não funciona sem a “mão visível” do Estado.

guerra, por conta da administração do plano Marshall e do apoio dos sindicatos americanos aos seus congêneres europeus reformistas. Essa cruzada pelo '*American way of life*' foi fortalecida pelas pressões, a nível nacional, do movimento operário europeu, que introduziram melhorias no modelo (TENÓRIO, 2000: 147).

Por algum momento, julgou-se que o capitalismo, ao menos nos países desenvolvidos, havia encontrado o seu equilíbrio e a sua voracidade havia sido contida, que a sociedade tinha encontrado harmonia – fala-se até mesmo de “capitalismo social” (Sennett 2006). A vida fazia-se sem solavancos, prometeica da felicidade individual e coletiva. Havia uma sensação de retilineidade e encadeamento dos acontecimentos, percebidos por Gramsci, no caráter revolucionário do fordismo, que se tornou sinônimo de americanismo:

os novos métodos de trabalho são indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e sentir a vida (...) O fenômeno americano é o maior esforço coletivo até agora realizado para criar, com rapidez inaudita e com uma consciência do objetivo jamais visto na história, um tipo novo de trabalhador e de homem (GRAMSCI, 2001, v.4: 266).

Na análise de Harvey (1992), Gramsci intuiu, como poucos, que questões de sexualidade, família, formas de coerção moral, consumismo e ação do Estado estavam vinculadas ao modo produtivo fordista. O fordismo marca decisivamente a organização do mundo do trabalho durante o século XX. Toda uma geração de trabalhadores se constitui à sombra desse modelo de organização do trabalho que permitiu a constituição de um sujeito no trabalho portador de uma metanarrativa da vida, e foi decisivo na constituição de determinada subjetividade, com elementos diversos daquela dos primórdios do capitalismo. Confere às pessoas estabilidade, um sentido, uma metanarrativa para a vida. O trabalho porta um sentido de vida para homens e mulheres da classe operária, por representar uma “fonte de honra na família e na comunidade proporcionando identidade nas conseqüências sociais de sua atividade” (SENNETT, 2006: 70). O fordismo é a essência da sociedade industrial, uma sociedade que infunde um sentido produtivo à vida individual e coletiva determinando características subjetivas bem delineadas ao trabalho. Na sociedade industrial do século XX, grandes corporações, racionalização, reconhecimento do lugar social, definição clara de tarefas, o tempo linear, a rotina, a estabilidade, constituíram-se em um porto seguro de toda uma

geração operária. O tempo racionalizado afetava a vida subjetiva, na medida em que permitia “que os indivíduos encarassem suas vidas como narrativas – não tanto daquilo que necessariamente acontecerá quanto da maneira como as coisas deveriam acontecer, a ordem da experiência” (SENNETT, 2006: 29-30).

Longe de serem pessoas oprimidas pela burocracia, os trabalhadores eram “indivíduos enraizados em sólidas realidades institucionais, guiados por uniões estáveis, grandes corporações e mercados relativamente firmes; nesse contexto, homens e mulheres da classe operária tentavam dar sentido a sua posição inferior na hierarquia social” (SENNETT, 2006: 15). Na sociedade fordista, o trabalho passa a ocupar definitivamente o lugar central na vida das pessoas. É o trabalho que identifica, determina, distingue, classifica e marca de modo decisivo as relações sociais. Se no mundo fabril do início da Revolução Industrial, o trabalho era visto como condição indispensável para a sobrevivência, com o fordismo ele é mais do que sobrevivência, é sobretudo identidade, compreendida como o conjunto de valores, partilha de interesses comuns, modos de agir e pensar de um grupo social ou de determinada sociedade.

O trabalho tinha enorme importância para homens da classe operária pelo que representava como fonte de honra da família e na comunidade, independentemente das satisfações que determinado emprego pudesse proporcionar por si mesmo. Vale dizer: a identidade do trabalho se encontrava nas conseqüências sociais de sua atividade (SENNETT, 2006: 70).

O tempo racionalizado, propiciado pelo fordismo, permitia que os indivíduos encarassem suas vidas com expectativas do devir, afetando profundamente a vida subjetiva, estabelecendo firmeza de propósitos. A sociedade industrial, tendo o fordismo como a sua síntese maior, encerrou os sujeitos do trabalho em uma “jaula de ferro”. A “pirâmide weberiana” tornou-se uma realidade estrutural que passou a dominar as grandes organizações do século XX. A “pirâmide weberiana” é uma expressão de Sennett (2006), retirada da analogia de Weber, da burocracia militar *vis à vis* à sociedade capitalista. Na análise de Weber, tomando como referência o exemplo do exército prussiano, o modelo militar começou a ser aplicado às empresas e instituições da sociedade civil, em nome da estabilidade. Assim como no exército, para que se tenha coesão, precisa-se definir com clareza e precisão a função de cada patente, numa grande burocracia nacional, o poder efetivo assume a forma de uma pirâmide racionalizada, ou

seja, cada posto tem uma função definida. O tempo é um conceito essencial nesse modelo weberiano, no qual as funções são estáticas, fixas e precisam sê-lo para que a organização se mantenha coesa, não importando que se esteja neste ou naquele cargo. Fazer uma carreira vitalícia, numa instituição dessa natureza, encerra a pessoa numa “jaula de ferro”, porém o tempo da convivência com as outras pessoas e as estruturas burocráticas conferem sentido para o agir e a sensação de estar agindo por contra própria. Segundo Sennett (2006), Weber considerava que essa máquina do tempo era o segredo da jaula de ferro, tratando os indivíduos de se emparedar em instituições fixas, porque esperavam uma recompensa futura.

A sociedade industrial institui determinadas características em torno do trabalho (SENNETT, 1999), que moldam a subjetividade operária do século XX. Essas características podem ser definidas: 1 - O trabalho passa a ser o elemento central que permeia o conjunto das instituições. As pessoas provam o seu valor pelo seu trabalho. 2 - O não-trabalho, ou seja, a ausência de um emprego, configura uma caracterização identitária de constrangimento. 3 - Estabelece-se uma forte relação de classe social. Os trabalhadores têm satisfação de sua posição social, reconhecem-se como operários e estabelecem laços de solidariedade. 4 - É comum a identificação perene com um determinado tipo de ofício, de profissão. 5 - O ofício profissional que o trabalhador desempenha, identifica-o perante os demais e, uma vez exercendo essa atividade, é comum que não mude para outra. 6 - O trabalho não é intermitente, ele se faz de maneira continuada, segura e, geralmente em um mesmo local, na mesma empresa. 7 - Em função do tempo – anos – em que convivem juntos em uma mesma planta industrial, constroem-se laços de fidelidade, companheirismo, amizade e lealdade entre os trabalhadores. 8 - A competitividade entre os operários, a disputa por espaço e ascensão profissional, é reduzida. 9 - A recompensa para uma vida de trabalho é a aposentadoria. O trabalho passa a ser portador de um caráter, de um *ethos*. Valores são constituídos, uma forma particular de enxergar o mundo e de relacionar-se com os outros.

1.6 – A subjetividade que se faz classe

A organização do proletariado em classe renasce sempre, e cada vez mais forte, mais sólida, mais poderosa – Marx e Engels.

O trabalho, na sociedade industrial, define um “modo de ser moral do trabalhador”, afirma Rosa (2002). O *locus* de trabalho – o chão de fábrica – deixa marcas no corpo do trabalhador, manifestadas pela crueza do trabalho (as máquinas, o calor, a cobrança, a produtividade), a extensa jornada de trabalho, as horas-extras (o sobretrabalho). Porém, na longa jornada de trabalho diária, acumulada ao longo do tempo, os trabalhadores cultivam amizades, relações fortes, transformam o *locus* de trabalho em convívio familiar. Como o tempo de trabalho nega-lhes o convívio com a família, os trabalhadores deslocam este para o espaço do trabalho, que passa a ser apropriado, reinventado como um espaço privado (familiar). Outra manifestação do “modo de ser moral do trabalhador” – sua subjetividade, segundo Rosa (2002), manifesta-se na relação do trabalhador com o seu trabalho e dos sentidos que ele confere ao seu trabalho, que se materializam no tempo de trabalho qualitativo – não meramente quantitativo –, que o tornam um profissional e, como profissional, enumeram sua singularidade, o que lhe é próprio, o que é capaz de fazer, o seu saber não disciplinado e normalizado. Um grau de pertença e adesão elevado ao sistema produtivo, essa foi a conquista do fordismo. A pertença deve-se ao fato de que a vida, embora hegemônica pela lógica do capital, transfere um sentido para a existência.

A análise de Sennett (2006) e de Rosa (2002) permite afirmar que a sociedade industrial construiu “laços fortes” entre os trabalhadores. É a partir desses laços fortes que os trabalhadores construíram as suas resistências, os seus mecanismos de defesa e as suas organizações como um sujeito coletivo, sujeito que estabelece lutas sociais e é capaz de ações coletivas: greves, manifestações, pautas de reivindicação, enfrentamentos. É nesse sentido que se pode afirmar que o *Welfare State* é uma conquista da subjetividade libertária dos trabalhadores – da consciência de que fazem parte de uma classe social e se colocam como sujeito coletivo em ação na sociedade. A sociedade industrial configura uma situação em que a subjetividade manifesta-se por um lado, como assujeitamento, subordinação e/ou subsunção à lógica econômica e, por

outro, como resistência. A classe é a manifestação da subjetividade que se contrapõe à dominação do capital.

A primeira divisão social ‘moderna’ do trabalho surge como o modo produtivo artesanal, mais especificamente com as Corporações de Ofício. A unidade de base desse modo produtivo é o Ofício, constituída pelo mestre artesão, proprietário de suas ferramentas, de um ou dois empregados, os companheiros, e de um ou dois aprendizes. Os companheiros são os únicos remunerados, visto que os aprendizes não são remunerados pela aprendizagem. Presume-se que os aprendizes tornem-se companheiros e estes, tornem-se mestres. O assalariamento dos companheiros antecipa a condição salarial. As Corporações de Ofício permitem o aparecimento de uma primeira subjetividade livre e criativa no trabalho, considerando-se que nelas, o sujeito do trabalho exercita o controle da produção em sua integralidade. A experiência das Corporações de Ofício, entretanto, durou pouco tempo e a manifestação de uma subjetividade autônoma – a liberdade criativa – no trabalho será substituída pela instauração da condição salarial (Castel, 1998), portadora da subjetividade assujeitada – o tolhimento da criação – no trabalho.

A verdadeira revolução, que o capital emergente do século XVIII promove, é a da liberdade do trabalho. Para a ideologia liberal a liberdade de trabalho deve ser consoante à liberdade de mercado. Uma nova definição do trabalho vai se impondo em oposição ao “antigo regime”. Para que agora o trabalho seja “livre”, faz-se necessária a destruição dos dois modos de organização do trabalho até então hegemônicos: o das Corporações de Ofício e o modelo da corvéia¹⁸. O livre acesso ao trabalho exige homens livres (Marx, 1985a; Polanyi, 2000; Castel, 1998). Está em gestação a criação de duas categorias: empregados e empregadores e a fundação do assalariamento. Deixar frente a frente, sem mediação, os interesses diferentes – do capital e do trabalho – enfrentarem-se, constitui a principal transformação que acontece com o advento da Revolução Industrial. O trabalhador, agora individualizado, será doravante uma mercadoria que se troca no mercado. O capitalista compra a força de trabalho e dela se apropria.

¹⁸ - A corvéia é o que deve um arrendatário ao seu senhor, ou seja, certo número de dias de trabalho na terra senhorial. O arrendatário se torna livre para organizar seu trabalho, porém como a sua lavoura é insuficiente para a provisão familiar, ele irá alugar o seu trabalho para o senhor. A corvéia marca uma dependência pessoal de servidão e sucede à escravidão.

Surge a condição proletária de que fala Marx. No modo produtivo que se instaura, o trabalhador perde o domínio sobre o processo de trabalho. A produção de um objeto, de uma mercadoria, é estranha ao seu produtor, o trabalhador. Trata-se do trabalhador alienado, fetichizado, manifestação pela qual a mercadoria esconde, em vez de revelar, o caráter social do trabalho, como descreve Marx (1988). Entre os trabalhadores e suas criações instala-se uma relação de exterioridade. Eles não são os sujeitos-criadores das coisas. Ao contrário, são as coisas os mestres de seu destino: “As condições objetivas do trabalho vivo aparecem como valores separados e autonomizados em relação à capacidade de trabalho enquanto estar-aí subjetivo; por isso, esse estar-aí parece (aos trabalhadores) somente como uma outra espécie de valor (como valor de uso que não é o deles)” (MARX *apud* SPURK, 2005: 199-200). Em suma, “o morto domina o vivo”, reafirma Marx.

O conceito de fetichismo é fundamental para a compreensão da subjetividade que emerge com o modo produtivo capitalista do século XVIII. Temos aqui uma inversão da relação entre o trabalhador e as coisas, entre o sujeito e o objeto. Há uma objetivização do sujeito e uma subjetivização do objeto. Em suma, na sociedade industrial, o trabalhador, transformado em mercadoria, não é considerado em sua totalidade. Ele entra no processo produtivo como um “acessório da oficina capitalista” (MARX, 1985a), subordinado à lógica produtivista de maximização dos lucros. As suas características pessoais, subjetivas, são dispensadas. A sua subjetividade é evacuada do processo produtivo (COCCO, 2001). O trabalhador é encerrado em uma “jaula de ferro” – na fábrica, como um numerário, sem rosto e sem fruição a ser manifestada. A sua energia física é consumida, o seu tempo de trabalho é roubado e o seu conhecimento, quando exigido, é usurpado. Coisificado e assujeitado, assim é o trabalhador que a sociedade industrial requer. O tempo racionalizado na fábrica e fora dela (Sennett, 2006), entretanto, vai produzindo uma identidade, ou seja, a consciência da condição de assujeitamento. A plena identificação de muitos com a condição operária, origina um sujeito social, a classe. As conquistas reunidas no chamado Estado de Bem-Estar Social – *Welfare State* – um século depois, em meados do século XX, é uma conquista dessa subjetividade emancipatória, a resistência à exploração do capital manifesta de forma coletiva pelo sujeito do trabalho.

É essa subjetividade do sujeito do trabalho, a classe, própria da sociedade industrial, que entrará em mutação com a sociedade pós-industrial. Agora, a evolução das forças produtivas – a Revolução Informacional – em curso, que faz germinar a economia do imaterial, a mudança do trabalho fabril, a desorganização do trabalho fordista e a emergência de uma nova forma de organizar o trabalho, sob a hegemonia qualitativa do trabalho imaterial, colocou em reviravolta a sociedade que até então se conhecia. Assiste-se sempre, e cada vez mais, à desindividualização e à desespecialização do trabalhador: solicita-se o seu engajamento no processo produtivo, que tem em sua base a comunicação, o conhecimento e a cooperação. O conjunto das mudanças dá contornos a outra subjetividade que, ao mesmo tempo em que é requerida pelo capital, preserva a sua autonomia e apresenta características emancipatórias de outra natureza.

O sujeito do trabalho, na sociedade industrial, conformou o proletariado – essa vasta categoria que inclui todo trabalhador cujo trabalho é direta ou indiretamente explorado pelas normas do capitalismo – sendo que o sujeito do trabalho produzido nesse período permitiu o surgimento da classe social como protagonista da resistência à exploração do capital. No novo momento histórico – da sociedade pós-industrial – o protagonismo tende a ser exercido pela *multidão* (NEGRI; HARDT, 2001-2005), resultante de outra subjetividade que se alimenta de um novo sujeito do trabalho. O conceito de *multidão* pretende repropor o projeto político da luta de classes lançado por Marx.

CAPÍTULO II

TRABALHO E SUBJETIVIDADE NA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL

2.1 – A economia do imaterial

O conhecimento se tornou a principal força produtiva, e conseqüentemente, os produtos da atividade social não são mais, principalmente, produtos do trabalho cristalizado, mas sim do conhecimento cristalizado – Gorz.

A sociedade industrial está em reviravolta. O último quartel do século XX impulsionou significativas e substanciais mudanças na sociedade mundial. O capitalismo passa por uma profunda reestruturação, ainda inacabada, porém suficiente para configurar novas realidades. Assume-se aqui, desde logo, dois aspectos centrais na caracterização da mutação da sociedade industrial: a emergência da economia do imaterial e do trabalho imaterial.

O caráter das mudanças em curso na sociedade mundial e o seu significado assumem diversas denominações na literatura sociológica: sociedade pós-industrial, pós-fordista (Lazzarato; Negri; Virno; Rulani), capitalismo cognitivo (Vercellone; Corsani; Moulner-Boutang; Cocco), sociedade do conhecimento (Gorz), sociedade informacional (Castells; Lojkine)¹⁹, era do acesso (Rifkin), segunda modernidade (Giddens), pós-social (Touraine)²⁰, pós-modernidade (Harvey), novo capitalismo (Sennett), modernidade líquida (Bauman) e sociedade do risco (Beck) são alguns conceitos, entre outros, que não expressam necessariamente uma oposição entre si mas, antes de tudo, formas próximas para dar conta de conteúdo a um mesmo acontecimento: o enfraquecimento do paradigma da sociedade industrial. Assume-se, tendo como

¹⁹ - O conceito sociedade informacional é próprio de Castells (1999). A opção de incluir Lojkine (1999) nessa terminologia ocorre em função de sua reflexão acerca do impacto transformador da revolução informacional na sociedade.

²⁰ - O conceito pós-social não é utilizado formalmente por Touraine (2005) para interpretar a nova configuração da sociedade. Porém, não é descabido retirar de sua reflexão esse conceito como chave de leitura das grandes mudanças que se processam. Touraine afirma que a categoria social utilizada para explicar a sociedade industrial já não dá conta de interpretar a nova sociedade e, se trata agora de enunciar um novo paradigma: o cultural, que se sobrepõe à chave de leitura da categoria social – daí o pós-social.

referência o objeto da pesquisa, a terminologia de sociedade pós-industrial e/ou pós fordista como o conceito que melhor contribui para a compreensão do conjunto das mudanças associadas à reestruturação do capitalismo e do mundo do trabalho. Os dois conceitos – sociedade pós-industrial/pós-fordista – são, na maioria das vezes, vistos como sinônimos; entretanto, o conceito sociedade pós-industrial diz respeito ao caráter mais amplo das mudanças que se processam no capitalismo e se distingue por algumas características: pelo fortalecimento do capital frente ao Estado – manifestadamente perceptível na integração global dos mercados financeiros; na formação de blocos econômicos; na concorrência econômica global acompanhada pela descentralização das empresas, com o objetivo de globalizar sua produção para aumentar seus ganhos; na erosão do Estado-Nação e o seu (re)direcionamento para desfazer o contrato do bem-estar social; na desintegração do mercado de trabalho associada a dois movimentos: a crise do chamado processo de produção padronizado e a irrupção da produção flexível e a desregulamentação do aparelho normativo das leis que sustentavam um determinado tipo de organização do trabalho; no papel e lugar da política que sofre um processo de fragilização; na redefinição de valores culturais que colocam em crise as instituições. A sociedade pós-industrial remete para a transformação da estrutura ocupacional, na qual se assiste a um declínio do emprego industrial em benefício do emprego no setor de serviços (Castells, 1999). Há ainda aqueles – Gorz (2004), Rifkin (1996), Méda (2005), Masi (1999) – que vêem a sociedade pós-industrial como manifestação da perda da centralidade do trabalho assalariado.

Já o conceito pós-fordista é associado, sobretudo, à mudança na forma de organizar o trabalho no chão de fábrica, sendo o toyotismo a principal expressão desse novo paradigma, referindo-se à substituição do chamado processo de produção padronizada pela produção flexível, ou ainda, à transição da produção rígida para o padrão de acumulação flexível, o qual se apóia na

flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2001: 140).

O pós-fordismo assume, entretanto, para alguns autores, um sentido que se aproxima da conceituação da sociedade pós-industrial, ao afirmar que a cultura forjada a partir do fordismo, o americanismo de que fala Gramsci (2001), ou seja, um estilo de vida que se traduziu nos anos dourados do capitalismo está em processo de mudança. A passagem ao novo século

assinala não apenas a longa agonia do fordismo, (...) mas também pela gradual formação de uma nova ordem, a ser identificada em suas características peculiares e na sua força propulsiva. (...) Não sabemos ainda bem se aquilo que acontece é somente uma desordem que se segue após o fordismo, o efeito de uma crise de regulação destinada a durar, ou se é a premissa de uma nova ordem que poderá reconstruir aquilo que, nesse ínterim, a crise desconstruiu (RULANI, 1998: 04).

A marca distintiva, que caracteriza a sociedade pós-industrial ou pós-fordista, como alguns denominam, é a emergência da economia do imaterial e do trabalho imaterial. Impulsionada pela revolução informacional – Castells (1999), Lojkine (1999) – a economia transfere importância, em termos de valorização, para os ativos imateriais, aqueles relacionados ao universo da intangibilidade, ou seja, dizem respeito ao conhecimento, a idéias, a conceitos e ao relacionamento entre pessoas. Esses ativos são recursos cada vez mais utilizados no processo produtivo. O conhecimento e a inovação passam a ser os elementos caracterizadores que impactam o conjunto da sociedade, particularmente as forças produtivas, tal como até então era compreendida e praticada na sociedade industrial. O imaterial está ancorado no centro da nova economia. O principal elemento que caracteriza a economia do imaterial é a passagem do capitalismo industrial ao capitalismo cognitivo – Gorz (2005), Vercellone (2005); Corsani (2003); Moulier-Boutang (2003); Cocco (2003); Rifkin (2001). De acordo com Gorz, “o capitalismo moderno, centrado sobre a valorização de grandes massas de capital fixo material, é cada vez mais rapidamente substituído por um capitalismo pós-moderno centrado na valorização de um capital dito imaterial, qualificado também de ‘capital humano’ ou ‘capital inteligência’” (GORZ, 2005: 15). Rifkin fala em capital intelectual: “O capital intelectual é a força propulsora da nova era, e muito cobiçada. Conceitos, idéias e imagens – e não coisas – são os verdadeiros itens de valor na nova economia. A riqueza já não é mais investida no capital físico, mas na imaginação e na criatividade humana” (RIFKIN, 2001: 4).

A economia do imaterial ativa por sua vez, cada vez mais, o trabalho imaterial – Gorz (2005), Negri/Hardt (2001-2005), Lazzarato (2001), Rulani (1998), Virno (2002) – no qual o conhecimento, a comunicação e a cooperação – recursos imateriais – tornam-se decisivos no processo produtivo. Sob a hegemonia do trabalho imaterial “a exploração já não é primordialmente a expropriação do valor medida pelo tempo de trabalho individual ou coletivo, e sim a captura do valor que é produzido pelo trabalho cooperativo e que se torna cada vez mais comum através de sua circulação nas redes sociais” (HARDT, NEGRI, 2005: 156). A economia do imaterial apresenta transtornos importantes para o sistema econômico:

Ela indica que o conhecimento se tornou a principal força produtiva, e que, conseqüentemente, os produtos da atividade social não são mais, principalmente, produtos do trabalho cristalizado, mas sim do conhecimento cristalizado. Indica também que o valor de troca das mercadorias, sejam ou não materiais, não é mais determinado em última análise pela quantidade de trabalho social geral que elas contêm, mas, principalmente, pelo seu conteúdo de conhecimentos, informações, de inteligências gerais (GORZ, 2005: 29).

A economia do imaterial e o trabalho imaterial tornam-se indistinguíveis. O conceito de trabalho imaterial será retomado à frente; por ora, destaca-se que a economia imaterial é acompanhada por uma crise dos conceitos de valor, trabalho e capital, tal qual se compreendia na economia material, própria da sociedade industrial.

A irrupção da economia imaterial ainda é vista com reservas, uma vez que convive com a sociedade industrial. Mais do que isso, a sociedade industrial ainda é hegemônica. Os fundamentos básicos oriundos da Revolução Industrial – a produção em massa em grandes fábricas, a instituição do trabalho assalariado, o parcelamento das tarefas laborais, normas rígidas na definição das condições do trabalho, o movimento operário, o estabelecimento do contrato social laboral – entre outros, perduram até hoje. Essa realidade, entretanto, está passando por mudanças. A sociedade industrial ainda é preponderante, mas a essência da forma de organizar a sua produção é empurrada cada vez mais para a periferia do núcleo propulsor do novo capitalismo. No capitalismo pré-fordista,

a complexidade vem decomposta em módulo material (máquinas, materiais, produtos) que são recompostas através do mercado; no capitalismo sistêmico do século fordista, a complexidade é

decomposta em módulos organizativos (tarefas, nexos relacionais, procedimentos elementares, rotinas), para ser recomposta depois pelo poder da hierarquia proprietária (na grande empresa) ou institucional (no estado keynesiano); no capitalismo reticular (pós-fordista) que está emergindo, a complexidade é decomposta em módulo virtual (conhecimento, programas de simulação, *virtual reality*) recomposto mediante interação comunicativa (RULANI, 1998: 35-36).

Assim como a Revolução Industrial foi o gérmen de um novo tempo, a sociedade pós-industrial anuncia uma nova página na história, uma tendência que tende a tornar-se hegemônica. A concepção de mundo, a forma de organizar o trabalho, as relações econômicas e sociais da sociedade industrial estão sendo deixadas para trás. Esse processo de coexistência faz-se presente em diferentes épocas e realidades dos diversos setores econômicos e fora deles. Quando Marx estudou o trabalho industrial e a produção capitalista,

eles representavam apenas uma parte da economia inglesa, uma parte menor das economias alemã e de outros países europeus e apenas uma fração infinitesimal da economia global. Em termos quantitativos, a agricultura certamente ainda era dominante, mas Marx identificava no capital e no trabalho industrial uma tendência que funcionaria como motor de futuras transformações (NEGRI e HARDT, 2005: 190).

A opção pelo conceito sociedade pós-industrial anuncia uma hipótese: a de que se prenuncia uma nova organização social, na qual a metamorfose do trabalho é um dos aspectos centrais, embora não o único, da mutação societal em curso. No debate atual sobre a natureza da transformação social, a concepção predominante é a de ruptura, por sinalizar uma modificação no capitalismo

no sentido em que não está dominado, em que está em movimento, tão atuada quanto atuante. Ela é profunda também em suas proporções, isto é, no nível das grandezas envolvidas, por sua amplitude e por sua universalidade planetária. Ela é, enfim, radical, pois se trata de uma mutação estrutural, ou seja, de um rearranjo de certos elementos que são conservados, mas cuja função sofreu uma reviravolta, como, por exemplo, o papel do trabalho operário, o papel do conhecimento, a função do mercado, a relação com a técnica (MOULIER-BOUTANG, 2003: 38).

Pretende-se, na seqüência, interpretar a radical mudança que se processa no mundo do trabalho – na transição da sociedade industrial à sociedade pós-industrial.

Reitera-se que nem “o primeiro sistema foi superado, nem o segundo se impôs de todo” (Araújo, 2007: 136). As duas sociedades convivem simultaneamente, entretanto, são notórias as mudanças substantivas que estão em curso no processo produtivo alterando os padrões tecnológicos e organizacionais. A título de caracterização e ilustração dos paradigmas produtivos abordados tem-se a elaboração do quadro comparativo abaixo:

Características da Sociedade Industrial *versus* Sociedade Pós-Industrial:

	Sociedade Industrial/fordista	Sociedade Pós-Industrial/pós fordista
Contexto histórico	1ª Revolução Industrial - final do século XVIII > 2ª Revolução Industrial – final do século XIX	Revolução Informacional – final do século XX
Princípios econômicos subjacentes	Liberalismo keynesianismo	Neoliberalismo Globalização
Base produtiva original	Grandes indústrias têxteis da Inglaterra > Indústria automotiva americana	Empresas constituídas em torno de bens e serviços de caráter imaterial: produção de produtos e serviços ligados à informação e à comunicação
Inovações tecnológicas – matéria-prima	Máquina de fiar, tear mecânico, máquina a vapor, ferrovia > eletricidade, aço, eletromecânica, motor a explosão, petróleo, petroquímica	Informática, máquinas CNC, robôs, sistemas integrados, telecomunicações, novos materiais, nanotecnologia
Modelo de organização do trabalho	Taylorista-fordista > toyotista	Inspiração toyotista
Padrão organizacional	Produção fabril, produção em série, linha de montagem, rigidez, especialização, separação gerência-execução (verticalização), produção em massa, uniformidade e padronização, grande porosidade no trabalho, grandes estoques, controle de qualidade separado da produção	Produção flexível, <i>lean production</i> , sem estoques, <i>Just-in-time</i> , qualidade total, integração gerência-execução (horizontal), redução da porosidade no trabalho, controle de qualidade integrado ao processo de trabalho
Produtividade	Grande elevação	Aumento exponencial
Características do Trabalho	Especializado, fragmentado, parcelização das tarefas, não qualificado, intenso, rotineiro, insalubre, hierarquizado	Polivalente, integrado, em equipe, flexível, múltiplas tarefas, treinamento intensivo, organização horizontal do trabalho, co-responsabilidade
Emprego	Geração de emprego em larga escala – incorporação maciça de mão-de-obra	Eliminação de postos de trabalho
Papel do Estado	Evolução do liberalismo para > Regulamentação, rigidez, negociação coletiva, Estado do Bem-Estar Social	Desregulamentação, flexibilização, negociação individual, descentralização
Reação dos trabalhadores	Perplexidade, quebra de máquinas, surgimento de sindicatos > ações coletivas, sindicalização, conquistas sociais (‘contrato social’)	Perplexidade, individualização
Aspectos da subjetividade no trabalho	Alienação, estranhamento, coisificação > resistência, lutas sociais, classe social	Produção de si > multidão

Fonte: Sanson, 2008.

Aborda-se, na seqüência, num primeiro momento, a mutação por que passam as forças produtivas, a partir da introdução das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC), tendo em sua base o conhecimento como o principal recurso produtivo. Num segundo momento, analisa-se o fato de que cada vez mais o trabalho vale-se de recursos imateriais: o conhecimento, a comunicação e a cooperação, características que configuram o conceito de trabalho imaterial, remetendo para uma redefinição dos componentes subjetivos do trabalho. No terceiro momento, procura-se descrever o chão de fábrica pós-fordista. Nele, o modelo da organização do trabalho que servia de base à economia industrial fordista tornou-se insuficiente, ou seja, a redução do trabalho complexo ao trabalho simples, a separação da execução manual da concepção intelectual, a individualização e especialização na atividade laboral que caracterizam o modelo anterior, não respondem às exigências do novo processo produtivo que agora tem, como modelo orientador, o toyotismo, precípuo em prescrever outra subjetividade no trabalho. No quarto momento, faz-se a análise dos recursos imateriais ativados pelo capital, como aqueles que possibilitam a constituição do *comum*, base da subjetividade da multidão. No quinto momento, procura-se compreender as categorias de biopoder e biopolítica em Foucault, que oferecem uma chave de leitura para a compreensão da subjetividade manifesta no trabalho na sociedade pós-industrial. A análise em questão tem como referência o grupo de conversação desenvolvido na pesquisa desta tese.

2.2 – O caráter transformador da Revolução Informacional

O conhecimento [nesta revolução] não é simplesmente uma ferramenta a ser aplicada, mas um processo a ser desenvolvido – Castells.

Assim como não é possível precisar, com exatidão, o momento do surgimento da sociedade industrial e as suas causas decisivas e determinantes, o mesmo acontece com a sociedade pós-industrial. Uma das alavancas poderosas dos dois acontecimentos, entretanto, tem por detrás de si a mesma dinâmica: a introdução de inovações tecnológicas no processo produtivo. Assiste-se agora a uma revolução das forças

produtivas comparável à mesma envergadura produzida pela Revolução Industrial. Trata-se da Revolução Tecnológica, para outros, Revolução Informacional, a qual traz consigo a novidade da introdução de novas máquinas-ferramentas, com mais recursos, incorporando tecnologia informacional. Sob a perspectiva do processo produtivo, essa revolução assume um caráter profundamente transformador. O caráter inovador da Revolução Tecnológica/Informacional reside no fato de que ela supera o tratamento que era dado à informação pela Revolução Industrial anterior. As Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTIC) agem diretamente sobre a informação e “não são apenas informações de que dispomos para agir sobre a tecnologia, como foram os casos das revoluções tecnológicas anteriores (...) e permitem a possibilidade de estruturar o não estruturado, de criar interação” (CASTELLS, 1999: 78).

Nas revoluções anteriores, o conhecimento esgotava-se no invento propriamente dito. As pessoas aprendiam e assimilavam o uso dessas tecnologias, usando-as. Nesta revolução, o conhecimento é utilizado para gerar mais conhecimento, num processo cumulativo sem fim. Aprende-se a tecnologia, fazendo: “O conhecimento [nesta revolução] não é simplesmente uma ferramenta a ser aplicada, mas um processo a ser desenvolvido. Não há passividade diante da máquina e sim integração, interação” (CASTELLS, 1999: 51). O que está na origem da sociedade pós-industrial, portanto, é a introdução de novas tecnologias. Para usar uma expressão de Marx, a *differentia specifica* dessa sociedade, particularmente da reorganização do trabalho, é o aporte de tecnologias inovadoras. Evidentemente, esse não é o único fator causal e não se trata de um olhar refém do determinismo tecnológico, pois a sociedade não prevê como se desenvolve a transformação tecnológica,

uma vez que muitos fatores, inclusive criatividade e iniciativa empreendedora intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais de forma que o resultado final depende de um complexo padrão interativo. Na verdade o dilema do determinismo tecnológico é, provavelmente, um problema infundado, dado que a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas (CASTELLS, 1999: 25).

As tecnologias não explicam tudo, pelo contrário, são na maioria das vezes resultantes de outros fatores. Assim como a Revolução Industrial não se explica sem o surgimento da modernidade, que é um acontecimento anterior à evolução das forças

produtivas, o mesmo acontece com a sociedade pós-industrial. A sua explicação não pode ser reduzida às inovações tecnológicas, porém como o foco é observar a metamorfose que acontece no trabalho, elas assumem um lugar de destaque por envolverem os sujeitos que trabalham. É constitutiva à sociedade pós-industrial a emergência de um novo paradigma tecnológico: a Revolução Tecnológica da Informação ou, como prefere Castells (1999), a Revolução Informacional²¹. Um novo modo produtivo está surgindo: o modo produtivo informacional e as NTIC estão no cerne dessa transformação. Criou-se uma nova linguagem: a linguagem digital que está revolucionando a sociedade. A informação é gerada, armazenada, recuperada, processada e transmitida. A tecnologia informacional é, para esta revolução, o que as fontes de energia foram para as revoluções anteriores – o motor a vapor, a eletricidade, os combustíveis fósseis. São características deste novo paradigma:

1) Tecnologias que agem sobre a informação e não apenas informações para agir sobre a tecnologia como foi o caso das revoluções tecnológicas anteriores; 2) Penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias – o novo meio tecnológico incide na existência individual e coletiva das pessoas; 3) A lógica das redes – a possibilidade de estruturar o não estruturado, de criar interação; 4) A flexibilidade – as novas tecnologias permitem a reestruturação das organizações sociais; 5) Convergência das tecnologias para um sistema altamente integrado (CASTELLS, 1999: 78-79).

A Revolução Tecnológica transformou o processo produtivo e o trabalho. Na sociedade industrial, o trabalho insere-se na esfera da reprodução, dispensa o conhecimento, está preconcebido e atende a um padrão tecnológico e organizacional

²¹ - Para Castells (1999) se a Revolução Industrial tem a sua origem na Inglaterra, a Revolução Informacional é americana. Surge a partir de inovações na microeletrônica, como o transistor, o circuito integrado, o microprocessador e o microcomputador. Contribui nesse contexto o grande progresso tecnológico dos anos 70, de certa forma relacionado com a cultura da liberdade, a inovação individual e a iniciativa empreendedora oriunda da cultura dos campi norte-americanos da década de 1960. Em sua análise, a Revolução Informacional deve muito a Frederick Terman, diretor da Faculdade de Engenharia da Universidade de Stanford que criou o Parque industrial de Stanford, numa área semi-rural ao norte da Califórnia, que atraiu para o local pessoas e empresas interessadas em desenvolver tecnologia de ponta. O papel de Shockley (o inventor do transistor) teria sido decisivo porque reuniu em torno dele uma série de talentosos engenheiros que depois abriram suas próprias empresas. É a partir da década de 70 que irão para o Vale do Silício figuras como Steve Wozniak e Steve Jobs (que criaram a Apple), Paul Allen e Bill Gates que fundaram a Microsoft. Em sua opinião, foi a concentração de conhecimentos tecnológicos, instituições, empresas e mão-de-obra qualificada que deu ensejo à Era da Informática e, neste processo, o Estado desempenhou papel decisivo com aporte de recursos.

estruturado de antemão. As tarefas são rotineiras, repetitivas, e podem ser pré-codificadas e programadas para que as máquinas as executem. Na sociedade industrial, o trabalho mais homogêneo corresponde ao dispêndio de energia, esforço muscular, adequado à “especificidade das tecnologias mecânicas – e das formas de divisão e de organização do trabalho que caracterizaram seu uso – repousa sobre a especialização da máquina e, portanto sobre a heterogeneidade das máquinas” (CORSANI, 2003: 21).

A relação homem/máquina é despojada de qualquer enriquecimento. Trata-se de uma relação racionalizada por procedimentos que manifestam uma interação mecanicista. O saber operário não é reconhecido, ou apenas parcialmente, por encontrar-se circunscrito nos padrões pré-estabelecidos pela máquina. Há um limite interposto que é o ‘saber morto’ objetivado na máquina que bloqueia a possibilidade do ‘saber vivo’ do operário. A máquina é especializada e “sua função e seu uso são predeterminados segundo a natureza dos conhecimentos que incorpora. Diante dessa máquina, o trabalho, separado do conhecimento, esvazia-se de qualquer especificidade singular” (CORSANI, 2003: 21). Ao trabalhador não é exigido acréscimo de conhecimento ao processo produtivo, uma vez que “a máquina, enquanto cristalização do saber, enquanto trabalho morto impõe sua lei de funcionamento ao trabalho vivo” (CORSANI, 2003: 21). A história da industrialização pode ser lida “como a história do divórcio crescente entre o desenvolvimento dos conhecimentos científicos e técnicos, por um lado, e a cultura comum, por outro” (GORZ, 2003: 34). Há rigidez, uniformidade e padronização no modo produtivo. A produção fabril se faz em série, a linha de montagem dita o ritmo da produção, a quantidade prevalece sobre a qualidade. O controle de trabalho faz-se verticalmente, hierarquicamente mediante a gerência de execução, realizando-se linearmente, no mesmo local, no tempo pré-dimensionado, com procedimentos repetitivos e rotineiros. Encerrada a jornada, o trabalho fica na fábrica. Assim como o produto do trabalho, a mercadoria fordista é standardizada, o trabalhador também é standardizado. Essa é uma das diferenças entre os trabalhadores dos regimes produtivos anteriores – as manufaturas, as indústrias taylorizadas – e o pós-fordismo. Se os primeiros se tornam operacionais quando

despojados dos saberes, das habilidades e dos hábitos desenvolvidos pela cultura do cotidiano, e submetidos a uma divisão parcelada do trabalho. (...) Os trabalhadores pós-fordistas, ao contrário, devem

entrar no processo de produção com toda a bagagem cultural que eles adquirem... (...) É o seu saber vernacular que a empresa pós-fordista põe para trabalhar, e explora (GORZ, 2005: 19).

Com a introdução das tecnologias da informação, as mudanças são significativas. Cada vez mais a valorização do trabalho repousa sobre o conhecimento, sobre a capacidade de interação com a máquina, superando a mera subordinação. Compreende-se o conhecimento sob duas perspectivas: uma delas, como aquele adquirido formalmente, o conhecimento técnico-científico, e outra, como saber: “uma capacidade prática, uma competência que não implica necessariamente em conhecimentos formalizáveis, codificáveis” (GORZ, 2005: 32) – saber esse que comumente escapa à possibilidade de uma formalização. A propósito, Gorz comenta que o capital investe na aquisição do saber operário – o conhecimento vernacular – com o objetivo de integrá-lo em seu processo produtivo. Retornar-se-á a esse tema no capítulo III. Substantivo no novo modo produtivo é o fato de que a tecnologia informacional altera a relação homem-máquina. O trabalhador, num contexto pós-fordista, precisa inserir-se no conteúdo da complexidade e isso “exige capacidade de juízo, habilidades distintivas, poder de decisão, responsabilidade de gestão (...) se tornar o construtor direto da rede de relações úteis ao seu trabalho, ultrapassando o organograma da pirâmide organizacional” (RULANI, 1998: 63). A novidade das NTIC deve-se ao fato de que constituem uma

ruptura na história das técnicas, pois se apóiam em uma dissociação entre a máquina (*hardware*) e seu programa (*software*). Essa maleabilidade dos instrumentos, cujo uso transforma o programa de funcionamento, abre a perspectiva de uma reviravolta na relação homem/máquina: a ‘metamáquina’ é desespecializada, homogênea (na heterogeneidade de seus componentes interconectados: redes, periféricos etc.), ao passo que o trabalho se transforma em criação de usos (CORSANI, 2003: 22).

Nesse processo, o conhecimento torna-se um recurso e um produto, exigindo do trabalhador a capacidade de incorporar o seu conhecimento no processo produtivo – como aquele que acontece na relação de um operário com determinada máquina-ferramenta informacional. Trata-se de uma relação permeada pela flexibilidade. O conhecimento incorporado à máquina – ao seu *software* – via de regra, está aberto a alterações a partir do seu usuário, no caso, o operário. A esse trabalhador é requerida a

capacidade de interpretar o *software* da máquina e, de acordo com a sua performance produtiva, reprogramá-la. Ao interagir com o resultado do seu conhecimento, ele acumula mais conhecimento que recursivamente deve ser disponibilizado na produção.

Trata-se do que Corsani (2003) denomina de “sistema de produção de conhecimentos por conhecimentos”. Requer-se, portanto, um trabalhador heterogêneo, que saiba lidar e articular conhecimento/produção/conhecimento de forma indefinida. As NTIC implicam num trabalho de criação de usos, na expressão de Corsani, por não ser a capacidade abstrata do trabalho que está sendo demandada, mas sim “a capacidade heterogênea, subjetiva para aquisição, para acumulação, para valorização dos conhecimentos, para articular os conhecimentos abstratos aos conhecimentos tácitos, para recontextualizar os saberes codificados” (CORSANI, 2003: 22). Os diálogos travados no grupo de conversação revelam que, se por um lado, é verdade que a maioria das atividades realizadas nas ilhas de produção é repetitiva, por outro, há aquelas “ilhas” que exigem uma permanente vigilância com o desempenho das máquinas que reclamam ininterrupta interação, ou seja, destacam-se casos em que a função principal do trabalhador é a de enriquecimento da máquina. Nesse caso, é da ação recíproca entre o “conhecimento” da máquina e do operador que depende a potencialidade da produção – o *plus* produtivo. A propósito destaca Jollivet (2003: 87), “o trabalho que emerge dessa relação homem-máquina de assistência cognitiva e relacional, no seio da qual a eficiência do processo produtivo depende da qualidade da interação singular entre os dois atores, coloca-se também como um trabalho não verdadeiramente prescritível”, ou seja, não está completamente pré-formatado; há espaço para intervenção.

Na sociedade industrial da manufatura e do fordismo, a relação com a produção fazia-se silenciosamente, pois a máquina-ferramenta não permitia uma interação colaborativa. A informatização da indústria pós-fordista tende a transformar o trabalho “em gestão de um fluxo contínuo de informações. O operador deve ‘se dar’ ou ‘se entregar’ de maneira contínua a essa gestão de fluxo; ele tem de se produzir como sujeito para assumi-lo. A comunicação e a cooperação entre operadores são parte integrante da natureza do trabalho” (GORZ, 2005: 17). Os relatos – no grupo de conversação – dão conta de que o conhecimento também se constrói através da cooperação, ou seja, aquele que sabe mais ensina para o outro que sabe menos, embora o sistema de cooperação, constitutivo ao novo modo de produção, traduza-se num

sistema cognitivo, onde todo *plus* produtivo enriquecido pelo operador à máquina precisa ser descrito para reprodução dos demais. O sistema cognitivo organiza os conhecimentos distribuídos entre uma pluralidade de pessoas e cria, entre “esses atores múltiplos, uma recíproca interdependência: as linguagens que organizam a sua comunicação e a cooperação (...) permitem a partilha de projetos e resultados” (RULLANI, 1998: 14), sempre em função da produção, mas que acrescentam ao trabalhador, um potencial de transferência para a vida.

É nesse sentido que a forma de trabalhar é associada ao pós-fordismo como a passagem de uma lógica da reprodução para uma lógica da inovação, de um regime de repetição a um regime de invenção. No período fordista, a inovação repousava sobre o domínio do tempo de reprodução de mercadorias padronizadas, produzidas com tecnologias mecânicas.

O tempo em questão era um tempo sem outra memória senão a corporal, a do gesto e de uma cooperação estática, inscrita na divisão técnica do trabalho e determinada segundo os códigos da organização científica do trabalho. (...) No pós-fordismo, esta exceção que era a inovação torna-se regra. A valorização repousa então sobre o conhecimento, sobre o tempo de sua produção, de sua difusão e de sua socialização, que as NTIC permitem, enquanto tecnologias cognitivas e relacionais. A um tempo sem memória, tempo de repetição, opõe-se um tempo de invenção, como criação contínua do novo (CORSANI, 2003: 17).

O sujeito do trabalho, nesse caso, assume o papel de agente do trabalho imaterial, pois o seu saber e o seu conhecimento – recursos imateriais – enriquecem o trabalho. A introdução das máquinas informacionais, no processo produtivo, possibilita ainda, ao menos em tese, uma recomposição de funções que questiona a divisão do trabalho clássica entre os que concebem e decidem e aqueles que executam. Para Lojkine (1999), o novo maquinismo [as máquinas ferramentas informacionais] cria potencialidades contraditórias. Historicamente, o objetivo da introdução de tecnologias é o de aumentar a mais-valia, o lucro do capital e reduzir os gastos com o trabalho humano. Segundo o autor, o trabalho insere-se nessa dinâmica de servir o capital, porém as máquinas informacionais abrem possibilidades contraditórias, entre elas, a superação da divisão social entre os que têm o monopólio do pensamento e os que são excluídos deste exercício, pelo fato de permitirem romper com as divisões seculares do trabalho.

Isso, porque “o instrumento informático pode permitir, conectado a outras novas técnicas de telecomunicação, a criação, a circulação e a estocagem de uma imensa massa de informações outrora monopolizadas e, em parte esterilizadas, por uma pequena elite de trabalhadores intelectuais” (LOJKINE, 1999: 15). Algo semelhante afirma Gorz:

A divisão do trabalho em tarefas especializadas e hierarquizadas está virtualmente abolida; assim como está a impossibilidade, na qual se encontravam os produtores, de se apropriar dos meios de produção, e de autogerir-los. A separação entre os trabalhadores e seu trabalho reificado, e entre este último e seu produto, está, pois virtualmente abolida; os meios de produção se tornaram apropriáveis e suscetíveis de serem *partilhados* (GORZ, 2005: 21).

A propósito da importância do conhecimento no processo produtivo e da recomposição do perfil do operário, é oportuna a análise do relatório *L’Immatériel, au coeur de la stratégie des entreprises* produzido pelo *Statistiques et études industrielles* (SESSI, 2006), vinculado ao governo francês, por destacar que a economia “já imergiu no imaterial” e que é cada vez mais central “o papel dos ativos imateriais na criação de valor por parte das empresas”. Acerca da indústria automobilística e da redefinição do papel do trabalhador nessa indústria, o relatório toma como parâmetros a economia francesa e a mundializada, para afirmar sobre a inovação que se tornou

um elemento chave da competitividade das empresas. Os automóveis embarcam assim cada vez mais programas e sistemas complexos, e o valor desses sistemas é cada vez mais importante em relação às matérias-primas propriamente ditas. (...) Da mesma maneira que a fábrica deixa de ser o lugar de referência na vida das empresas, a favor dos laboratórios, dos centros de pesquisa, dos escritórios de estudos ou de entrepostos logísticos, a figura do operário e até mesmo o empregado de escritório, dos anos 1960 e 1970, tende a desaparecer sem que um modelo único tenha ainda sido claramente definido. Em sua versão mais otimista, o trabalhador típico da economia do imaterial exerce uma das funções nobres do setor terciário: ele pertence àqueles que o ex-secretário do Trabalho norte-americano R. Reich chamava de ‘manipuladores de símbolos’. Ele exerce, portanto, atividade no centro do processo da inovação: a identificação e a resolução de problemas e o *courtage* estratégico, para retomar a tipologia de Reich. Seu papel é “jogar” com idéias, conceitos, saberes, para encontrar novos avanços tecnológicos, novos produtos e novos serviços (SESSI, *L’Immatériel, au coeur de la stratégie des entreprises, Le-i pages des statistiques industrielles*, n. 217, maio 2006).

O relatório indica que, no novo paradigma produtivo de acumulação flexível, o trabalhador assume uma posição cada vez mais ativa no processo produtivo. Essa participação dá-se, sobretudo, a partir da mobilização do seu conhecimento, o “jogar” com as idéias, ao fazer referência ao conceito da “economia do imaterial” que requer um trabalhador distinto do período anterior. Adentramos a Era do trabalho imaterial. A caracterização desse novo mundo do trabalho circunscreve-se, sobretudo a nichos do sistema produtivo, constituídos em torno de bens e serviços de caráter imaterial: produção de produtos e serviços ligados à informação e à comunicação em empresas que desenvolvem tecnologias inovadoras. Ressalte-se que a grande massa de trabalhadores está subordinada ainda ao modelo de trabalho fordista, ou sequer encontra-se no sistema assalariado. Até mesmo nas empresas pesquisadas, é evidente que o modelo adotado é um híbrido de taylorismo-fordismo com o toyotismo, porém se percebe que o “coração” do sistema produtivo das montadoras reside nas sofisticadas máquinas-ferramentas informacionais.

Essas novas máquinas ferramentas são os equipamentos de informática assistidos pela microeletrônica, a exemplo dos robôs, máquinas CNC, sistemas flexíveis de transporte, CAD/CAM e controladores lógicos programáveis (CLP)²². A embarcação de tecnologia no chão de fábrica das montadoras é crescente o que, por sua vez, exige trabalhadores qualificados, despertos a uma sensibilidade cognitiva. A implantação de tecnologias de base microeletrônica relaciona-se com um processo de maior intelectualização, exigindo do operador “um conhecimento mais abstrato dos comportamentos da máquina na medida em que a chave do domínio técnico advém da capacidade de dar significado à informação emitida pelo equipamento, passando de uma dimensão abstrata até o âmbito do concreto” (NOVICK *et al*, 1998: 60). Esses trabalhadores assumem um lugar central nos circuitos produtivos e realizam cada vez mais um trabalho imaterial, ou seja, aquele em que os recursos mais utilizados são o conhecimento, a comunicação e a cooperação.

²² - O Controlador Lógico Programável (CLP) é um microcomputador utilizado na automação industrial em substituição aos sistemas controlados por dispositivos mecânicos e eletromecânicos. Possui a capacidade de armazenar informações que dispõe de instruções de organização para o seqüenciamento produtivo: combinações lógicas, temporizações e seqüenciamento de eventos produtivos.

2.3 - Trabalho imaterial

O coração, o centro da criação de valor, é o trabalho imaterial – Gorz.

Na sociedade pós-industrial, o conhecimento, a comunicação e a cooperação, ativados sobretudo pela Revolução Informacional, mas não apenas, passam a ser considerados como os principais recursos demandados ao sujeito do trabalho, algo que na sociedade industrial era renegado. A importância que esses atributos adquirem, no processo produtivo, é a base da categoria trabalho imaterial, que vem se sobrepondo nas últimas décadas do século XX ao trabalho industrial. O trabalho imaterial “cria produtos imateriais, como o conhecimento, a informação, a comunicação, uma relação ou uma reação emocional” (HARDT e NEGRI, 2005: 149). Sob a perspectiva do sujeito do trabalho na sociedade pós-industrial, o trabalho imaterial recompõe a subjetividade do trabalhador na medida em que está por detrás da criação do *comum* – “a comunicação entre singularidades manifesta através dos processos sociais colaborativos da produção” (HARDT e NEGRI, 2005: 266). É a produção do *the common* que dá forma à *multidão* – que assume o lugar da classe – como um sujeito social ativo, que age com base naquilo que as singularidades têm em comum. Esse tema será retomado; por ora, descreve-se o caráter e o significado que o trabalho imaterial assume na sociedade pós-industrial.

A origem do conceito trabalho imaterial é atribuída a Maurizio Lazzarato e Antonio Negri em um artigo

publicado na revista francesa *Futur Antérieur* (1991), para dar conta da nova realidade do capitalismo pós-fordista. De maneira complementar e no mesmo momento, Paolo Virno, em artigo da revista italiana *Luogo Comune*, atualizava um outro conceito marxiano, o de *General Intellect*. O conceito de trabalho imaterial dá conta das dimensões subjetivas de um trabalho que se alimenta e alimenta uma dinâmica de conhecimento que não mais é controlada pelo capital e fixada em suas maquinarias, mas afere a rede social dos cérebros: o *General Intellect* (COCCO, 2007: 25).

Essas características de um trabalho que tem necessidade da incorporação do saber, do conhecimento, das habilidades do trabalhador, e se faz na reativação do trabalho vivo, na cooperação inteligente e na linguagem comunicante, aproxima-se do

conceito marxiano de *general intellect*, conceito que será visto à frente. A novidade do trabalho imaterial consiste em que

tende a transformar a organização da produção, das relações lineares da linha de montagem às inúmeras e indeterminadas relações das redes disseminadas. A informação, a comunicação e a cooperação tornam-se as normas da produção, transformando-se a rede em sua forma dominante de organização. Assim é que os sistemas técnicos de produção correspondem estreitamente a sua composição social: de um lado, as redes tecnológicas, e de outro a cooperação dos sujeitos sociais que trabalham. Essa correspondência define a nova topologia do trabalho e também caracteriza as novas práticas e estruturas de exploração (HARDT e NEGRI, 2005: 155-156).

O caráter “revolucionário” do trabalho imaterial, segundo Hardt e Negri (2005: 156) repousa no fato de que “as formas centrais de cooperação produtiva já não são criadas pelo capitalista como parte do projeto para organizar o trabalho, mas, emergem das energias produtivas do próprio trabalho”. Os autores desenvolvem três aspectos do trabalho imaterial que denominam de “sociologia do trabalho imaterial” na economia contemporânea. Essas manifestações de trabalho são: o trabalho comunicativo de produção industrial; o trabalho interativo de análise simbólica e resolução de problemas; e o trabalho de produção e manipulação de afetos. Citam como exemplo, no primeiro caso, a indústria automobilística. Destacam que a principal mudança estrutural do modo produtivo da sociedade industrial/fordista para a sociedade pós-industrial/pós-fordista reside na sofisticação da relação produção-consumo, e citam o toyotismo como a base da inversão fordiana entre a produção e o consumo, modelo que busca uma rápida comunicação entre a produção e o consumo. Tem-se hoje um circuito de *feedback* do consumo para a produção que exige rápidas mudanças na engenharia de produção, no sentido de que a decisão do que será produzido não é monopólio da empresa como no modelo fordista, mas é o consumidor quem decide. Note-se que a imaterialidade do trabalho aqui reside naquilo que não está dado de antemão, mas precisa a todo o momento ser criado e recriado. Para a maioria das empresas, sobreviver no mercado

passa pela pesquisa permanente de novas aberturas comerciais que levam à definição de gamas de produtos sempre mais amplos ou diferenciados. A inovação não é mais subordinada somente à racionalização do trabalho, mas também aos imperativos comerciais. Parece então que a mercadoria pós-industrial é o resultado de um

processo de criação que envolve tanto o produto quanto o consumidor (LAZZARATO e NEGRI, 2001: 44).

De forma ainda mais radical, o trabalho imaterial, nesse caso, é a capacidade de materializar o imaginário e os gostos do consumidor. O trabalho imaterial encontra-se no cruzamento, é a interface desta nova relação produção/consumo, uma vez que ativa e organiza essa relação.

A ativação, seja da cooperação produtiva, seja da relação social com o consumidor é materializada dentro e através do processo comunicativo. É o trabalho imaterial que inova continuamente as formas e as condições da comunicação (e, portanto, do trabalho e do consumo). Dá forma e materializa as necessidades, o imaginário e os gostos do consumidor. E estes produtos devem, por sua vez, ser potentes produtores de necessidades, do imaginário, de gostos. A particularidade da mercadoria produzida pelo trabalho imaterial (pois o seu valor de uso consiste essencialmente no seu conteúdo informativo e cultural) está no fato de que ela não se destrói no ato do consumo, mas alarga, transforma, cria o ambiente ideológico e cultural do consumidor. Ela não reproduz a capacidade física da força de trabalho, mas transforma o seu utilizador (LAZZARATO e NEGRI, 2001: 45- 46).

É nesse sentido que se pode afirmar que o trabalho imaterial produz, acima de tudo, uma relação social – uma relação de inovação, de produção, de consumo – e, somente na presença dessa reprodução, a sua atividade tem um valor econômico. Esta atividade mostra imediatamente aquilo que a produção material ‘escondia’. Vale dizer que o trabalho não produz somente mercadorias, mas acima de tudo relações. A partir dessa análise, os autores desenvolvem sua tese central acerca da relação trabalho imaterial e subjetividade: “Se a produção é hoje diretamente produção de relação social, a matéria-prima do trabalho imaterial é a subjetividade e o ambiente ideológico no qual esta subjetividade vive e se reproduz” (LAZZARATO e NEGRI, 2001: 46). Acerca ainda da mudança significativa na relação produção-consumo que se instaura na sociedade pós-industrial, Moulrier-Boutang (2003) comenta que agora não temos mais a sociedade-fábrica industrial, mas a empresa-sociedade.

Com a produção flexível e a queda de seqüência montante (produção) / jusante (consumo), no pós-fordismo, o ato do consumo torna-se uma parte decisiva da produção em tempos reais e em fluxos tensos. Se apenas o que já foi validado pelo mercado e antecipadamente comprado por uma demanda cada vez mais diversificada é produzido,

a sociedade não é somente penetrada *ex post* pelo mercado e pelo capitalismo, ele intervém *ex ante*: a sociedade torna-se um momento produtivo indispensável da empresa global. Os fluxos produtivos tornam-se irreversíveis, o montante produz o jusante e o condiciona: é a única solução para reduzir o risco da superprodução. A informação produzida pelos captadores instalados no corpo social permite o ajuste, a alocação de recursos (MOULIER-BOUTANG, 2003: 49).

Este é o primeiro impacto do trabalho imaterial na sociedade pós-industrial, tipificado como “o trabalho comunicativo de produção industrial”, na tipologia da sociologia do trabalho imaterial de Negri e Hardt. A segunda manifestação de trabalho imaterial é o “trabalho interativo de análise simbólica e resolução de problemas”. O exemplo, citado nesse caso, manifesta-se com maior intensidade no setor de serviços, que se utiliza cotidianamente da informática, que tende

progressivamente a redefinir as práticas e relações de produção, juntamente com todas as práticas e relações sociais. A familiaridade e a facilidade com a tecnologia de computação estão se tornando, cada vez mais, uma qualificação primária geral para o trabalho nos países dominantes. Mesmo quando não existe contato direto com computadores, o manuseio de símbolos e informações do modelo informatizado de operação está extremamente difundido (HARDT e NEGRI, 2001: 312).

Na opinião dos autores, o uso de computadores, enquanto tecnologias de comunicação e seu modelo de interação, torna-se sempre mais indispensável em diferentes trabalhos. Reconhecem que informatização crescente de atividades, no setor, de serviços, corresponde a empregos de baixo valor e de pouca qualificação no manuseio das informações, e até mesmo levam a uma homogeneização de procedimentos o que, nessa perspectiva, aproxima-se do conceito de trabalho abstrato de Marx. Comentam de forma semelhante ao que afirmam Castells (1999), Lojkin (1999) e Corsani (2003), que o aspecto inovador do computador deve-se ao fato de poder modificar continuamente a sua performance mediante o uso, ou seja, abre-se aqui a possibilidade de um trabalho enriquecido, mesmo que não se manifeste em toda a sua potencialidade, nem em toda extensão das atividades produtivas.

A terceira face do trabalho imaterial é o trabalho afetivo, aquele que apresenta a possibilidade de produzir redes, formas comunitárias, ao produzir ou manipular afetos

como a sensação de bem-estar, tranquilidade, satisfação, excitação ou paixão. (...) Uma indicação da importância crescente do trabalho afetivo, pelo menos nos países dominantes, é a tendência dos empregadores para enfatizar a educação, a atitude, a personalidade e o comportamento 'pró-social' como capacitações primordiais necessárias aos empregados. Trabalhador com uma boa atitude e traquejo social é outra maneira de designar um trabalhador hábil no trabalho afetivo (NEGRI e HARDT, 2005: 149).

O conceito de trabalho imaterial, entretanto, é complexificado quando Hardt e Negri (2005) enfatizam que mesmo o trabalho envolvido em toda produção imaterial continua sendo material, por mobilizar corpos e cérebros e que imaterial é o seu produto. Eles reconhecem que nesse sentido, é ambígua a expressão trabalho imaterial e que "talvez fosse melhor entender a nova forma hegemônica como trabalho biopolítico, ou seja, trabalho que cria não apenas bens materiais, mas também relações e, em última análise, a própria vida social" (NEGRI e HARDT, 2005: 150).

Os autores dão relevo ao fato de que o trabalho imaterial é uma tendência, ou seja, ainda não se apresenta hegemônico quantitativamente, mas já o é qualitativamente. O trabalho imaterial constitui uma minoria do trabalho global, concentrando-se em algumas regiões dominantes do planeta e se encontra hoje em posição semelhante à que estava o trabalho industrial há 150 anos,

quando respondia apenas por uma pequena fração da produção global e se concentrava numa pequena parte do mundo, mas exercia hegemonia sobre todas as outras formas de produção. Assim como naquela fase todas as formas de trabalho e a própria sociedade tinham de se industrializar, hoje o trabalho e a sociedade têm de se informatizar, tornar-se inteligentes, comunicativos e afetivos (NEGRI e HARDT, 2005: 151).

Em síntese, os recursos que compõem e recompõem o trabalho imaterial são o conhecimento, a comunicação e a cooperação na análise de Hardt e Negri (2001-2005), características reconhecidas por outros autores, às vezes com terminologias diferenciadas. Gorz (2005), por exemplo, dá ênfase ao conceito do saber; Virno (2002) dá destaque à linguagem; Vercellone (2007) fala em dimensão cognitiva do trabalho; Corsani (2003) insiste no conhecimento como categoria fundante da imaterialidade requerida no trabalho. Em comum, os autores, entre outros, assumem que a forma crescente do modo produtivo da sociedade pós-industrial já não é apenas hegemônica pelo capital, mas que o sujeito do trabalho joga um papel decisivo como parte integrante

da própria forma de organizar o trabalho. Esta constatação dos autores é confirmada pelo grupo de conversação. Pela descrição feita pelos trabalhadores há nichos dentro da fábrica incorporados por sofisticada tecnologia que demandam uma ativa participação do sujeito do trabalho. Tome-se como exemplo o caso do trabalhador da montadora C, que trabalha na área de engenharia de manutenção e exerce a função de técnico de ajustes. A sua função de aperfeiçoar e desenvolver *softwares* aplicáveis à manutenção das máquinas CNC é de suma importância no processo produtivo. A novidade reside no fato de que não há uma prescrição da performatividade da máquina, ao contrário, o seu desempenho depende da capacidade do trabalhador em enriquecê-la com a sua capacidade cognitiva após observar atentamente o seu desempenho. É nesse sentido que se afirma que ele joga um papel terminante no modo produtivo.

Outro aspecto relacionado ao trabalho imaterial, naquilo que lhe dá conteúdo, é o fato de que não se restringe ao processo produtivo, ao contrário, alimenta-se também das externalidades, de um conhecimento que vem de fora do trabalho fabril, de fora da fábrica. Ao capital produtivo interessa a incorporação desse saber no chão de fábrica; o trabalhador é estimulado a socializar as suas aptidões acumuladas socialmente. O grupo de conversação corrobora essa demanda, na medida em que há um consenso de que as experiências adquiridas fora da fábrica se tornam recursos importantes no uso fabril diário. Tendo presente que um dos componentes-chaves no modo produtivo pós-fordista é o trabalho em equipe, aqueles trabalhadores que adquiriram a habilidade lingüística fora da fábrica, e ao mesmo tempo cultivam relações de interação em outros grupos sociais, dominam melhor os espaços em que a interatividade no processo produtivo é exigida. A concepção de organização do trabalho pós-fordista se vale do tempo do “não-trabalho”, do “mundo da vida”, ou seja, das experiências e conhecimentos maturados fora do ofício, adquiridos no trânsito da vida cotidiana. O mundo da vida, expressão de Habermas, é,

por assim dizer, o lugar transcendental em que o falante e o ouvinte se encontram; é o lugar em que podem estabelecer reciprocamente a pretensão de que suas emissões concordam com o mundo objetivo, subjetivo e social; e em que podem criticar e exhibir os fundamentos das respectivas pretensões de validade, resolver seus desentendimentos e chegar a um acordo (HABERMAS, 1999: 179).

A racionalidade dos indivíduos, portanto, mediada pela linguagem e pela capacidade de comunicação, é produzida através de complexas interações sociais, onde entra em jogo a subjetividade, a visão de mundo, as relações sociais que se estabelecem. O mundo da vida interessa cada vez mais às empresas. A importância da experiência do “mundo da vida”, trazida pelos trabalhadores para dentro da fábrica, é destacada por Virno (2002) e Gorz (2005), ao preconizarem a sociedade pós-fordista. Nela, os trabalhadores devem entrar no processo de produção com sua bagagem cultural adquirida

nos jogos, nos esportes de equipe, nas lutas, disputas, nas atividades musicais, teatrais, etc... É nessas atividades fora do trabalho que são desenvolvidas sua vivacidade, sua capacidade de improvisação, de cooperação. É o seu saber vernacular que a empresa pós-fordista põe para trabalhar, e explora (...). O que as empresas consideram como ‘seu’ capital humano é, pois um recurso gratuito, uma externalidade que se produz sozinha, e que continua a se produzir. E da qual as empresas apenas captam e canalizam a capacidade de se produzir (GORZ, 2005: 19-20).

Na nova forma de organizar o trabalho são solicitados, aos trabalhadores, os requisitos da mobilidade, da flexibilidade, da adaptabilidade, a capacidade de interação, de disposição lingüística, o talento comunicativo, requisitos esses oriundos menos do disciplinamento industrial e mais de “uma socialização que tem seu epicentro fora do trabalho”. (VIRNO, 2002: 95). Na troca de opiniões, no grupo de conversação, há um reconhecimento de quanto as qualidades que se desenvolvem fora da fábrica são importantes para o trabalho realizado lá dentro. Essas não são qualidades explicitamente cobradas, mas se tornam recursos importantes e são valorizadas pela empresa no desempenho e no grupo de trabalho. A capacidade de argüição, de contestação e de convencimento, assim como a habilidade em tomar iniciativas são competências amalhadas por aqueles que desenvolveram ou desenvolvem essas qualidades no cotidiano da vida.

Trata-se de uma produção biopolítica, isto é, “por um lado, incomensurável, pois não pode ser quantificada em unidades fixas de tempo, e, por outro lado, sempre excessiva no que diz respeito ao valor que o capital pode dela extrair, pois o capital não pode nunca capturar toda a vida” (HARDT e NEGRI, 2005: 195). É nesta perspectiva que se pode falar que o trabalho imaterial se contrapõe à teoria marxiana da mais-valia

ou, antes de tudo, exige uma atualização de sua teoria. A novidade está relacionada aos parâmetros utilizados para definir o valor de uma mercadoria. Na teoria marxiana, o que determina o valor de uma mercadoria é a quantidade de trabalho despendido para produzi-la, mais especificamente, a média do tempo utilizado de acordo com o grau de desenvolvimento das forças produtivas. No trabalho imaterial, o tempo de trabalho já não é necessariamente medido, pois tempo de trabalho e tempo de não trabalho confundem-se, sua linha divisória é tênue. Marx postula a relação entre trabalho e o valor em termos de correspondência de quantidades:

uma certa quantidade de tempo de trabalho abstrato equivale a uma quantidade de valor. De acordo com esta lei do valor, que define a produção capitalista, o valor é expresso em unidades mensuráveis e homogêneas de tempo de trabalho. Marx viria posteriormente a vincular esse conceito a sua análise da jornada de trabalho e da mais-valia. Esta lei, contudo, não pode ser mantida hoje na forma em que Smith, Ricardo e o próprio Marx a conceberam. A unidade temporal de trabalho como medida básica de valor já não faz sentido hoje em dia. O trabalho efetivamente continua a ser a fonte essencial de valor na produção capitalista, isto não muda, mas precisamos investigar de que tipo de trabalho estamos tratando e quais são as suas temporalidades. (...) A jornada de trabalho e o tempo de produção mudaram profundamente sob a hegemonia do trabalho imaterial. Os ritmos regulares da produção fabril e suas divisões estanques entre o tempo de trabalho e o tempo em que não se trabalha tendem a declinar no reino do trabalho imaterial. (...) O novo paradigma solapa a divisão entre tempo de trabalho e tempo de vida (HARDT e NEGRI, 2005: 193-194).

O que há de novo aqui é o fato de que o tempo de trabalho já não pode mais ser medido apenas pelas forças produtivas objetivadas na máquina-ferramenta do tempo fabril. O elemento novo é o *plus* acrescido pelo operário, o seu conhecimento, o seu saber, que extrapolam o tempo fabril e são incorporados ao processo produtivo: “Os custos de sua produção muitas vezes não podem ser determinados, e seu valor mercantil não pode ser auferido de acordo com o tempo de trabalho necessário que foi gasto em sua criação. Ninguém é capaz de dizer com precisão onde, no contexto social, o inventivo trabalho do saber começa, e onde termina” (GORZ, 2005: 10). Negri e Hardt destacam que, na medida em que se desenvolvem capacidades criativas de inovação e que se apresentam maiores que o trabalho produtivo de capital

podemos reconhecer que essa produção biopolítica é, por um lado, incomensurável, pois não pode ser quantificada em unidades fixas de tempo, e, por outro lado, sempre excessiva no que diz respeito ao valor que o capital pode dela extrair, pois o capital não pode nunca capturar toda a vida. Por isto é que precisamos rever o conceito marxiano de relação entre trabalho e valor na produção capitalista (NEGRI e HARDT, 2005: 195).

A percepção contida aqui é de que o conhecimento, diferentemente do trabalho social geral, é impossível de traduzir e mensurar em unidades abstratas simples. Ele não é redutível a uma quantidade de trabalho abstrato de que seria o equivalente, o resultado ou o produto. Na opinião de Gorz, o conhecimento recobre e designa uma grande diversidade de capacidades heterogêneas, ou seja, sem medida comum. O conhecimento, nessa perspectiva, constitui-se num “novo capital fixo”, ou seja, não pode ser apropriado, divisível e quantificado, pois a economia do conhecimento desequilibra a medição do trabalho e do valor. Por ter se tornado a principal força produtiva, o conhecimento e

conseqüentemente, os produtos da atividade social não são mais, principalmente produtos do trabalho cristalizado, mas sim do conhecimento cristalizado. Indica também que o valor de troca das mercadorias, sejam ou não materiais, não é mais determinado em uma última análise pela quantidade de trabalho social geral que elas contêm, mas, principalmente, pelo seu conteúdo de conhecimentos, informações, de inteligências gerais. É esta última, e não mais o trabalho social abstrato mensurável segundo um único padrão, que se torna a principal substância social comum a todas as mercadorias. É ela que se torna a principal fonte de valor e de lucro, e assim, segundo vários autores, a principal forma do trabalho e do capital (GORZ, 2005: 29).

Nessa perspectiva, o conceito de mais-valia precisa ser revisto, ele não se reduz mais à mais-valia produzida no tempo fabril. Mais do que isso, a mais-valia é produzida incessantemente porque se vale também do tempo de não trabalho, daquele tempo que se encontra externalizado ao processo produtivo e inclui toda a vida social, o mundo da vida de que se falava anteriormente. O trabalho imaterial complexifica a medição do trabalho e engendra inevitavelmente a crise da medição do valor: “Quando o tempo socialmente necessário a uma produção se torna incerto, essa incerteza não pode deixar de repercutir sobre o valor de troca do que é produzido” (GORZ, 2005: 30). Cada vez

mais qualitativo, o trabalho se torna menos mensurável e coloca em xeque a pertinência das noções de ‘sobretabalho’ e ‘sobrevvalor’, que passam a ser

o resultado de um processo produtivo mais amplo da jornada de trabalho estritamente entendida. O mais-valor é gerado por uma cooperação social que compreende também o tempo de não-trabalho, o tempo de aprendizagem, o tempo dos afetos, o tempo do consumo cultural. Esta cooperação social extratrabalho não é paga pelo salário, obviamente, mas constitui uma força produtiva fundamental. A ela se deve a gênese do mais-valor. Seria conveniente uma teoria do mais-valor (e do lucro) que vá além da jornada de trabalho individual. Deveríamos considerar o processo de trabalho somente como uma parte de um processo de produção mais geral, que compreende, em si, a vida como tal (VIRNO, 2005: 08).

Por entender a produção da vida também no trabalho e para além dele, essa novidade do trabalho imaterial, ou seja, a exigência de uma redefinição do conceito de valor, altera a teoria marxiana de mais-valia e necessita de uma nova teoria social que dê conta de ampliar o conceito de exploração do trabalho. Hoje, no paradigma da produção imaterial, portanto, nem a teoria do valor nem a exploração podem ser concebidas em termos de tempo, porque

devemos entender a produção de valor em termos do comum, assim também devemos tentar conceber a exploração como a expropriação do comum. Em outras palavras, o comum tornou-se o lócus da mais-valia. A exploração é a apropriação privada de parte do valor produzido como comum, ou de todo ele. As relações e comunicações produzidas são comuns por sua própria natureza, e no entanto o capital consegue apropriar-se em caráter privado de parte de sua riqueza (HARDT e NEGRI, 2005: 198-199).

Sob a hegemonia do trabalho imaterial, a exploração já não é primordialmente a expropriação do valor medido pelo tempo de trabalho individual ou coletivo e, sim, a captura do valor que é produzido pelo trabalho cooperativo e se torna cada vez mais comum através de sua circulação nas redes sociais. As formas centrais de cooperação produtiva já não são criadas apenas pelo capitalista como parte do projeto para organizar o trabalho, mas emergem das energias produtivas do próprio trabalho. O comum aqui, constitutivo ao trabalho imaterial, é a produção de comunicação, de relações sociais e de cooperação, aspectos esses de difícil mensuração, porque partilhados.

O trabalho imaterial, pelas características descritas, aproxima-se do conceito de *general intellect*, descrito por Marx nos “fragmentos sobre as máquinas” em suas anotações (*Grundrisse*), no exílio em Londres, em 1858²³, ao afirmar que a natureza não constrói as máquinas, sejam elas

máquinas têxteis, locomotivas, estradas de ferro, telégrafos etc. São produtos da laboriosidade humana; são materiais naturais que se transformam em instrumentos da vontade e da ação humanas sobre a natureza. São como órgãos do cérebro humano criados pela mão humana; conhecimento objetivado. (...) [O desenvolvimento da maquinaria] revela até que ponto o conhecimento social geral converteu-se em força produtiva imediata; portanto, até que ponto as condições do próprio processo da vida social foram colocados sob o controle do intelecto coletivo [*general intellect*] (MARX *apud* ROSDOLSKI, 2001: 206).

Marx entende a ciência, o conhecimento em geral, a capacidade científica acumulada e objetivada, como sistema de máquinas e

utiliza o idioma inglês para dar força à expressão, como se desejasse sublinhá-la. A noção de “intelecto geral” pode ter diversas origens: talvez seja uma réplica polêmica à “vontade geral” de Rousseau (segundo Marx, não é a vontade, mas o intelecto o que os produtores acumulam); ou talvez, o “intelecto geral” seja continuação materialista do conceito aristotélico de *nous poietikos* (o intelecto produtivo, poiético). Mas aqui, não importa a filologia. Importa o caráter exterior, social, coletivo que compete à atividade intelectual, enquanto que dali provém, segundo Marx, o verdadeiro motor da produção de riqueza (VIRNO, 2002: 27-28).

Paolo Virno (2005) considera que Marx identificou, sem dúvidas, o *general intellect* – o saber enquanto principal força produtiva – com o capital fixo, com a “capacidade científica objetivada” no sistema de máquinas, mas que esta equação intelecto geral = sistema de máquinas não se sustenta em nossa época. O intelecto geral manifesta-se, em ampla medida, na atividade do trabalho vivo, na cooperação inteligente de uma pluralidade de corpos humanos que falam e agem, ou seja, “antes que se encarnar (ou melhor, se aferrar) no sistema de máquinas, existe enquanto atributo do trabalho vivo. O *general intellect* apresenta-se hoje, antes de tudo, como comunicação, abstração, auto-reflexão dos sujeitos viventes” (VIRNO, 2002: 67). Em síntese, é o fundamento de uma cooperação social mais ampla que aquela especificamente do

²³ - A datação é de Rodolsky (2001).

trabalho, constituindo-se como centro do processo de trabalho pós-fordista. Pense-se na produção contemporânea, na qual o partilhar do conhecimento faz os trabalhadores participarem

na produção enquanto pensantes-falantes. Nenhuma relação, vemos, com a ‘profissionalidade’, ou com o antigo ‘ofício’: falar/pensar são atitudes genéricas do animal humano, o contrário de qualquer especialização. (...) O compartilhar, enquanto pré-requisito técnico opõe-se à divisão do trabalho, a contradiz, a faz desmoronar. Isto não significa, naturalmente, que o trabalho já não esteja subdividido, parcelizado, etc.; significa que a segmentação do âmbito do trabalho já não responde a critérios objetivos, ‘técnicos’, mas, que é explicitamente arbitrária, reversível, cambiante. Para o capital, o que conta verdadeiramente é a unificação originária do dote lingüístico-cognitivo, já que é isso o que garante a velocidade da reação frente às inovações, à adaptabilidade (VIRNO, 2002: 32-33).

Negri (2005: 214), por sua vez, destaca que “o contexto da produção é constituído pela cooperação social do trabalho imaterial, e tudo, isso, chamamos *General Intellect*”. Em suma, o trabalho imaterial cada vez mais se posta no centro do processo produtivo e apresenta implicações novas, principalmente na ativação de um trabalho que difere daquele que se realizava na sociedade industrial. Consubstanciado à nova forma e conteúdo do trabalho imaterial, a reorganização do chão de fábrica contribui na compreensão das mudanças que se processam na organização do trabalho na sociedade pós-industrial, tema abordado na seqüência. Na realidade, a mudança do chão de fábrica é, antes de tudo, o meio pelo qual se atente à exigência de um trabalho sempre mais complexificado e que permite a realização, ao menos parcial, da concretude do trabalho imaterial.

2.4 - O chão de fábrica pós-fordista

No toyotismo o capital não dispensa, como fez o fordismo, o 'espírito' operário – Giovanni Alves.

O modelo da organização do trabalho, que servia de base à economia industrial fordista, tornou-se insuficiente no modelo pós-fordista. A redução do trabalho complexo ao trabalho simples, a separação da execução manual da concepção intelectual, a individualização e especialização na atividade laboral não respondem às exigências do novo capitalismo. A nova forma de organização do trabalho, no chão de fábrica, requer que se dê conta das substanciais mudanças que acontecem no mundo do trabalho. O modelo que melhor se ajusta às novas forças produtivas é o de inspiração toyotista²⁴. O toyotismo, que surge na sociedade industrial nos anos 50, é referência e expressão maior de um novo modelo de organização social do trabalho e da produção em substituição ao modelo fordista-taylorista. Embora desponte nos anos setenta, foi nos anos oitenta que o toyotismo²⁵

conseguiu alcançar um poder ideológico e estruturante considerável, passando a representar o momento predominante do complexo de reestruturação produtiva na era da mundialização do capital. Assumiu, a partir daí, a posição de objetivação universal da categoria da flexibilidade, tornando-se valor universal para o capital em processo (ALVES, 2000: 29).

²⁴ - Originário do período pós-segunda guerra, no Japão, país semidestruído e carente de recursos necessários para um processo de reconstrução industrial, o ohnismo tem como base a redução geral de desperdícios e uma ênfase no atendimento do consumidor, ao qual foi dada uma importância até então inédita, pelo menos no setor automotivo. “Desde os resultados iniciais obtidos pela Toyota, a partir dos anos 50 e até o início dos 90, o ohnismo tem se tornado uma referência básica para uma parte substancial dos processos de reestruturação industrial iniciados por organizações de todo o mundo. O trabalho em grupo é uma de suas características mais importantes” (MARX R., 1997: 184).

²⁵ - Alguns autores, particularmente Coriat (1994: 81), preferem a expressão ‘ohnismo’ – em referência a Taiichi Ohno, engenheiro da Toyota, responsável pela introdução de novos métodos e técnicas que caracterizam o modelo ‘gerencial’ da empresa automobilística japonesa do mesmo nome. Afirma ele: “O que Ohno sustenta é um discurso do método, e antes dele Taylor, e que, como todo discurso de método se aplicará segundo diferentes variantes: em Toyota, claro, mas também em Honda, Sony, Fujitsu (...) antes de ultrapassar as fronteiras do arquipélago nipônico. Pode-se acrescentar que, sobre este discurso fundador, desenvolvimentos múltiplos foram construídos por Shingo, Ishikawa, e muitos outros. Muitos dentre estes não são absolutamente ligados a Toyota – mas proliferaram em volta dos novos princípios inaugurados por Ohno”. Há autores que preferem a expressão ‘sistema japonês’, ou simplesmente *Kan-Ban*, como é o caso de Lojkin (1999). Hirata (1993) fala em ‘modelo japonês’. Outros se referem a esse novo momento histórico, no processo de organização do trabalho, como *sistema flexível*, *pós-fordismo*, *neofordismo* e até mesmo *neotaylorismo*.

O chão de fábrica toyotista não significa uma ruptura com o modelo fordista, pois em muitos aspectos são similares. Entretanto, é inegável que ao sistema japonês de produção é constitutiva uma série de “protocolos organizacionais” (ALVES, 2000) que não existia no fordismo, dentre eles, o principal, a prescrição de determinada subjetividade passível de ser auferida no controle pela obrigação em obter resultados. Assim, essa nova organização do trabalho

tende a substituir os mecanismos fordistas tradicionais do controle pela prescrição dos meios e dos procedimentos. Neste movimento, a prescrição taylorista do trabalho é substituída pela prescrição da subjetividade, ou seja, pela injunção feita aos assalariados de se envolver no trabalho, pondo sua criatividade a serviço da empresa, como se se tratasse do espaço duma atividade livre e independente (VERCELLONE, 2005: 20).

Ao mesmo tempo, o toyotismo se adapta à economia global orientada pela acumulação flexível (HARVEY, 2001) e, em sua essência, caracteriza-se como um modelo que apresenta um conjunto de inovações organizacionais. Nele está presente o “contingente e o universal, só que não mais do que há ou havia no taylorismo e no fordismo”, afirma Coriat (1994: 24). Por essa razão, pode ser concebido como um paradigma, como o foi o modelo predecessor: o novo método de gestão da produção

impulsionado, em sua gênese sócio-histórica, pelo sistema Toyota, conseguiu assumir valor universal para o capital em processo, tendo em vista as próprias exigências do capitalismo mundial, das novas condições de concorrência e de valorização do capital, surgidas a partir da crise capitalista dos anos 70. Isso significa dizer que o toyotismo não pode mais ser reduzido às condições históricas de sua gênese, se tornado adequado, sob a mundialização do capital, não apenas à nova base técnica do capitalismo, com a presença de novas tecnologias microeletrônicas na produção – o que exige um novo tipo de envolvimento operário, e, portanto, uma nova subordinação formal-intelectual do trabalho no capital (ALVES, 2000: 30).

No campo da gestão da força de trabalho, o toyotismo realiza um salto qualitativo na captura da subjetividade operária pela lógica do capital e manifesta uma nova forma organizacional, capaz de aprofundar a subsunção real do trabalho ao capital, inscrita na forma do capitalismo da “Terceira Revolução Científica e Tecnológica”²⁶.

²⁶ - O conceito é uma referência à Revolução Industrial. A Revolução Industrial, via de regra, costuma ser seccionada em duas: a primeira surgiu em meados do século XVIII com a introdução de novas

Do ponto de vista da organização do trabalho, o método Toyota²⁷ – é a combinação de dois pilares: autonomia e auto-ativação, e o *Just-in-time* (CORIAT, 1994). O princípio da autonomia – neologismo forjado a partir da contração de duas palavras: autonomia e automação – é um princípio que tem sua origem na indústria têxtil e é ativado no sentido

de dotar as máquinas automáticas de uma certa autonomia, a fim de introduzir um mecanismo de parada automática em caso de funcionamento defeituoso. O princípio de tais dispositivos, introduzidos primeiramente na concepção de máquinas têxteis, será largamente reutilizado no conjunto das linhas de produção automobilística. Este ponto é absolutamente notável, pois se refere tanto aos dispositivos mecânicos introduzidos no coração das máquinas quanto aos dispositivos organizacionais que dizem respeito à execução do trabalho humano. Estes últimos são então designados como procedimentos de auto-ativação (CORIAT, 1994: 52).

A auto-ativação, vinculada à autonomia, caminhará para o processo de desespecialização e polivalência operária, traço central e distintivo desse padrão organizacional em relação à via taylorista-fordista: “em lugar de proceder através da destruição dos saberes operários complexos e da decomposição em gestos elementares, a via japonesa vai avançar pela desespecialização dos profissionais para transformá-los não em operários parcelares, mas em plurioperadores, em profissionais polivalentes, em trabalhadores multifuncionais” (CORIAT, 1994: 53). Registre-se que essa desespecialização dos operários, transformando-os em trabalhadores multifuncionais, tem como objetivo o aumento da produtividade e a intensificação do trabalho, na medida em que um trabalhador realiza mais do que uma tarefa e opera, muitas vezes, simultaneamente, mais de uma máquina. Os operadores polivalentes lidam com um grande número de informações variáveis no tempo e disso se

tecnologias, com destaque para a máquina a vapor; a segunda é do final do século XIX e tem como força propulsora a descoberta da eletricidade. Nessa seqüência, a Terceira Revolução Científica e Tecnológica, refere-se à introdução de novos meios técnicos, particularmente a informática, no processo produtivo.

²⁷ - O método Toyota é ainda complementado por técnicas e procedimentos considerados como ferramentas’ do toyotismo. As principais ferramentas são o *Andon*, o *Poka Yoké* e a *Mudança Rápida de Ferramentas*. O *Andon*, uma técnica também conhecida como ‘direção pelos olhos’, consiste em procedimentos que permitem tornar literalmente visível o desenrolar do processo de produção. A técnica *Poka Yoké* consiste em diferentes dispositivos que podem ser adaptados aos equipamentos e ao conjunto de ferramentas para favorecer o objetivo ‘defeito zero’. Finalmente, a ‘troca rápida de ferramentas’ é uma técnica associada ao desafio de produzir quantidades e qualidades diferenciadas. Outras técnicas não menos importantes estão associadas ao espírito de inspiração toyotista sob o conceito *Kaizen* que, no caso, é a expressão da contínua melhoria no processo produtivo (CORIAT, 1994).

depreende uma carga de trabalho elevada, que se vincula em princípio com a necessidade de uma atenção permanente e de uma seleção rápida das informações que são necessárias. O eixo dessa demanda se baseia que os novos processos implicam a necessidade de se ter que tomar decisões em tempo real. Por outro lado, a alta velocidade do sistema de operação das máquinas denota um ritmo de trabalho intenso que se soma à exigência de cumprimento estrito dos planos de produção (NOVICK *et all*, 1998: 39).

O segundo princípio basilar do método – ou sistema – Toyota é o *Just-in-Time* associado ao método *Kan-Ban*. Ohno trabalha no projeto de um fluxo de produção sem abalos, procura desenvolver um sistema onde o próprio trabalhador busca suas peças no posto de trabalho, em oposição ao princípio fordista no qual ele aguarda as peças que lhe vêm no começo da cadeia produtiva: O princípio resume-se em: “o trabalhador do posto de trabalho posterior se abastece, sempre que necessário, de peças no posto de trabalho anterior. Assim sendo, o lançamento da fabricação no posto anterior só se faz para realimentar a loja (a seção) em peças (produtos) vendidas” (CORIAT, 1994: 56). Dessa forma, surge o método *Kan-Ban* que constitui, em matéria de gestão de produção, a maior inovação organizacional da segunda metade do século e apresenta características que revolucionaram as técnicas de controle do processo de fabricação:

- 1) Em relação à lógica fordista, há uma inversão das regras tradicionais: o processo de fabricação, em lugar de ser feito em cadeia, de montante à jusante da cadeia de produção é feito de jusante à montante. O ponto de partida é o das encomendas já endereçadas à fábrica e dos produtos vendidos;
- 2) Paralelamente ao desenrolar dos fluxos reais de produção – que vão dos postos anteriores aos postos posteriores – o método consiste em estabelecer um fluxo de informação invertido que vai de jusante à montante da cadeia produtiva, e onde cada posto posterior emite uma instrução destinada ao posto que lhe é imediatamente anterior. Esta instrução consiste na encomenda do número e da especificação exata das peças necessárias ao posto anterior para executar sua própria encomenda;
- 3) Todo sistema de circulação de informações é realizado através de ‘caixas’, nas quais são colocados ‘cartazes’ em que é inscrito ‘encomendas’ que os diferentes postos de fabricação encaminham uns aos outros (CORIAT, 1994: 57).

Esse conjunto de métodos – autonomação/auto-ativação, *Just-in-time/Kan-Ban* e a polivalência operária – inscreve a nova via de racionalização do trabalho, cuja

novidade dos protocolos reside numa forma do trabalhador interagir com o processo produtivo. Surgem desse modo a horizontalização da produção pelo

princípio da linearização da produção e uma concepção da organização do trabalho em torno de postos polivalentes. Ocorre a desespecialização operária, com a substituição dos operários parcelares por operários polivalentes, os profissionais plurioperadores. Este é um dos pontos de ruptura do toyotismo com o taylorismo e fordismo, pois, nestes últimos, a organização da produção promovia a separação, nos postos de fabricação direta, das tarefas de execução e do controle de qualidade (ALVES, 2000: 44).

Subjacente a todas essas inovações e com o propósito de alavancar a produtividade, é constitutiva, ao toyotismo, a idéia do trabalho em equipe. Sob o toyotismo, a eficácia do conjunto do sistema não é mais garantida pela rigidez da operação do operário individual em seu posto de trabalho, tal como no fordismo, mas pela integração ou engajamento estimulado na equipe de trabalho. A supervisão do processo produtivo, a qualidade e as metas a serem atingidas passam a ser realizadas pelos próprios operários. Um misto de cooperação e competição é intrínseco ao trabalho em equipe de inspiração toyotista. Permanece ainda, de certo modo, uma supervisão rígida, porém incorporada e integrada a uma subjetividade operária mais autônoma. Em virtude do incentivo à competição entre os operários, cada um tende a se tornar supervisor do outro: “Somos todos chefes é o lema do trabalho em equipe no toyotismo” (ALVES, 2000: 53-54).

Do ponto de vista da real autonomia, o toyotismo apresenta uma série de restrições. No processo produtivo, a autonomia relaciona-se à prerrogativa dos trabalhadores organizarem o seu trabalho como acharem melhor, em contraposição ao conceito clássico da realização de tarefas já definidas. O método toyotista, antes de tudo, visa redução do efetivo, redução de custos, intensificação da produção e o aumento da produtividade. O método concerne à adaptação a um mercado cada vez mais competitivo. Do ponto de vista do trabalho, Salerno (1999) comenta que o modelo não significa uma ruptura dos padrões tradicionais, uma vez que, em tese, as mudanças provocadas no processo produtivo são planejadas externalizadamente aos operários. As mudanças são mais comportamentais do que estruturais. O trabalho em grupo busca, antes de tudo, o engajamento operário e, via de regra, as tarefas são prescritas e não são passíveis de alteração, ou seja, no modelo, os limites à autonomia operária são

evidentes. Lojkin (1999: 30) destaca que, assim como a revolução industrial teve seu mito mobilizador no taylorismo-fordismo, o mito mobilizador da revolução informacional é o toyotismo “que menos que uma oposição ao mito precedente, é uma espécie de inversão dele, terminando por evidenciar-se como simétrico a ele”.

Mesmo com todas as suas restrições, a inovação do método toyotista reside no fato de nele ser reconhecido um tratamento diferenciado no papel do operário no chão de fábrica. Nesse padrão organizacional, não interessa mais o trabalhador mecânico, que repete diuturnamente os mesmos movimentos, ao qual não é exigida nenhuma participação, a não ser a energia física. O toyotismo é precípua em criar as condições para um novo tipo de trabalhador. Isso se dá em função da forma como se organiza o processo de trabalho, que exige flexibilidade, conhecimento do conjunto da cadeia produtiva, compromisso de equipe, iniciativa para a solução de problemas repentinos, rápida capacidade de decisão: “O operário é encorajado a pensar ‘pró-ativamente’, a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam. Cria-se conseqüentemente, um ambiente de desafio contínuo, em que o capital não dispensa como fez o fordismo, o ‘espírito’ operário” (ALVES, 2000: 55). O toyotismo difere do fordismo na medida em que requer um trabalhador flexível e desespecializado e, na nova dinâmica do capital, esse profissional passa a ser peça central no processo produtivo, transformando-se de ator secundário em ator central. A conversação com os trabalhadores do grupo de pesquisa revelou que essas novas características de organização do trabalho no chão de fábrica das montadoras estão muito presentes. É bastante evidente que, junto à adoção de um modo de produção flexível, exige-se um trabalhador flexível.

2.5 – Subjetividade, trabalho e a produção do comum

Como prescreve o novo management hoje ‘é a alma do operário que deve descer na oficina’ – Lazzarato/Negri.

Ao contrário da sociedade industrial que dispensou a subjetividade – a autonomia, o conhecimento, a comunicação, a sensibilidade, a percepção, a criatividade, a capacidade de produzir-se de forma contínua – dos sujeitos do trabalho, a sociedade

pós-industrial a requer. No capitalismo industrial o trabalho estava separado da sensibilidade do trabalhador, esse

tornou-se abstrato, não somente na sua forma, mas também no seu conteúdo, esvaziado de todo interesse e de toda qualidade intelectual expansiva. (...) A maior transformação que, após a crise do fordismo, marca uma saída do capitalismo industrial, encontra-se precisamente no forte retorno da dimensão cognitiva e intelectual do trabalho (VERCELLONE, 2005: 20).

Tornando-se o trabalho cada vez mais imaterial e cognitivo, já não pode ser reduzido a um simples dispêndio de energia física efetuado num tempo dado. A principal fonte do valor reside agora na criatividade, na polivalência e na força de invenção dos assalariados e não no capital fixo, a maquinaria. “O novo capital fixo é constituído do conjunto das relações sociais e da vida, das modalidades de produção e de aquisição das informações que, sedimentando-se na força do trabalho, são em seguida ativadas durante o processo de produção” (MAZARI *apud* GORZ, 2005: 33). Na nova forma de se organizar o trabalho e ativá-lo, busca-se a reconquista da parte do trabalho vivo que o desenvolvimento histórico do capitalismo tentou aniquilar. Evidentemente que essa configuração no trabalho, de que falam Vercellone e Mazari, não é uma realidade disseminada em todos os setores produtivos e prevalece ainda a organização do trabalho fordista. Mesmo nas montadoras analisadas, o grupo de conversação revelou que a concepção hegemônica de trabalho é aquela do modelo fordista, em que o comprometimento reduz-se à jornada de trabalho de oito horas e, mesmo dentro dela, basta que se cumpram as tarefas pré-estabelecidas, para uma parte significativa dos trabalhadores. É inegável, porém, que cresce, nas empresas, a busca pelo envolvimento dos trabalhadores não apenas com o processo produtivo. As empresas revelam esforços para que os seus trabalhadores assumam determinado modelo de competência profissional, ou seja, tomem iniciativa e assumam responsabilidades de indivíduos diante de situações profissionais com as quais se deparam (ZARIFIAN, 2001). O trabalho requer um engajamento total do trabalhador. Pode-se falar em uma prescrição da subjetividade orientada pela mobilização e engajamento de todas as faculdades e os recursos que podem ser extraídos e oferecidos pelo sujeito do trabalho.

A lógica competitiva inerente à concorrência e à competitividade do mercado é transferida para o chão de fábrica. As empresas pedem, de seus funcionários, um total envolvimento em seu trabalho, apelando

para um discurso sobre a guerra econômica na qual estão operando, os administradores exigem doravante a excelência que ela define em códigos de ética, deontológicos, em normas de vida. Os administradores pedem para seus funcionários serem os militantes incondicionais da empresa, mostrando lealdade, disponibilidade, além de competência. Devem eles aceitar a mobilidade e, por isso, deixar a vida pessoal e familiar em segundo plano (LINHART, 2006: 09).

Essa “solicitação” incondicional, de que fala Linhart, encontra forte resistência entre os trabalhadores. No grupo de conversação, ficou evidente que os trabalhadores não se sujeitam a esse tipo de lealdade canina e, mesmo em períodos de grande produção, resistem em realizar hora-extra e preferem o convívio familiar, porém quando o que está em jogo é a possibilidade de uma ascensão profissional, aceitam realizar sacrifícios. Por outro lado, observa-se que o discurso da “guerra econômica” é assimilado por outra vertente. A afirmação do primado da competitividade no mercado é aceita como uma regra interna à fábrica, ou seja, ascende profissionalmente e consegue melhores salários quem for efetivamente competitivo, o que significa a busca pela ampliação de conhecimentos como recurso que permite ocupar os melhores postos de trabalho. Nesse sentido, pode-se afirmar que trabalhar é produzir-se de forma contínua e incessante. A capacidade de interação, de iniciativa, de disponibilidade, de ativação, é requerente no modo de ser no trabalho das empresas, e o trabalhador não deve se contentar em reproduzir as capacidades predeterminadas e prescritas para o posto de trabalho que ocupa, mas sim desenvolver-se como um produto que continua ele mesmo a se produzir. É inegável que o capital demanda que o trabalhador se engaje no processo produtivo e que dê o melhor de si, porém a sutileza está no fato de que se espera que esse engajamento seja voluntário. A prescrição da subjetividade é a obtenção, por parte da empresa, de um consentimento voluntário do trabalhador aos seus objetivos, fazendo com que ele assuma os preceitos da empresa como se fossem seus, “daí a pertinência de uma moral que substitui uma disciplina obrigatória e repressiva e que simbolize uma participação consensual dos assalariados nas atividades das empresas” (LINHART, 2007: 74). É nesse sentido, de uma auto-responsabilização

cada vez maior com o que acontece no chão de fábrica, que Lazzarato e Negri (2001: 25) falam que o que “prescreve o novo *management* hoje ‘é a alma do operário que deve descer na oficina’. É a sua personalidade, a sua subjetividade que deve ser organizada e comandada”. Está em processo uma ruptura da concepção de trabalho da sociedade industrial, aquela em que o trabalho situa-se fora do operário; agora, o trabalho subsume toda a pessoa, invade todo o seu ser, não é mais exterior, mas foi interiorizado, é constitutivo ao operário. O tempo do não trabalho confunde-se ao tempo do trabalho, ocorrendo uma mudança na relação do sujeito com a produção e o seu próprio tempo.

Essa relação não é mais uma relação simples de subordinação ao capital. Ao contrário, esta relação se põe em termos de independência com relação ao tempo de trabalho imposto pelo capital. Em segundo lugar, esta relação se põe em termos de autonomia com relação à exploração, isto é, como capacidade produtiva, individual e coletiva, que se manifesta como capacidade de fruição. A categoria clássica de trabalho se demonstra absolutamente insuficiente para dar conta da atividade do trabalho imaterial. Dentro dessa atividade, é sempre mais difícil distinguir o tempo de trabalho do tempo da produção ou do tempo livre. Encontramo-nos em tempo de vida global, na qual é quase impossível distinguir entre o tempo produtivo e o tempo de lazer (LAZZARATO e NEGRI, 2001: 30).

A dualidade trabalho-vida se reduz: “Doravante, não nos é mais possível saber a partir de quando estamos do ‘lado de fora’ do trabalho que somos chamados a realizar. No limite, não é mais o sujeito que adere ao trabalho; mais que isso, é o trabalho que adere ao sujeito” (GORZ, 2005: 22). A verificação dessa aderência do trabalho pode ser observada junto ao grupo de conversação. Não é incomum problemas do cotidiano do trabalho se transformarem em preocupação permanente, de tal forma que a resolução do problema torna-se uma obsessão que invade a mente o tempo todo. Um dos testemunhos dá conta de que um problema em sua unidade produtiva o acompanhou nos momentos de deslocamento, em casa, nos finais de semana, até a resolução do mesmo. Hoje, o tempo social estende-se, não se distinguindo o tempo de trabalho “do resto das atividades humanas. Portanto, como o trabalho deixa de constituir uma práxis especial e separada, em cujo interior regem critérios e procedimentos peculiares, tudo é distinto dos critérios e procedimentos que regulam o tempo de não-trabalho” (VIRNO, 2002: 122).

Com essa nova forma de organizar o trabalho, o capital busca uma espécie de ‘cooperação subjetiva’ (Virno, 2005), na qual as externalidades do trabalhador – o seu conhecimento, o seu saber, a sua capacidade de criação e interação, a sua bagagem cultural, o seu fazer-se e produzir-se continuamente – são incorporadas e apropriadas pelo capital. A cooperação subjetiva produz uma cooperação social que se torna um *plus* importante no ganho do capital:

Desde sempre o capitalista se apropria diretamente, sem pagá-la de nenhum modo, daquela gigantesca força produtiva que é a cooperação social. O capitalista paga o salário a cada trabalhador singular, mas se apossa gratuitamente da interação entre os trabalhadores singulares, uma interação cujo resultado é muito maior do que a soma aritmética das partes. Hoje, a apropriação privada de um processo de trabalho constitutivamente social é impulsionada ao grau máximo. Também porque hoje a cooperação não consiste só na coordenação objetiva entre as atribuições singulares, mas representa uma tarefa subjetiva que cada trabalhador deve absorver. Eu me explico: uma parte do trabalho consiste, hoje, em melhorar, afinar, desenvolver a cooperação complexiva. Quando o trabalhador singular produz, além dos bens materiais, também uma melhoria na interação entre o seu trabalho e o dos outros, estamos diante de algo que chamarei de cooperação subjetiva (VIRNO, 2005: 05)

A partir de agora, o capital requer, sempre mais, uma cooperação do trabalhador, uma cooperação social e socializada. Se na sociedade industrial – a da manufatura descrita por Marx e no fordismo – a cooperação era dispensada e até mesmo o trabalhador sentia-se constrangido a opinar, porque o seu conhecimento era desqualificado, o seu saber não era reconhecido, o que se vislumbra agora é o estímulo e o incentivo para que denuncie toda e qualquer situação que possa melhorar os arranjos produtivos. A solicitação por parte da empresa de uma ativa participação dos trabalhadores na resolução de problemas, e incremento ao processo produtivo está relacionada, sobretudo a três aspectos segundo o grupo de conversação: qualidade, segurança e produtividade. Os sujeitos do trabalho são constantemente ativados a manifestarem-se sobre como melhorar a performance do conjunto produtivo nesses três quesitos. A ativação para a elaboração e a formulação de idéias e propostas, acontece principalmente através das reuniões das equipes de trabalho, mas também podem ser sugeridas via redes *intranet* na empresa, formulários, e até mesmo oralmente às chefias. Segundo os trabalhadores, essa dinâmica, se por um lado permite ao capital apropriar-se

das idéias dos que trabalham, por outro, facilita o encaminhamento e a resolução de pequenos problemas que melhoram as condições no trabalho.

A nova realidade do trabalho, sob a perspectiva da subjetividade pode, portanto, ser interpretada como uma forma de exploração, de subsunção total do trabalhador; porém, também pode ser interpretada como possibilidade – no sentido de potencialidade – de uma autonomia maior. A nova forma de organizar o trabalho requer recursos imateriais: conhecimento, comunicação e cooperação, afirmam Negri e Hardt (2001, 2005). A lógica do capital é apropriar-se desses recursos que se desenvolvem como qualidades subjetivas e subordiná-las ao seu projeto. Essas mesmas qualidades, entretanto, podem ser direcionadas para um projeto de maior autonomia, criador de outras relações produtivas e sociais. Naquilo em que reside hoje o diferencial do capitalismo, em sua lógica concorrencial na globalização, pode estar também o seu antagonismo. A produção de subjetividade direcionada à reprodução do capital pode tornar-se bioprodução, no sentido de produção da vida. O próprio Marx enfatiza as condições materiais de produção para manifestação da subjetividade:

“Desse modo, a produção não só cria um objeto para o sujeito”, escreve ele, “mas também um sujeito para o objeto”. A subjetividade dos trabalhadores também é criada no antagonismo da experiência de exploração. (...) A riqueza que o trabalho imaterial cria é tomada, e é esta a fonte do seu antagonismo. Mas ele preserva a sua capacidade de produzir riqueza, e esta é a sua força. Nessa combinação de antagonismo e força repousa o germe de uma subjetividade revolucionária (NEGRI e HARDT, 2005: 200- 201).

O trabalho imaterial produzido pelos trabalhadores repousa no conhecimento, na comunicação, na cooperação, nas externalidades, em suma, numa subjetividade estimulada, solicitada pelo capital e por ele apropriada. Essa mesma subjetividade prescrita também resulta em “produção de si”, ou seja, é portadora de elementos que podem abrir caminhos para a transformação do próprio sujeito do trabalho. Quer-se dizer que a nova forma de organizar o trabalho abre a possibilidade da conquista de uma autonomia maior, uma vez que os recursos imateriais, disponibilizados no processo produtivo são também ganhos e aquisição dos próprios trabalhadores. As conversas realizadas no grupo de discussão demonstram essa novidade: o conhecimento que adquirem e praticam, a comunicação que realizam e a cooperação que estabelecem no

processo produtivo e com os outros operários são valores e qualidades que, para além do uso que delas faz o capital, servem de riqueza para si mesmos em outras experiências de vida.

Essas qualidades, que os trabalhadores são instados a produzir para o capital, assumem também o caráter de produção para si. O dado mais relevante, entretanto, é o fato de que os recursos imateriais criam a base do “comum” de que falam Negri e Hardt:

Nossa comunicação, colaboração e cooperação não se baseiam apenas no comum, elas também produzem o comum, numa espiral expansiva de relações. Essa produção do comum tende atualmente a ser central a todas as formas de produção de produção social, por mais acentuado que seja seu caráter local, constituindo na realidade a característica básica das novas formas dominantes de trabalho. Em outras palavras, o próprio trabalho, através das transformações da economia, tende a criar redes de cooperação e comunicação e a funcionar dentro delas (HARDT, NEGRI, 2005: 13-14).

Segundo os autores, a produção de valor passa cada vez mais pela captação dos elementos produtivos e de riqueza social que estão “fora” do processo produtivo:

Uma teoria da relação entre o trabalho e o valor deve basear-se no comum. O comum aparece em ambas as extremidades da produção imaterial como pressuposição e resultado. Nosso conhecimento comum é o alicerce de toda nova produção de conhecimento; a comunidade lingüística é a base de toda inovação lingüística; nossas relações afetivas presentes baseiam toda produção de afetos; e nosso banco comum de imagens sociais possibilita a criação de novas imagens. Todas essas produções enriquecem o comum e por sua vez servem como base para outras. O comum, na verdade, manifesta-se não só no início e no fim da produção, mas também no meio, já que os próprios processos de produção são comuns, colaborativos e comunicativos. O trabalho e o valor tornaram-se biopolíticos na medida em que viver e produzir tende a ser coisas indistinguíveis. (HARDT, NEGRI, 2005: 196)

Gorz destaca que, na nova forma de organizar a produção, o conhecimento é o principal aspecto da força produtiva e que ele se trata de um “produto que em grande parte resulta de uma atividade coletiva não remunerada, de uma ‘produção de si’ ou de uma ‘produção de subjetividade’, o conhecimento é em grande parte ‘inteligência geral’ [*intellect generall*], cultura comum, saber vivo e vivido” (GORZ, 2005: 36). Podemos identificar aqui o conceito de *multidão* surgindo dessa noção: “As singularidades

interagem e se comunicam socialmente com base no comum, e sua comunicação social por vez produz o comum. A multidão é a subjetividade que surge dessa dinâmica de singularidade e partilha” (HARDT, NEGRI, 2005: 258). Afirma Virno (2005: 04): “Por multidão devemos entender uma pluralidade de indivíduos muito diferentes entre si, que, no entanto, chegam a um recurso comum, compartilhado, pré-individual. O *general intellect* é o âmbito do comum”.

Os autores sustentam que a nova forma de organizar a produção, tendo em sua base o trabalho imaterial, ativa uma cooperação subjetiva que já se encontra presente nos trabalhadores, resultante do seu saber vernacular, do conhecimento acumulado, do seu trânsito social, das relações que se constroem no cotidiano. Essas qualidades subjetivas ativadas singularmente, mas também coletivamente, enriquecem o processo produtivo, que vai se fazendo sempre mais no modo cooperação – junção comum das potências produtivas de uma multiplicidade de sujeitos. É desse amálgama que resulta o *comum*, aquilo que é próprio da singularidade de cada um, mas que assume um caráter de identificação com o outro. É no *comum* que se encontra a base de exploração, mas ao mesmo tempo, a subjetividade de resistência que se configura na *multidão*.

2.6 - Sujeito do trabalho e subjetividade. A contribuição foucaultiana

O sujeito é resultado de uma subjetivação – Negri.

Antes de dar continuidade à análise da produção da subjetividade na sociedade pós-industrial, tendo como referência e método o grupo de conversação, faz-se necessário adentrar nas categorias foucaultianas de “sociedade da disciplina”, “biopoder”, “sociedade do controle” e “biopolítica”. Essas categorias são particularmente importantes porque preparam o terreno para a correta análise da sociedade pós-industrial e a caracterização do conceito *multidão*: “um sujeito social ativo, que age com base naquilo que as singularidades têm em comum (...) Um sujeito social internamente diferente e múltiplo cuja constituição e ação não se baseiam na identidade ou unidade (nem muito menos na indiferença), mas naquilo que tem em comum” (HARDT, NEGRI, 2005: 140). É o percurso transitivo da sociedade da disciplina para a sociedade do controle e do conceito do biopoder à biopolítica, que

contribui para a análise da gênese de uma subjetividade que se recompõe a partir da nova forma do capital organizar o trabalho.

A obra de Foucault, permeada pela historicidade hermenêutica do sujeito, constitui-se numa valiosa contribuição para se pensar o tema subjetividade quando cotejado ao do trabalho. Destaque-se que o trabalho, em toda a obra do autor, aparece sempre como instrumento privilegiado de sujeição social. Em Foucault (2004), é o problema do sujeito, mais do que o poder, outra área de sua pesquisa, que se apresenta como a sua principal preocupação. A análise foucaultiana do sujeito é relevante em função do seu método historicista, a formação do sujeito na história (genealogia). É na imanência da história que o sujeito foucaultiano se constitui como produto e resistência às técnicas de dominação: “O sujeito é o produto diferente das diversas tecnologias em jogo em cada época: elas são, ao mesmo tempo, as do conhecimento e do poder. Cada sujeito, é pois, o resultado de uma subjetivação” (NEGRI, 2003: 180). Foucault define três formas de subjetivação. A primeira dá-se pelos diversos modos de conhecimento, isto é, pelos diferentes modos com os quais o conhecimento alcança o estatuto de ciência, ou seja, consolida-se como instituição. A segunda forma é aquela que chama em causa as práticas de divisão, ou seja, de classificação. A terceira forma é aquela típica de poder, que assume essas tramas de divisão científica e de classificação, para supradeterminá-las, através das técnicas da disciplina e do controle. “A questão de fundo proposta por Foucault é: As técnicas de poder tendem a construir o sujeito, mas o sujeito como reage a essas tecnologias?” (NEGRI, 2003: 181), ou posto de outra forma, o sujeito produz subjetividade em resposta ao poder dominação: “O indivíduo-sujeito emerge tão somente no cruzamento entre uma técnica de dominação e uma técnica de si. Ele é a dobra dos processos de subjetivação sobre os procedimentos de sujeição” (GROS, 2004: 637), ou seja, o sujeito foucaultiano é aquele que se afirma em oposição ao poder dominação; melhor ainda, é aquele que se constitui no antagonismo e no interstício à exploração a que é submetido.

Na sociedade industrial, os mecanismos de disciplina reduzem o poder do sujeito sobre a capacidade produtiva do seu corpo, no sentido de que a disciplina

umenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado

uma 'aptidão', uma 'capacidade' que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, 2001: 119).

Sociedade disciplinar é aquela na qual o comando social, em suas diversas formas, é construído mediante uma rede difusa de dispositivos ou aparelhos que produzem e regulam os costumes, hábitos e as práticas produtivas. Consegue-se colocar em funcionamento essa sociedade, e assegurar a obediência a suas regras e mecanismos de inclusão e/ou exclusão, por meio de instituições disciplinares – aqui entra a fábrica – que estruturam o terreno social e fornecem explicações lógicas adequadas para a 'razão' da disciplina. O poder disciplinar se manifesta, com efeito, na estruturação de parâmetros e limites do pensamento e da prática, sancionando e prescrevendo comportamentos normais e/ou desviados. O arquétipo da sociedade da disciplina é o panóptico de Bentham. Na concepção de Foucault (2001), o panóptico é o dispositivo do poder disciplinar exemplar, constituído como um sistema arquitetural de uma torre central e de um anel periférico, pelo qual a visibilidade e a separação dos submetidos permitem o funcionamento automático do poder, ou seja, a consciência da vigilância gera a desnecessidade objetiva de vigilância. O principal objetivo do panóptico é induzir, no vigiado, um sentimento permanente de estar sendo observado. Assim sendo, “uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia, de modo que não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o escolar à aplicação, o doente à observância das receitas” (FOUCAULT, 2001: 167). Consegue-se, dessa forma, que o vigiado torne o mecanismo, princípio de sua própria sujeição. A sociedade industrial serve-se de mecanismos de vigilância hierárquica e de sanções normalizadoras que homogêizam procedimentos e comportamentos – instaura-se um verdadeiro panóptico social. Espera-se de cada um, e de todos, determinado comportamento. Essa é a 'jaula de ferro' de que nos fala Sennett (2006), em alusão a Weber. Essa é a preocupação com a qualidade no processo produtivo, responsabilidade de todos os trabalhadores, afirma o grupo de conversação.

Nessa sociedade industrial interessa ao capital, sobretudo, o corpo do trabalhador naquilo que ele reúne de potência produtiva. Esse corpo torna-se um objeto governável, não por seu valor intrínseco, mas porque é o substrato da única coisa que verdadeiramente importa – a força de trabalho como produtora de riquezas, mercadorias. A sociedade disciplinar, para além de um controle sobre o sujeito produtivo, assume também um caráter mais amplo que redundava em um controle sobre a vida, um poder externo que submete a vida a padrões predeterminados. É nesse sentido que Foucault (1999) sofisticou o seu conceito de poder disciplinar e fala em biopoder – o poder sobre a vida. O biopoder “não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes” (FOUCAULT: 1999: 289). O poder disciplinar e o biopoder reforçam-se mutuamente. O poder disciplinar exerce-se sobre os corpos individualizados, já o biopoder encontra-se disseminado e concentra-se no Estado que pretende controlar, administrar e determinar o corpo da população, o corpo social:

Por ‘disciplina’ entende-se uma forma de governo sobre os indivíduos ou dos indivíduos de maneira singular e repetitiva. Para atualizar a definição poderíamos dizer que é disciplina aquela que cobre, em uma época contemporânea, todo o tecido social por meio da taylorização do trabalho, as formas fordistas de solicitação para o controle e de controle salarial do consumo, até organizar-se nas formas macroeconômicas das políticas keynesianas. (...) Fala-se em biopoder quando o Estado expressa comando sobre a vida por meio de suas tecnologias e de seus dispositivos de poder (NEGRI, 2003: 104-106).

Porém, o biopoder se estende, alarga-se e assume o caráter da sociedade de controle, que pode ser caracterizada por uma intensificação dos aparelhos de normalização de disciplinariedade que animam “internamente nossas práticas diárias e comuns, mas, em contraste com a disciplina, esse controle estende bem para fora os locais estruturados de instituições sociais mediante redes flexíveis e flutuantes” (HARDT, NEGRI, 2001: 42-43). A sociedade do controle assume um caráter difuso, já não tem mais necessariamente um centro irradiador que determina e estabelece padrões de conduta. A novidade é que aquilo que antes era prescrito por um poder normatizador, passa a ser assumido pelo conjunto da sociedade, é internalizado. Se na sociedade

disciplinar, o modelo do panóptico é hegemônico e significa que todos estão sendo vigiados, na sociedade do controle esta vigilância torna-se difusa.

A sociedade disciplinar manifesta-se essencialmente a partir de referências institucionais claras: o quartel, a escola, a fábrica. A sociedade do controle, por sua vez, está em todos os lugares ao mesmo tempo. Na sociedade pós-industrial, o poder sobre a vida, o biopoder é exercido não mais de cima para baixo, mas de baixo para cima. A sociedade do controle assume a expectativa de que os indivíduos internalizem atitudes, condutas e comportamentos. É com isso que o capital conta. Não é mais necessário prescrever condutas, normas, procedimentos de fora para dentro. Espera-se que o próprio indivíduo assuma para si, como responsabilidade individual, aquilo que anteriormente era imposto, que a disciplina seja incorporada de forma “espontânea”. A sociedade do controle diz respeito a uma transferência de responsabilidades. Exemplifiquemos: nas modernas fábricas da sociedade pós-industrial, o desenvolvimento da atividade laboral não é mais necessariamente imposto, sugere-se que seja auto-imposto. Não se tem mais o supervisor, espera-se agora que cada um controle o seu trabalho. O mesmo vale para o conceito de qualidade total: não é o outro que inspeciona o que produz, mas a cada um é exigida a responsabilidade pela qualidade do que produz. Ainda mais: as empresas procuram fazer com que a sua missão seja internalizada individualmente pelos trabalhadores.

A sociedade do controle, porém, revela-se também como a transição do biopoder para a biopolítica. A biopolítica é uma resposta ao biopoder, àquilo que escapa à sociedade do controle, é a idéia de uma produção de poder a partir do poder que se exerce. A extensão dos biopoderes “abre uma resposta biopolítica da sociedade: não mais os poderes sobre a vida, mas potência da vida como resposta a esses poderes; em suma, isso abre à insurreição e à proliferação da liberdade, à produção de subjetividade e à invenção de novas formas de luta” (NEGRI, 2007). O próprio Foucault, a partir dos anos 1970, fala em revanche da resistência à sociedade do biopoder. Resistência como prática da liberdade, que acontece no interior das relações de poder e não fora dele e que, inversamente, as relações de poder nutrem-se da liberdade das pessoas.

O poder é uma ação sobre a ação das pessoas: ela é sempre segunda, reativa, reprodutiva. Ao contrário, a prática da liberdade – o que Foucault descreve como uma produção de subjetividade, como uma

invenção de si (unicamente de si, e de si com e através dos outros) – é ativa, produtiva, geradora, é uma criação (REVEL, 2006: 23).

Destaque-se, contudo, que o conceito de biopolítica apresenta uma complexidade hermenêutica. Segundo Virno (2002), o termo biopolítica foi introduzido por Foucault em alguns de seus cursos dos anos 70 no *Collège de France*. O conceito, utilizado por Foucault em uma conferência na Universidade da Bahia, em 1981, sustenta que “a descoberta da população, e ao mesmo tempo, a descoberta do indivíduo e do corpo manipulável apresentam-se como nó tecnológico específico ao redor do qual os processos políticos do Ocidente se transformaram. Nesse momento inventou-se também aquela que, em oposição à anatomopolítica [tecnologias de adestramento do indivíduo e do corpo], denomina-se biopolítica” (FOUCAULT *apud* NEGRI, 2003: 104). Originalmente, então, biopolítica é empregada como “ciência de polícia”, ou seja, a manutenção da ordem social. Aqui o conceito ainda guarda proximidade com o de biopoder. Mais tarde, é utilizado por Foucault como a representação de uma tecitura geral que concerne à relação total entre Estado e sociedade. Dessa aparente contradição, pergunta Negri (2003: 106) “precisamos pensar a biopolítica como conjunto de biopoderes que derivam da atividade de governo, ou pelo contrário, na medida em que o poder investiu a vida, a vida também se torna um poder?”. Negri, a partir da (re)leitura de Deleuze do próprio Foucault, inclina-se a interpretar a biopolítica com um poder que se expressa pela própria vida, não somente no trabalho e na linguagem, mas também nos corpos, nos afetos, nos desejos da sexualidade, caracterizando, dessa forma, o lugar de emergência de uma espécie de anti-poder, da produção de subjetividade. Tem-se aqui uma distinção entre biopoder e biopolítica: “Fala-se em biopoder quando o Estado expressa comando sobre a vida por meio de suas tecnologias e de seus dispositivos de poder. Contrariamente, fala-se em biopolítica quando a análise crítica do comando é feita do ponto de vista das experiências de subjetivação e de liberdade, isto é de baixo” (NEGRI, 2003: 107). Ou ainda:

Denomina-se biopoder indentificando, no caso, as grandes estruturas e funções do poder; fala-se em contexto biopolítico ou de biopolítica quando, pelo contrário, se alude a espaços nos quais se desenvolvem relações, lutas e produções de saber. Fala-se em biopoder pensando nas nascentes ou nas fontes do poder estatal e nas tecnologias específicas que o Estado produz, por exemplo, do ponto de vista do controle das populações; fala-se em biopolítica ou contexto

biopolítico pensando no complexo de resistências e nas ocasiões e nas medidas de choque entre dispositivos de poder (NEGRI, 2003: 107-108).

Quando relacionado ao tema do trabalho, Negri e Hardt (2005: 135) afirmam que o “biopoder situa-se acima da sociedade, transcendente, como uma autoridade soberana, e impõe a sua ordem. A produção biopolítica, em contraste, é imanente à sociedade, criando relações e formas sociais através de formas colaborativas de trabalho”. Virno (2002) considera que o dispositivo de saberes e poderes que Foucault chama biopolítica acha-se, sem dúvida, no modo de ser da força de trabalho:

A vida se coloca no centro da política quando o que é colocado em jogo é a imaterial (e, em si, não-presente) força de trabalho. Por isso, e só por isso, é lícito falar de “biopolítica”. O corpo vivente, do qual se ocupam os aparatos administrativos do Estado, é o signo tangível de uma potência ainda irrealizada, o simulacro do trabalho ainda não objetivado, ou como disse Marx numa expressão muito bela, do “trabalho como subjetividade”. Poderia se dizer que enquanto o dinheiro é o representante universal dos valores de troca, ou da trocabilidade mesma dos produtos, a vida faz as vezes, bem mais, da potência de produzir, da invisível *dynamis* (VIRNO, 2002: 92).

Algo semelhante afirma Gorz (2005), quando diz que trabalhar é produzir-se. Quando se pensa no trabalho na sociedade pós-fordista, e particularmente sob a hegemonia do trabalho imaterial, a força de trabalho já não é mais conduzida apenas pelo biopoder, mas se manifesta também como biopolítica. Ao requerer o engajamento do trabalhador, o comprometimento da sua subjetividade, no processo produtivo e procurar colocá-lo sob sua dinâmica (biopoder), produz-se também a biopolítica, ou seja, a subjetividade prescrita transforma-se também em produção de subjetividade. E, é essa subjetividade, produzida nas singularidades, que permite a produção do comum (*the common*), base da *multidão*, conteúdos que serão retomados na seqüência.

CAPÍTULO III

PRODUÇÃO BIOPOLÍTICA

3.1 – Trabalhadores híbridos

É contemporaneamente sobre a derrota do operário fordista e sobre o reconhecimento da centralidade de um trabalho vivo sempre mais intelectualizado, que se constituíram as variantes do modelo pós-fordista - Lazzarato/Negri.

A sociedade industrial, taylorista-fordista, mobilizou massas enormes de trabalhadores e os empurrou para uma divisão técnica do trabalho que lhes reservava tarefas simples e repetitivas. O operário fordista é duplamente massificado, pela reincidência diuturna a que é submetido num processo produtivo estandardizado e pela negação de suas características pessoais, subjetivas. A sociedade industrial cindiu o trabalhador, o seu todo corpóreo, mente e corpo, e reduziu-o a uma máquina produtiva. Na sociedade pós-industrial, assiste-se a uma transformação do sujeito na sua relação com o trabalho. Sob a hegemonia qualitativa do trabalho imaterial, tendo em sua base o conhecimento, a comunicação e a cooperação, emerge uma outra subjetividade, que ao mesmo tempo em que é requerida pelo capital, apresenta traços de certa autonomia. A produção cada vez mais se torna biopolítica. É na *bios* que o capital investe procurando ativar os recursos imateriais próprios de cada trabalhador e, são esses recursos disponibilizados ao capital, que exigem do trabalhador um permanente produzir de si. Tudo isso constitui subjetividade. Essa outra subjetividade ainda não está dada, delineada, conformada e definida. Poder-se-ia falar em uma subjetividade híbrida (NEGRI e HARDT, 2001), em que elementos do trabalho taylorista-fordista convivem com elementos do trabalho pós-fordista. O que se pode prever são algumas características, alguns elementos já evidentes dessa outra subjetividade, que diferem da do período anterior. Identificar aqui os principais aspectos subjetivos do trabalho, que se manifestam em consonância com a reflexão anterior, é o objetivo.

Os possíveis elementos dessa outra subjetividade, constitutiva à sociedade pós-industrial, são interpretados a partir do método do grupo de conversação, que reúne trabalhadores do chão de fábrica de diferentes montadoras instaladas na Grande Curitiba, conforme explicitado na metodologia, e através de autores que já se debruçaram sobre o tema. A opção em reunir trabalhadores de montadoras deve-se ao fato de que esta matriz produtiva incorpora características do capital produtivo da sociedade pós-industrial. A indústria automotiva marca decisivamente a era industrial do século XX, caracterizada pelo desenvolvimento do trabalho em cadeia, estandardização dos produtos e produção em massa. Essas plantas industriais, ao mesmo tempo em que conservam uma forte base material da Revolução Industrial, tornam-se cada vez mais tributárias da Revolução Informacional, com elevado grau de informatização no processo produtivo e na adoção de padrões pós-fordistas de organização do trabalho no chão de fábrica.

Os produtos da indústria automotiva embarcam cada vez mais programas e sistemas complexos, e o valor desses sistemas é importante em relação às matérias-primas propriamente ditas. A inovação não é apenas tecnológica, mas concerne também à criatividade e ao imaginário, e se caracteriza por uma variedade de escolhas ofertadas aos consumidores em termos de *mix* – modelos e cores. Está-se longe do modelo único “Ford T” e da célebre fórmula de Henry Ford: “o carro pode ser de qualquer cor, desde que seja preto”. A indústria automotiva, certamente, não é a ponta de lança do capital informacional, nicho no qual se manifesta de forma mais evidente o impacto da sociedade pós-industrial. Há setores na economia, em que a incorporação das tecnologias da informação e da comunicação é mais intensa, como é o caso de empresas constituídas em torno de bens e serviços de caráter imaterial, ou seja, serviços ligados à informação e à comunicação. A opção em dialogar, entretanto, com trabalhadores do chão de fábrica de montadoras, para identificar a mutação no trabalho – particularmente no que diz respeito à subjetividade –, deve-se ao fato de que são empresas que permitem o quadro comparativo entre a sociedade industrial/fordista, e a sociedade pós-industrial/pós-fordista. Acredita-se que, nessas fábricas, já se apresentam elementos que vão desenhando novas relações de trabalho e uma nova subjetividade. Essa nova forma de organização do trabalho ainda não é hegemônica, mas pode-se afirmar que aí se encontram os elementos inovadores que indicam um caminho estruturante do porvir das

relações de trabalho na sociedade. Em qualquer sistema econômico, coexistem muitas e diferentes formas de trabalho,

mas há sempre um tipo de trabalho que exerce hegemonia sobre os outros. Essa forma hegemônica funciona como um vórtice que gradualmente transforma as outras formas, fazendo-as adotarem suas qualidades centrais. A forma hegemônica não é dominante em termos quantitativos, e sim na maneira como exerce um poder de transformação sobre as outras. A hegemonia aqui designa uma tendência (NEGRI e HARDT, 2005: 148).

A tendência de que falam os autores reside no fato de que, no novo modelo de organização do trabalho – e aqui se encontra a novidade –, busca-se um envolvimento integral do trabalhador. Agora se pede um trabalhador participativo, polivalente, flexível, capaz de realizar múltiplas tarefas que, com o seu conhecimento enriqueça o processo produtivo e faça da comunicação com os outros um recurso permanente, além de ter espírito de cooperação. O trabalhador especializado, fragmentado, parcelizado, não qualificado, ainda hegemônico no mundo do trabalho, convive no chão de fábrica com parcela crescente de trabalhadores com alto grau de qualificação. Em contraponto ao trabalhador calado, do modo de produção fordista, demanda-se um trabalhador comunicativo. Identificar os principais aspectos da emergência de um sujeito do trabalho, que se produz a partir das atividades produtivas na sociedade pós-industrial, é o objetivo deste capítulo. Os conteúdos abordados são: as características da subjetividade requeridas pela nova organização do trabalho; o perfil do trabalhador do chão de fábrica da sociedade pós-industrial; a comunicação, o conhecimento e a cooperação como elementos centrais do novo paradigma produtivo; e a subjetividade como multidão.

3.2 – A subjetividade pós-fordista: a comunicação, o conhecimento e a cooperação

Tudo muda quando o trabalho, tornando-se cada vez mais imaterial e cognitivo, já não pode ser reduzido a um simples dispêndio de energia efetuado num tempo dado. De fato, no capitalismo cognitivo, a principal fonte do valor reside, agora, na criatividade, na polivalência e na força de invenção dos assalariados e não no capital fixo e no trabalho de execução rotineira – Vercellone.

O conceito força de trabalho é chave na sociologia do trabalho. Na literatura marxiana, associa-se à soma de todas as aptidões físicas e intelectuais existentes na corporalidade. Marx já atentava para o fato – e utiliza o conceito nessa perspectiva – de que a força de trabalho é mais do que dispêndio de energia física e envolve também as qualidades intelectuais. Por força de trabalho ou capacidade de trabalho “entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 1985 - vol. I: 139). Porém, é sobretudo a exploração física mais do que a intelectual, o recurso utilizado no processo produtivo no período que sucede a Revolução Industrial. O capital industrial vale-se sobremodo da força física do trabalhador. O modelo fordista do trabalho é exemplar na demonstração da cisão do todo corpóreo do trabalhador, onde a inteligibilidade, a qualidade intelectual, é um recurso pouco aproveitado. É comum a separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, entre o trabalho de criação e o trabalho de consecução. É dessa divisão do trabalho que se tem a separação no processo produtivo da criação e da produção. Hoje, essa concepção de produção está sendo superada. O conceito de força de trabalho, na sociedade pós-industrial, retoma a essência do seu significado, ou seja, a compreensão de que a força de trabalho é um todo corpóreo, reúne todas as faculdades, da força física à competência lingüística. Na época pós-fordista, “a realidade da força de trabalho está plenamente à altura de seu conceito. Só hoje, isto é, a noção de força de trabalho não é redutível (como na época de Gramsci) a um conjunto de qualidades físicas, mecânicas, mas inclui em si, plenamente, a vida da mente” (VIRNO, 2002: 90).

Mais do que nunca, o capital procura reconciliar o que um dia foi separado, tornar único o todo do trabalhador, reunir as suas aptidões físicas com a sua “vida da

mente” como diz Virno. A “vida da mente” é cada vez mais solicitada no envolvimento com o cotidiano do chão de fábrica. Demanda-se agora uma cooperação social ampliada, enriquecida e distinta daquela analisada por Marx e vista no capítulo I desta tese. A cooperação de que se fala é a cooperação subjetiva, hoje a principal força produtiva, pois “as ações do trabalho mostram uma pronunciada índole lingüístico-comunicativa, implicando a exposição perante os demais. Diminui o caráter monológico do trabalho: a relação com os outros é um elemento originário, básico, de modo algum acessório” (VIRNO, 2002: 63).

É nessa perspectiva que o conceito formulado por Marx, de *general intellect*, pode ser retomado como o fundamento de uma cooperação social mais ampla que aquela especificamente do trabalho, e que diz respeito a um compartilhar de conhecimentos. O *general intellect* apresenta-se hoje, antes de tudo, “como comunicação, abstração, auto-reflexão dos sujeitos viventes. Dito em outros termos: o intelecto público é um só com a cooperação, com o comportamento concertado do trabalho vivo, com a competência comunicativa dos indivíduos” (VIRNO, 2002: 67). Nesse sentido, o *general intellect* requer um trabalhador virtuosístico, ou seja, um trabalhador político, porque uma importante parte de suas aptidões não se verte no sistema de máquinas, mas se manifesta na atividade direta do trabalho vivo, em sua cooperação lingüística. O trabalho como automatismo instrumental, repetitivo e previsível deixa de sê-lo em sua nova configuração. Agora, o trabalho é ação, superando a dualidade exposta por Hannah Arendt (2002)²⁸: “Na época pós-fordista, é o trabalho que adquire as feições da ação: imprevisibilidade, capacidade de começar tudo de novo, performances lingüísticas, habilidade de industrializar-se entre possibilidades alternativas” (VIRNO, 2008: 119-120).

²⁸ - Uma das sistematizações mais reconhecidas para a compreensão da organização social do trabalho na sociedade antiga é a realizada por Arendt (2002), para quem os gregos diferenciavam as ações realizadas e englobadas pela *vita activa* – conjunto das atividades humanas – em três grandes grupos: o labor (necessidade), o trabalho (utilidade) e a ação (exteriorização). O labor e o trabalho são destituídos de autonomia e de liberdade porque não promovem relações sociais; a ação (*práxis*) é que permite a possibilidade de intervenção no espaço em que se vive com o objetivo de alterar esse mesmo espaço num lugar melhor para si e para os outros. A ação está vinculada ao exercício da capacidade de criar relações sociais, algo que nem o labor e o trabalho criam.

O conceito de Marx de *general intellect*, relido por Virno, aproxima-se do conceito de trabalho imaterial sugerido por Lazzarato e Negri (2001). Ambos dizem respeito ao conceito de cooperação subjetiva no trabalho. Os autores enfatizam a autonomia crescente na organização do trabalho, mesmo quando essa autonomia se limita a atingir objetivos pré-determinados. O trabalho apresenta-se como a combinação complexa de uma atividade intelectual de reflexão, de comunicação, de elaboração e de partilha dos saberes. No paradigma da produção imaterial “o próprio trabalho tende a produzir diretamente os meios de interação, comunicação e cooperação para a produção” (NEGRI e HARDT, 2005: 195). A afirmação dos autores encontra eco no chão de fábrica das plantas industriais pós-fordistas. Segundo o grupo de conversação, as evidências da cooperação subjetiva se manifestam na necessidade da partilha do conhecimento acumulado singularmente. O capital solicita constantemente que o que se aprende seja disponibilizado para o conjunto do sistema produtivo, isso inclui o repasse do saber não apenas para os outros trabalhadores, mas também para as máquinas, ou seja, as descobertas realizadas podem se agregar ao circuito produtivo e se inscrever na forma de novos programas (*softwares*). As empresas buscam uma ruptura com o estancamento das informações e procuram um sistema organizacional que se oriente pelo princípio da rede. Os trabalhadores destacam que há muito de mistificação nesse processo, ou seja, verifica-se uma distância entre o que se prega e efetivamente o que acontece, entretanto, reconhecem que em muitos locais de trabalho, a produção apenas se faz possível na medida em que acontece repasse de informações. Por outro lado, há relatos em que a produção depende da real e efetiva troca de opiniões, ou seja, é do saber de cada um, colocado em comum, que se chega às conclusões do produto final a ser elaborado. É o que se verifica, por exemplo, como o trabalhador da montadora B que ao lidar com *softwares* de produto no âmbito da ferramenta *Computer Aided Desing* (CAD), o faz a partir da troca de saberes.

Isso significa afirmar que a prescrição da produção não é apenas formulada pelo capital mas, com efeito, o trabalhador interfere, interage e cria situações que se somam ao processo produtivo. Nesse sentido, o conhecimento, a comunicação e a cooperação, ou seja, a subjetividade trazida pelos trabalhadores torna-se também norma da produção, passa a ser constitutiva ao novo modo produtivo e tem a capacidade potencial, inclusive, de transformar a estrutura dominante do *locus* produtivo. Por um

lado, a cooperação subjetiva dos trabalhadores configura novas práticas e estruturas de exploração; por outro, abre possibilidades de afirmação do sujeito do trabalho.

Esse (re)significado da força de trabalho, que demanda os recursos da comunicação, do conhecimento e da cooperação, assume um caráter revolucionário. Se por um lado, o capital vale-se desse engajamento e vê adicionado um enriquecimento não existente ao modo produtivo anterior, por outro, o ato de trabalhar também assume o caráter de uma produção de si ou mesmo de uma produção da subjetividade. Vale dizer que saímos da esfera da simples reprodução do capital e estamos diante da possibilidade da biopolítica – da produção da vida. O trabalho na sociedade pós-fordista não produz apenas mercadorias, não produz apenas bens materiais, mas também relações e, em última análise, a própria vida.

3.3 – O chão de fábrica está em reviravolta

Doravante, não nos é mais possível saber a partir de quando estamos do 'lado de fora' do trabalho que somos chamados a realizar. No limite, não é mais o sujeito que adere ao trabalho; mais que isso, é o trabalho que adere ao sujeito – Gorz.

A comunicação, o conhecimento e a cooperação – valores imateriais – são componentes centrais na nova forma de organizar o trabalho. Ao mesmo tempo, consistem no substrato de uma outra subjetividade que se faz e refaz ativamente; é o que se pode depreender do diálogo travado no grupo de conversação.

Jovens, perspicazes, raciocínio articulado, críticos, rápida apreensão de conceitos, elevada auto-estima, individualistas e solidários – um aparente paradoxo –, relações tensas com os colegas de trabalho permeadas por situações de competitividade, mas também de companheirismo, pretensão latente de ascensão profissional, alto investimento na formação, facilidade em lidar com as máquinas informacionais, polivalentes, plurifuncionais e criativos, satisfação e repulsa ao trabalho, dificuldade na separação do tempo de trabalho e do não trabalho, estresse elevado, capacidade de lidar com situações adversas, políticos na relação com a hierarquia, baixa confiança no sindicato. Estes aspectos, acima relacionados, dizem respeito aos trabalhadores do chão

de fábrica das modernas plantas fabris das montadoras, como as analisadas no grupo de conversação.

O tempo de convivência, os vários encontros realizados e os diálogos travados revelam que se trata de trabalhadores com consciência do lugar que ocupam no mundo do trabalho globalizado. Manifestam consciência de que são trabalhadores privilegiados no contexto nacional, de alta precarização e informalização, mas ao mesmo tempo possuem uma visão inteligível de que, na relação ‘local’ *versus* ‘global’, o lugar que ocupam na divisão internacional do trabalho, em suas respectivas montadoras, é de ganhos menores. Conhecem as relações assimétricas entre as matrizes e as filiais, o *portfolio* mundial das empresas, a distribuição geográfica das plantas industriais, o que produzem, o que exportam, o índice de nacionalização das peças. Conhecem a missão de suas respectivas empresas, motivo de indisfarçável chacota entre eles – um dos participantes da conversação destacou que a missão de sua empresa inclui a sentença de que os produtos produzidos “devem exceder a expectativa do cliente” –, partilham sem entusiasmo do crescente discurso das montadoras de que são “socialmente e ambientalmente responsáveis”.

O circuito produtivo é de conhecimento comum: as etapas do processo produtivo, o grau de informatização em cada uma delas, as tarefas requeridas. O trinômio qualidade, segurança e produção, comum a todas as montadoras, não entusiasma os trabalhadores, pois são eles as principais vítimas da obsessão exigida pelas empresas, contidas nessas palavras de ordem. Quando se entra na discussão do padrão organizacional – a forma como o trabalho é organizado no chão de fábrica –, o debate intensifica-se, o clima de desassossego se instala. Um misto de satisfação e ironia permeia o diálogo. O conceito de trabalho em equipe é interpretado como um ‘jogo’, em que se sai melhor quem possui habilidades em interpretar os papéis exigidos. É consensual, entre os trabalhadores, tratar-se de algo que se assemelha a uma farsa: “A empresa pensa que me engana e eu faço de conta que acredito”, dizem em uníssono. Entretanto, trata-se de um ‘jogo’ que precisa ser levado a sério, envolve tensões, disputas, cobranças e, até mesmo, em alguns momentos, satisfação. Há um reconhecimento de que o trabalho em equipe exige uma relação comunicacional apurada, na qual o desenvolvimento do raciocínio e da argumentação são importantes, seja relacionado ao processo produtivo, seja nos processos de avaliação.

A conversação entre trabalhadores das distintas montadoras revela que o chão de fábrica está em reviravolta. A aparente sincronia plástica do processo produtivo esconde, mas também revela mudanças substantivas: disputas, rixas, inimizades, competitividade, omissão, sonegação de informações, habilidades, conhecimento, solidariedade, *expertise*, resistência, autonomia, individualismo, trabalho em equipe, hiper-produtividade, cobrança coletiva, auto-cobrança, intensificação no ritmo de trabalho, reuniões, muitas reuniões, métodos e metas, horizontalidade e verticalidade.

Tudo isso, assim mesmo, junto, faz parte de um dia de trabalho de um operário do chão de fábrica das modernas montadoras, tributárias do novo modo produtivo. O chão de fábrica é ambivalente: simultaneamente fordista e pós-fordista. É evidente o paradoxo presente na nova forma de organizar o trabalho flexível. Se, por um lado, anunciam-se acontecimentos novos que remetem à sociedade pós-industrial/pós-fordista, por outro, observa-se a reprodução dos métodos da sociedade industrial/fordista. Interessa aqui, sem omitir e negligenciar a configuração da realidade do trabalho nas montadoras, colocar em relevo os aspectos que são portadores da realidade de trabalho e configuram a emergência de uma outra subjetividade que contribui para a biopolítica – a produção de vida em oposição à reprodução do capital. A comunicação, o conhecimento e a cooperação são os três aspectos analisados. Como são centrais na caracterização da biopolítica, interessa observar como se manifestam a partir dos diálogos do grupo de conversação.

3.4 – A comunicação: a fábrica fala

Trinta anos atrás, em muitas fábricas, havia cartazes que intimavam: ‘Silêncio, trabalha-se!’. A principal novidade do pós-fordismo consiste em ter colocado a linguagem a trabalhar. Hoje, em algumas fábricas, podemos fixar dignamente cartazes invertidos aos de outros tempos: ‘Aqui se trabalha. Fale!’ – Virno.

A interpretação de Virno corresponde ao que se ouviu durante os diálogos travados no grupo de conversação. A ordem estimulada pelas fábricas é a de falar. Falar significa dialogar, participar, opinar, manifestar-se, posicionar-se diante do que o cerca, vê, sente e intui. Acontecem, nas montadoras, inúmeras reuniões internas, muitas feitas

no próprio chão de fábrica e outras em locais mais reservados. Uma constante na pauta é o debate sobre o processo produtivo, ou seja, idéias, opiniões, sugestões de como melhorar a produção; particularmente são bem-vindas propostas que intensifiquem a produção e eliminem a porosidade do trabalho. Outra pauta constante das reuniões diz respeito à qualidade e à segurança. Aqui se enfatizam aspectos preventivos tanto num, como noutro quesito devem ser buscadas por todos em todo o processo produtivo.

A comunicação é exigida especialmente nas células e ilhas de produção. O trabalho em equipe é um dos aspectos centrais do novo padrão organizacional. Nas unidades fabris, fica evidente a organização do trabalho em ilhas de produção e/ou células dentro das quais estão as equipes de trabalho. Temos aqui, provavelmente, a distinção mais significativa quando relacionada ao trabalho fordista, cuja organização está assentada em postos individuais de trabalho com um mínimo de “cooperação e autonomia dos trabalhadores nos aspectos relativos à organização e melhoria da produção e do trabalho. Ao mesmo tempo, propõe um perfil de organização do trabalho que evite a formação de grupos, entendendo-se tal prática como desnecessária e supostamente menos produtiva” (MARX, R., 1997).

No modelo flexível de produção, o trabalho em equipe é central na forma de se organizar o trabalho. As funções de supervisão, controle de qualidade, organização do processo produtivo e as metas a serem atingidas, em boa parte são transferidas para as equipes de trabalho. Nas fábricas em questão, pela conversação, percebemos que essas equipes desfrutam de relativa autonomia e em apenas uma delas, a montadora de veículos pesados e semi-pesados, pode-se afirmar que se pratica o exercício do trabalho em grupos semi-autônomos²⁹.

A constituição do trabalho em grupos semi-autônomos é, a rigor, a modalidade de trabalho em equipe mais inovadora, em função do grau de autonomia operária no processo produtivo. O trabalho, nesses grupos, incorpora aspectos relativos à divisão horizontal do trabalho – divisão das operações entre os operários, por exemplo – e aspectos relativos à divisão vertical do trabalho, via influência nas funções de controle e supervisão e, acima de tudo, no ritmo de trabalho. A principal característica aqui é que

²⁹ - “O termo semi-autônomo pretende enfatizar que nem todas as decisões são tomadas pelos grupos. Há aspectos estratégicos relativos à definição de políticas de produção, vendas e finanças que permanecem como atribuição de gerentes e diretores” (R. MARX, 1997: 27), ou ainda, pelo fato de ‘o grupo semi-autônomo estar imerso numa organização maior, que lhe impõe determinadas restrições” (SALERNO, 1999: 131).

“estes grupos não devem possuir tarefas fixas predeterminadas para cada componente e a supervisão não deve interferir na maneira pelo qual o grupo se auto-atribui as tarefas” (MARX, R., 1997:27).

No trabalho em grupo semi-autônomo não há tarefas do tipo tempo imposto, cujo ritmo de trabalho é definido externamente como se fosse uma linha de montagem. Outro elemento importante, na caracterização dessa modalidade de organização do trabalho, diz respeito à redefinição de funções e à redivisão do trabalho. Aqui, o papel e a atribuição do antigo supervisor é revista e há emergência do grupo na discussão do cotidiano do processo produtivo, inclusive no que se refere à gestão de pessoal e aos critérios de desempenho, como destacado no grupo de conversação. Nesse modelo, os operários têm inclusive a prerrogativa de sugerir a contratação de outros trabalhadores para a sua ilha de produção. Pelo relato ouvido, é transferida, para as equipes auto-gerenciáveis (EAG), a tarefa de avaliação das performances individuais. Com certa regularidade, os trabalhadores das equipes auto-gerenciáveis reúnem-se e se avaliam mutuamente. O que caracteriza, portanto, o trabalho em grupo semi-autônomo é a atribuição de responsabilidades repassadas aos trabalhadores. As tarefas individuais são substituídas por processos ou conjunto de tarefas; o grupo, e não mais o indivíduo, é a unidade de organização

responsável pelo desempenho; as responsabilidades das equipes incluem não só o fazer com qualidade, como também o planejar e aperfeiçoar o como fazer; os níveis hierárquicos são mínimos e as diferenças de status entre trabalhadores também são pequenas; os controles e coordenação horizontal tornam-se atribuições de cada um da equipe e o conhecimento do processo produtivo, não mais o cargo, determina a influência de um indivíduo sobre os demais (...) há incentivo à participação de todos em comissões, grupos de trabalho ou seminários onde se discute processos produtivos ou administrativos (TENÓRIO, 2000: 186-187).

É preciso, porém, contextualizar os limites dos grupos de trabalho semi-autônomos, para não se criar uma superestimação de suas potencialidades. Por mais paradoxal que possa ser, relacionado à afirmativa anterior, há alguns limites básicos à autonomia dos grupos que não têm poder para alterar projetos dos produtos ou suas especificações, pois eles estão submetidos a uma estrutura organizacional dada. Os trabalhadores não têm o poder de influir nas estratégias de produção da empresa.

Em que pese a formatação do trabalho em grupo semi-autônomo não ser uma realidade em todas as unidades fabris, o grupo de conversação enfatizou que as formas de organizar o trabalho estimulam o exercício da autonomia, ou seja, a capacidade de se tomar iniciativa, de responsabilização pelo trabalho. Essa autonomia acontece quando os trabalhadores encontram maior liberdade para opinar sobre o processo produtivo e, inclusive, pautar mudanças. É evidente que se trata ainda de uma autonomia circunscrita à lógica do capital, ou seja, visa acima de tudo o aumento da produtividade.

É inegável, porém, que no padrão organizacional – distinto do período anterior – percebe-se um incitamento a uma maior participação dos trabalhadores na tomada de decisões e no controle da qualidade, ou seja, desenvolvem-se mecanismos que demandam uma inserção engajada dos trabalhadores no processo de produção. Note-se que os trabalhadores têm consciência de que essa autonomia estimulada está vinculada ao projeto da empresa, ou seja, de extrair dos próprios trabalhadores informações e conhecimentos para melhorar o desempenho produtivo.

O fato incontestável é que todo esse mecanismo de ativamento da participação dos trabalhadores exigirá que se tornem comunicantes. Ativa a fala, a habilidade lingüística, a capacidade de reflexão, de análise, de argumentação, de coerência de raciocínio, de síntese, de oratória, de redação, de escutar, de se expor diante dos outros, seja para afirmar ou ocultar o que pensa o trabalhador. A comunicação exercida principalmente nas células e ilhas de produção, mas também junto às chefias, é um ‘jogo’ que exige habilidade comunicacional. No grupo de conversação, os operários expressaram que, com o tempo, todos aprendem a ‘jogar’. Há o momento de falar abertamente, de disfarçar, de fundamentar tecnicamente a fala, de “enrolar”. Nem sempre se pode e se deve dizer abertamente o que se pensa, porém há situações que exigem um posicionamento firme.

A comunicação faz-se sobretudo pela fala, mas não apenas, faz-se pela escrita e pelo corpo. O corpo também gesticula. Um determinado olhar na reunião do grupo, um retorcer-se na cadeira, um bocejo, podem sinalizar para a aprovação ou reprovação do que o colega diz, o consentimento ou o mal-estar. A comunicação enseja satisfação, mas também sofrimento. Os que trazem essa habilidade de fora, já exercida em outras atividades, lidam com essa exigência com mais naturalidade; os que ainda não possuem essa habilidade, sofrem, mas aprendem.

O aspecto novo aqui é que os trabalhadores reconhecem que esse jogo comunicacional, a que são exigidos e submetidos, torna-os mais sagazes, espertos, hábeis, desinibidos. E essas “qualidades” são levadas para fora da fábrica, para o convívio social, que também alimenta recursos lingüísticos e habilidades que são levadas para dentro da fábrica. O capital, na sua lógica de explorar e arrancar dos trabalhadores aquilo que eles podem dar de melhor para o processo produtivo, acaba despertando potencialidades que se encontravam adormecidas nos próprios trabalhadores. No diálogo travado no grupo de conversação há uma unanimidade: a empresa potencializa habilidades comunicacionais que não teriam desenvolvido se não fossem submetidos à exigência de falar.

Essa dinâmica de comunicação intensa e permanente é bioprodução. É produção de vida, de subjetividade. A exploração do capital usurpada pela fala também se torna um recurso ativo na resistência, na afirmação do “eu” diante dos outros, na afirmação ou resistência das equipes perante as chefias. No grupo de conversação todos reconhecem que o recurso exigido da fala, na fábrica, tornou-os sujeitos mais ativos em outros espaços de sociabilidade. Tem-se aqui uma subjetividade comunicante que encerra em si potencialidades de ação coletiva, ou seja, de iniciativas de classe, como resistência e afirmação dos interesses dos trabalhadores em contraponto ao capital, de iniciativas de um em “por em comum”; descobrir-se comum.

3.5 – O conhecimento: ‘roubado’ pelo capital, mas não controlado

A força produtiva principal, o conhecimento, é um produto que em grande parte resulta de uma atividade coletiva não remunerada, de uma ‘produção de si’ ou de uma ‘produção da subjetividade’. O conhecimento é em grande parte ‘inteligência geral’, cultura comum, saber vivo e vivido – Gorz.

O processo produtivo da sociedade pós-industrial vale-se sempre mais do conhecimento – de um trabalho imaterial. É por isso que se fala de “produção de conhecimento por conhecimentos”, o que traduz e denota a idéia de que se passa de um “regime de reprodução a um regime de inovação” (CORSANI, 2003). A demanda crescente por conhecimento, no processo produtivo, está associada sobretudo às Novas

Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTIC). As novas máquinas ferramentas oportunizam sistemas flexíveis de produção que se utilizam da crescente fusão dos sistemas CAD (*Computer Aided Design* - Projeto Assistido por Computador) e CAM (*Computer Aided Manufacturing* - Fabricação Assistida por Computador) associadas às máquinas ferramentas com controle numérico computadorizado (CNC). O conceito CAD define-se como o processo de um projeto que se utiliza de técnicas computadorizadas e utiliza-se de *softwares* de apoio; por sua vez, o conceito CAM relaciona-se a todo e qualquer processo de fabricação controlado por computador. A tecnologia CAD/CAM diz respeito à integração dos dois sistemas num único processo, que permite a confecção virtual de determinado componente, uma peça, na tela do computador e sua simultânea transmissão às máquinas ferramentas com controle numérico computadorizado (CNC). A máquina CNC é o “cérebro” que move o processo de usinagem das peças e chega a substituir linhas inteiras de produção. As máquinas CNC definem o tempo de produção, a velocidade, a qualidade, a quantidade, e permitem flexibilidade no processo produtivo, como a rápida alteração das peças a serem produzidas. Do ponto de vista tecnológico, a novidade para o chão de fábrica consiste em que os trabalhadores entendam essa linguagem digital. Aos operadores são exigidos procedimentos de permanente vigilância do sistema, para rápida intervenção quando algo sai diferente do programado. Se as máquinas manifestam problemas ou até mesmo interrompem a produção, a função do operador é identificar o mais rápido possível as causas e repará-las. O operador pode ainda interferir no processo produtivo interagindo com o *software* em aplicação, uma vez que as máquinas permitem automação programável. Entretanto, para que isso ocorra, é necessário um profundo conhecimento do sistema.

Essas máquinas ferramentas informacionais requerem um operário qualificado, que se disponha a uma relação simbiótica, isto é, a procura incessante de uma simbiose entre o humano e a máquina. A novidade das novas máquinas informacionais é que elas estão programadas para serem aperfeiçoadas – o seu *software* é passível de reprogramação, de alteração. São máquinas flexíveis, contrárias às máquinas rígidas da sociedade industrial, onde a produção era organizada por módulos (tarefas, procedimentos, rotinas) enquanto “no capitalismo reticular (pós-fordista) que está emergindo, a complexidade é decomposta em módulo virtual (conhecimento, programas

de simulação, *virtual reality*) recomposto mediante interação comunicativa” (RULLANI, 1998: 36).

As máquinas informacionais de hoje estão sempre receptivas a uma melhora produtiva, e o conhecimento acrescentado transforma-se em outras janelas que potencializam os acréscimos. Dessa forma, o operário é companheiro da máquina numa jornada infinita de potencialidades da melhora do seu desempenho produtivo. As Novas Tecnologias da Comunicação e Informação (NTCI) estimulam a produção e a circulação de conhecimentos, mas também a sua acumulação “em uma escala potencialmente global e sem fronteiras, liberada de qualquer constrangimento temporal e espacial: a performance da ferramenta técnica depende da inteligência, da criatividade e da capacidade de invenção do trabalho vivo que se apresenta como trabalho imediatamente cooperativo” (CORSANI, 2003: 22).

O grupo de conversação expressou que o desafio solicitado ao trabalhador que opera máquinas informacionais-chave no processo produtivo – máquinas matrizes que encadeiam outras linhas de produção – é torná-las sempre mais eficazes, o que significa fazê-las mais rápidas, com melhor qualidade na produção e no menor tempo. A capacidade de tornar isso possível exige do operador uma sintonia fina com a máquina, exige conhecê-la, observá-la e, acima de tudo, que desenvolva a capacidade de interagir permanentemente. Exige o conhecimento. Ao verificar qualquer alteração do seu padrão produtivo, o operário deve prontamente “corrigi-la”. O desafio maior, porém, é elevar o seu padrão de produtividade. Isso é algo perfeitamente factível desde que ele disponha de conhecimento que permita reprogramá-la ou testar combinações que avancem para a sua melhora produtiva. Da mesma forma, o operador de manutenção, de programação dessa máquina, dispõe de recursos para alterá-la para uma padronização que rebaixe a sua capacidade produtiva de tal forma que isso não seja percebido e o problema acusado possa ser imputado à própria máquina sem a verificação perceptível de que ali houve o “dedo” do trabalhador. O programador pode até mesmo fazer com que toda uma linha de operação caia, ou seja, literalmente pare, sem que essa responsabilidade lhe seja imputada, uma vez que a sua ação não será de fácil verificação.

Ao mesmo tempo, tudo o que as máquinas fazem ou deixam de fazer deve ser rigorosamente descrito e relatado. Acompanha-as uma espécie de diário de bordo minucioso, detalhado, um registro memórico que permite saber do seu histórico e da sua

performance produtiva. Esse conhecimento gerado, produzido, criado individualmente deve ser transmitido para os outros. O conhecimento individual é catalogado e coletivizado, de modo que se cria uma espécie de rede: “O conhecimento que se encontra num ponto da rede é também potencialmente acessível e utilizável em todos os outros pontos da rede. Uma rede que põe, portanto em comunicação que se desloca ao menos potencialmente, de um contexto a outro” (RULLANI, 1998: 53). O conhecimento vai se potencializando, agregando somatórias de conhecimento individuais que retornam ao coletivo e assim de forma recursiva processa-se *ad infinitum*. Tem-se aqui o fato de que a informação gerada desse modo,

assentada num trabalho cada vez mais coletivo, não pode ser conservada e, menos ainda, ser enriquecida se for apropriada privadamente (...) Enquanto o processo de troca de mercadorias assenta na circulação de valores de troca abstratos, a circulação de informações é, antes de mais nada um processo ‘vivo’ e ininterrupto (LOJKINE, 1999: 17-18).

De acordo com a conclusão do grupo de conversação, o que o capital realiza é um roubo do conhecimento. O *plus* – trabalho imaterial – acrescentado pelo operário e que melhora o rendimento da máquina não é revertido em rendimento salarial para o trabalhador e tampouco para o coletivo, pelo contrário, pode até mesmo significar redução de efetivo profissional. O conhecimento agregado ao processo produtivo significa sempre um ganho maior para o capital. Porém, há uma novidade, o conhecimento apesar de roubado – na expressão dos trabalhadores – não é controlado. Trata-se de uma mercadoria diferente das outras. O fato de o operário repassar esse conhecimento para o capital não implica o esgotamento de sua utilidade ou sua degradação. Uma vez adquirido permanece sempre com o trabalhador.

Se por um lado, o capital rouba o conhecimento, por outro, não pode controlá-lo ou mesmo destituir o trabalhador dessa aquisição. Trata-se de um patrimônio, de um ganho também para o operário que o carregará sempre consigo. Essa constatação resulta em trabalhadores mais confiantes, de elevada auto-estima, conscientes de sua capacidade, de sua posição-chave no processo produtivo, da dificuldade do capital em dispensá-lo. Os relatos no grupo de conversação dão conta de que esse tipo de trabalhador é disputado pelo mercado, exatamente pelo conhecimento que adquiriu. O conhecimento significa um empoderamento para o trabalhador que se torna mais forte

na relação comunicacional. Os seus supervisores hierárquicos, na maioria das vezes, não dispõem do conhecimento que esse operário possui e isso altera o tratamento a ele dispensado.

Por outro lado, esse ganho pode tornar o trabalhador presunçoso na relação com outros colegas de trabalho. Do “alto” do seu conhecimento, ele se diferencia dos demais, considera-se mais capaz. Embora sendo assalariado e estando junto no chão de fábrica, julga-se mais próximo às redes e circuitos de gerenciamento da empresa do que aos colegas que partilham o mesmo espaço de trabalho. Entretanto, assim como esse trabalhador pode ser cooptado para a lógica da empresa, pode também fortalecer uma outra dinâmica, aquela que transmite empoderamento para os seus colegas. Valendo-se do trabalho que realiza, reconhecido pelos outros como uma função importante dentro da empresa, esse trabalhador pode desempenhar um papel de liderança diante dos colegas. Respeitado pelos outros, pode ser ouvido, encaminhar demandas, reforçar laços de solidariedade, analisam os trabalhadores do grupo de conversação.

O novo maquinismo [máquinas ferramentas informacionais] cria potencialidades contraditórias. Historicamente, o objetivo da introdução de tecnologias [máquinas] sempre foi o de aumentar a mais-valia, o lucro do capital e reduzir os gastos com o trabalho humano. O trabalho insere-se na dinâmica de servir o capital, porém as máquinas informacionais abrem possibilidades contraditórias: a de o operário servir-se do seu conhecimento acumulado não necessariamente para reforçar a lógica do capital, mas a dos trabalhadores. É uma potencialidade que ele carrega consigo. No grupo de conversação ficou evidenciado que o sindicato ainda não se atentou para esse fato, pelo contrário, é um dos primeiros a discriminar esse operário porque já o considera “do outro lado”, ou ainda pior, porque é refém de uma visão de sindicalismo tributário, ainda da sociedade industrial, e não percebeu que o operário, que agora deixou de ser operador e passou a ser programador, passa a jogar outro papel estratégico. Para o sindicato, deixar de ser operador significa que deixou de ser peão, e não se dá conta de que esse trabalhador é, e pode ser decisivo num confronto com o capital, muito mais valioso, exatamente em função do conhecimento que acumulou.

O conhecimento, portanto, pode se revelar também como bioprodução. Não apenas reproduz a lógica do capital, mas resulta também em uma produção da vida, porque é uma atividade criadora, e como “conhecimento em ação”, na expressão de

Corsani (2003) – que se faz e refaz permanentemente – evolui com o uso subjetivo que se faz ou dele se pode fazer. Abrem-se assim possibilidades emancipatórias que não podem ser desconsideradas, pelo fato do conhecimento ser utilizado como forma de resistência, de interdição à exploração do capital. Pensa-se aqui, sobretudo, na dinâmica interna à fábrica.

3.6 – A cooperação: a subjetividade como força produtiva e biopolítica

A cooperação no trabalho não consiste só na coordenação objetiva entre as atribuições singulares, mas representa uma tarefa subjetiva que cada trabalhador deve absorver. Uma parte do trabalho consiste em melhorar, afinar, desenvolver a cooperação complexiva. Quando o trabalhador singular produz, além dos bens materiais, também uma melhoria na interação entre o seu trabalho e o dos outros, estamos diante da cooperação subjetiva – Virno.

A cooperação no trabalho, compreendida como a realização de tarefas individuais que estão encadeadas a outras tarefas, é originária da sociedade industrial. Marx, ao descrever as corporações de ofício e a manufatura, afirma que “a forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, chama-se cooperação” (MARX, vol. I: 25).

No sistema de trabalho das corporações de ofício, cada trabalhador é responsável por todas as fases da produção da mercadoria que fabrica, e se verifica uma forte sinergia entre os que trabalham na oficina. Trata-se de um trabalho enriquecido no qual há um controle sobre todo o processo produtivo e, portanto, uma grande autonomia. Segundo Marx, o capital industrial – a grande fábrica – não irá extinguir por completo essa modalidade de trabalho, ao contrário, valer-se-á do sistema de cooperação das corporações de ofício para organizar o trabalho nas fábricas. Diferentemente, entretanto, das oficinas, prevalecerá a divisão parcelada do trabalho, situação em que cada trabalhador realiza apenas parte do produto final. No lugar do antigo artesão autônomo surge um trabalhador parcial, detalhista e unilateral, ligado a uma atividade simples e repetitiva. A sociedade industrial elevou ao máximo a parcelização do trabalho, descaracterizando a cooperação originária do sistema de trabalho pré-industrial. Nela, o

sistema de cooperação no trabalho continua existindo, mas se trata de uma cooperação controlada pelo capital, mero efeito do capital sobre os assalariados, uma vez que a unidade do corpo produtivo situa-se fora deles, pois está “no capital, que os reúne e os mantém unidos. A conexão dos seus trabalhos se confronta idealmente portanto como plano, na prática como autoridade do capitalista, como poder de uma vontade alheia, que subordina sua atividade ao objetivo dela” (MARX, 1985 - vol. I: 263).

O trabalho parcelizado continua exigindo a cooperação entre os trabalhadores, mas uma cooperação em que eles não entram em relação entre si, mas antes de tudo, são incorporados ao capital. “Como cooperados, como membros de um organismo que trabalha, eles não são mais do que um modo específico de existência do capital” (MARX, 1985 - vol. I: 264). Pode-se afirmar que, no sistema de trabalho da sociedade fordista, cada trabalhador produz mercadorias que não exigem uma cooperação enriquecida, o trabalho é autômato. Isso significa afirmar que uma cooperação subjetiva, aquilo que é próprio do trabalhador como enriquecimento individual no processo produtivo, é desconsiderado ou não requerido pelo capital.

Note-se, entretanto, que não há uma total ausência de subjetividade no trabalho taylorista-fordista. Os procedimentos que os trabalhadores introduzem na linha de montagem, para retardar o trabalho como forma de descanso, pequenas sabotagens, como habilidades adicionadas à máquina para que se produza com menos esforço, formas criativas de ludibriar o supervisor, pequenas descobertas no cotidiano que tornam o trabalho menos fadigoso, constituem subjetividade. Há inclusive procedimentos que melhoram a performance produtiva da fábrica: “Uma parte da eficácia da organização reside nessa atividade oculta, que contradiz a racionalidade autoproclamada do taylorismo” (LINHART, 2007: 71), uma vez que os supervisores conhecem os truques, manhas, paliativos, procedimentos inventados e utilizados diariamente pelos operários, e é neles que se baseia o bom funcionamento. O fato é que essa cooperação subjetiva no trabalho taylorista-fordista não é requerida e, em muitos casos, é tolerada e bem-vinda, mas não é constitutiva à forma de organizar o trabalho. Nesse caso, não se pede um engajamento da cooperação subjetiva, ou seja, daquilo que pertence ao trabalhador, das suas qualidades e virtuosas.

No pós-fordismo, a cooperação assume outra condição. Requer-se uma cooperação subjetiva, ou seja, que o trabalhador externalize, no processo produtivo, os

seus recursos, o seu conhecimento, o seu saber, as suas habilidades individuais, o que também, no jargão administrativo, é chamado de competências (Zarifian: 2001). Contrário ao trabalho taylorista-fordista, a habilidade do trabalhador é estimulada a se tornar transparente e não mais oculta. Um recurso da empresa capitalista sempre foi o apropriar-se, o roubo da informação operária, isto é,

quando os trabalhadores buscavam o modo de cumprir o trabalho com menos fadiga, fazendo uma pausa, etc., a hierarquia empresarial explorava esta mínima conquista, inclusive cognitiva, para modificar a organização do trabalho. Segundo parece-me, há sim mudanças relevantes quanto às tarefas do trabalhador ou do empregado, essa consiste, em boa medida, em achar recursos, ‘truques’, soluções que melhorem a organização do trabalho. Neste último caso, a informação operária não é utilizada às escondidas, mas sim que é explicitamente requerida, e inclusive constitui um dos deveres do trabalho (VIRNO, 2002: 63).

Estamos diante de uma mudança significativa. Agora se pede ao trabalhador que se disponha a inventar e a produzir novos procedimentos cooperativos, que colabore, que se explicita, apresente idéias, identifique problemas e sugira soluções. Há uma política deliberada de motivação. Cada vez mais o desempenho individual e grupal repousa sobre uma implicação subjetiva, chamada também de motivação, no jargão administrativo, gerencial: “O modo de realizar tarefas, não podendo ser formalizado, não pode tampouco ser prescrito. O que é prescrito é a subjetividade, ou seja, precisamente isso que somente o operador pode produzir ao ‘se dar’ à sua tarefa” (GORZ, 2005: 18). As empresas adotaram uma cruzada contra o caráter monológico do trabalho. O que antes era ocultado agora precisa vir à superfície, o que não era valorizado, enquanto ação individual ou grupal para melhorar o processo produtivo, torna-se central na nova forma de organizar o trabalho. Ao lado da prescrição objetiva do trabalho, das tarefas racionalizadas e impostas, adota-se a prescrição subjetiva. O *plus* do trabalhador é considerado central no novo modo produtivo e essencial na organização da força de trabalho. O modo produtivo pós-industrial requer o engajamento do trabalhador, que ele hipoteque sua subjetividade no trabalho. Agora, já não basta um trabalhador convencional que cumpra apenas a sua jornada de trabalho e ponto final. O que se exige é um trabalhador que “vista a camisa” da empresa, que a incorpore em sua vida, e a ela dedique o melhor de suas energias físicas e intelectuais. Requer-se um trabalhador que se transforme em um colaborador, que se dispa da sua

primariedade de mão-de-obra servil e sinta-se sócio. Há uma busca pelo consentimento e um comprometer-se com o processo.

Essa nova modalidade de trabalho representa uma profunda ruptura de condutas e práticas operárias na fábrica, uma transformação radical dos sistemas de valores e de atitudes. O grupo de conversação corrobora essa lógica e vê nela certa esquizofrenia por parte das empresas. Por um lado, reconhecem que é inegável haver um discurso por parte da empresa, manifesto em métodos que impelem a uma adesão incondicional à instituição. Exemplos são inúmeros, entre eles, o do cumprimento de metas não como uma exigência da empresa, mas antes de tudo como uma necessidade dos próprios trabalhadores, pois isso permitirá uma Participação nos Lucros e Resultados (PRL); ao mesmo tempo, a reiterada convocação para que os trabalhadores manifestem-se sobre o seu entorno produtivo é vista como mecanismo de um engajamento total à empresa. Curiosamente, uma das iniciativas que mais revela a tentativa da empresa na busca da adesão dos operários é a promoção de encontros fora do espaço da fábrica, sendo comum a realização de churrascos e festas com o objetivo de reunir os trabalhadores. Observe-se que, na sociedade fordista, essas iniciativas de convivência fora do espaço da fábrica eram sempre de iniciativa dos próprios trabalhadores; agora a empresa atribui para si a articulação do convívio extra-fábrica. Os trabalhadores percebem haver dissimulação no discurso do engajamento total, uma vez que, ao mesmo tempo que pede autonomia, participação e criatividade, a empresa abusa de procedimentos de autoritarismo, que manifestam verticalidade nas relações e não horizontalidade como se prega.

Os trabalhadores, porém, concordam que o capital procura aliciar a subjetividade enquanto manifestação do que pensam e sentem. O trabalho, anteriormente assentado em bases produtivas pouco flexíveis, não exigia participação ativa da força de trabalho e, agora, a partir da mudança de base técnica no processo produtivo, ao se requerer maior flexibilidade, abre-se espaço para uma autonomia relativa. Essa autonomia, na perspectiva do capital, tem sempre uma direção: o aumento da produtividade. O taylorismo resolvia o problema do aumento da produtividade com uma severa prescrição das atividades laborais – a *one best way* era a obsessão do capital. Agora que os trabalhadores gozam de uma relativa autonomia, é preciso encontrar meios para que a sua eficiência não signifique uma “inação ou dispersão” do capital, donde

a necessidade de agir sobre sua subjetividade, de moldá-la, talhá-la de maneira que os trabalhadores aceitem utilizar a si próprios da maneira mais eficiente nesse espírito taylorista de economia dos custos e de máxima rentabilização da força de trabalho. Assim é que os patrões falam em gestão dos afetos, das emoções, sendo o desafio o de controlar a dimensão subjetiva dos trabalhadores dos quais eles dependem ainda mais do que outrora (LINHART, 2006: 09).

A aquisição das capacidades intelectual, afetiva e volitiva do trabalhador torna-se importante para o capital. Ao menos esse é o discurso do mundo do capital endereçado ao mundo do trabalho. “Todo local de trabalho tem uma face”. A frase, em grande proporção situada no *hall* de uma montadora pesquisada, circundada por centenas de fotos de rostos de trabalhadores, remete para a singularidade e a importância do trabalho de cada um. O capital descobriu o trabalhador e pede a ele que

se engaje em uma cruzada pela produtividade, que se solidarize com outros assalariados, qualquer que seja a sua função hierárquica, que se insira em uma rede de informações em que cada um dá sua contribuição pessoal, e que seja totalmente confiável, pois questões importantes dependem da conformação de seu comportamento. Daí a pertinência de uma moral que substitui uma disciplina obrigatória e repressiva e que simboliza uma participação consensual dos assalariados nas atividades das empresas (LINHART, 2007: 74).

Já não há dúvidas de que o capital mudou o seu discurso e a sua prática em relação ao trabalho. Embora essa situação não seja hegemônica, configura-se como uma tendência que avança em quase todos os setores produtivos. As agências de Recursos Humanos, as empresas de consultorias do mercado de trabalho, as organizações especializadas em *coaching*, insistem em um aspecto: o mundo do trabalho mudou e, invariavelmente, as demandas que os especialistas sugerem para um trabalhador são que o mesmo se disponha a ser polivalente, multifuncional, criativo, ousado, dinâmico, inventivo, tenha iniciativa e autonomia mas, ao mesmo tempo, saiba trabalhar em equipe, incorpore a filosofia da empresa, tenha equilíbrio emocional. Estamos diante do protótipo da idealização de um tipo de profissional. Como reagem os trabalhadores a essa nova situação?

No grupo de conversação, o tema da cooperação subjetiva desperta aguda polêmica e aflora contradições. Há um consenso de que as empresas adotam um

discurso e mecanismos intensivos na busca da adesão e participação dos trabalhadores. Os conteúdos abordados anteriormente, da comunicação e do conhecimento, já dão uma mostra da nova dinâmica no ambiente de trabalho. De acordo com os trabalhadores, a mobilização pelo engajamento do trabalhador – habilidades pessoais, capacidade de comunicação, transferência de conhecimento, envolvimento com o processo produtivo, ativação de relações pessoais horizontais e verticais – tem como objetivo central o aumento da produtividade. Para os trabalhadores, o discurso das empresas está distante do que efetivamente ocorre na prática. O diálogo travado remete para situações que se assemelham a uma espécie de taylorismo-fordismo enriquecido, sofisticado. Trata-se, como já foi destacado, de um ‘jogo’. Diante do discurso e dos métodos de mobilização da subjetividade adotados pela empresa, a reação dos trabalhadores é de ceticismo e desconfiança, porém, depreende-se do debate realizado, que participam desse ‘jogo’ com seriedade, num envolvimento integral, do todo de sua pessoa.

A conversação no grupo permite afirmar que a cooperação realiza-se de duas formas: numa delas como afirmação, noutra como negação. Ambas, exigem a subjetividade. No caso da cooperação subjetiva afirmativa, tem-se o caso dos trabalhadores – em número minoritário – que se entregam de “corpo e alma” à empresa. São aqueles que estão convencidos de que o crescimento da empresa significa o crescimento pessoal, de que o aumento dos rendimentos da empresa traduz-se em ganho pessoal. São trabalhadores que aderem à missão da empresa e, mais do que funcionários, empregados ou assalariados, assumem a denominação de colaboradores e consideram-se parte de uma grande família. Nesse caso, há uma total mobilização da subjetividade focada na empresa. Visualiza-se um empenho pessoal que excede muitas vezes a capacidade que se tem, o que leva ao estresse, a tensões com outros colegas, a constrangimentos. Cabem aqui, desde o desvio de função até a sobrecarga de horas extras, ou o levar trabalho para casa. Há ainda outros elementos, sutis, que levam ao constrangimento, como o caso da exigência de um padrão ideal de comportamento, ou seja, a imprescindibilidade de estar sempre alegre, participativo, dinâmico, à disposição de novas empreitadas. É inegável que esses trabalhadores dão o melhor de si para a empresa, estão convencidos do seu discurso e se esforçam em aperfeiçoar os seus métodos. Para esses, o tempo de trabalho e não trabalho torna-se tênue. São trabalhadores que vivem diuturnamente a empresa; ela é uma extensão de suas vidas.

Algo semelhante ao que acontecia com a sociedade fordista – onde a fábrica se constituía na segunda casa do trabalhador, mas com uma diferença substancial: antes a relação com a empresa interrompia-se ao final de cada jornada e agora ela continua de forma ininterrupta. A conclusão, ouvindo o diálogo entre os trabalhadores, é que há aqueles que entregaram a sua alma para a empresa, não por oportunismo, mas porque foram enredados, mobilizados e envolvidos pelo “feitiço da organização” (SANSON: 2002).

Aqueles que negam encontrar-se nessa situação e interpretam o discurso empresarial da cooperação como farsa, também fazem uso ativo da subjetividade. Explicando melhor: na medida em que há uma clara disponibilidade de não participar do que consideram um ‘jogo’ da empresa, são exigidos a utilizar também suas habilidades subjetivas na representação de um papel. No grupo de conversação, ficou claro que a negação da cooperação subjetiva ao processo produtivo exige a afirmação da subjetividade. Aqui, o trabalhador precisa saber representar, saber utilizar todas as suas habilidades para contornar situações que a princípio reprova. Uma situação bastante comum é aquela em que, submetido a participar das avaliações grupais, mesmo tendo resistência, participa ativamente valendo-se dos seus recursos de comunicação.

Contudo, há contradições, paradoxos, que demonstram a complexidade da nova forma de organizar o trabalho. Mesmo os trabalhadores que manifestam resistência ao que chamam de “jogo da empresa”, inúmeras vezes são atraídos por esse ‘jogo’ e acabam reforçando-o. Considerando-se que sempre mais a empresa promove a ativação e a valorização da individualidade, como recurso para o aumento da produtividade, transferindo para os trabalhadores responsabilidades antes coordenadas por supervisores, é comum a cobrança que os operários se auto-impõem e impõem aos colegas. Aceitam assim um dos princípios da cooperação subjetiva que são relações de intensa participação no controle do processo produtivo. Nessa perspectiva, os deslizes na célula de produção, como artimanhas para a redução no ritmo de trabalho, que redundam em intensificação de trabalho para os outros, são reprovados. O discurso de ‘equipe’, de ‘time’, apesar de ser criticado pelos trabalhadores, é praticado. É praticado naquilo que tem de pior, de cobrança coletiva sobre as performances individuais, assim como a disputa por ascensão profissional desperta rivalidades e práticas pouco solidárias. Nessa perspectiva, os trabalhadores, mesmo os que afirmam negar adesão à

lógica da cooperação subjetiva estimulada pela empresa, acabam reproduzindo exatamente o que a empresa deseja. No grupo de conversação, a metáfora de uma partida de futebol é utilizada como exemplo dessas situações paradoxais, ou seja, durante a partida, a rivalidade é considerada normal e sadia, mas terminada, restabelece-se a normalidade de companheirismo. Nas palavras de um trabalhador, dentro da fábrica a relação é uma, fora é outra. Essa constatação revela, que mesmo os que se consideram imunes ao discurso da empresa, acabam enredados por ele.

Há também situações que manifestam o exercício de determinada subjetividade que se contrapõe à lógica da empresa, afirma a resistência e a solidariedade entre os trabalhadores. No grupo de conversação, percebe-se que são inúmeros os acontecimentos que revelam uma negação do tipo de cooperação solicitada pela empresa. Nesses casos, a subjetividade colocada em exercício visa a defesa dos colegas, mesmo contrariando as normas da empresa. Os casos mais corriqueiros estão circunscritos à blindagem dos colegas de trabalho em função de erros cometidos na produção, e ao espírito de corpo assumido quando se flagram situações consideradas injustas.

Essa nova configuração do chão de fábrica, tendo como referência a mobilização da subjetividade promovida pelo capital, com todas as contradições expostas, permite a afirmação de que estamos embrionariamente assistindo à formação e manifestação de uma outra subjetividade. Cada vez mais o capital investe na vida, no *bios* produtivo em seu conjunto. É no conceito da biopolítica que se encontra uma chave de leitura para a compreensão desses aspectos subjetivos inovadores no indivíduo, na singularidade, enquanto sujeitos do trabalho, mas também no conjunto, no sujeito do trabalho.

3.7 – A subjetividade que se faz multidão

A riqueza que o trabalho imaterial cria é tomada, e é esta a fonte do seu antagonismo. Mas ele preserva a sua capacidade de produzir riqueza, e esta é a sua força. Nessa combinação de antagonismo e força repousa o germe de uma subjetividade revolucionária – Negri/Hardt.

O capital sempre esteve voltado para a produção, a reprodução e o controle da vida social. A sociedade industrial manifesta-se como sociedade da disciplina e do

biopoder. Às técnicas de disciplinamento no local de trabalho juntam-se tecnologias e dispositivos de poder que se encontram disseminadas nas instituições. Agora, a essência do capital produtivo da sociedade pós-industrial vale-se cada vez menos de um controle sobre os corpos e as vidas e, ao contrário, investe nas vidas e nos corpos como capacidades produtivas singulares. Investe não mais necessariamente para subordiná-los, adestrá-los e controlá-los, mas para ativar sua cooperação subjetiva. Desde sempre o corpo do trabalhador foi uma mercadoria. Nos *Grundrisse*, Marx escreve que

o valor de uso que o trabalhador há de oferecer [no intercâmbio com o capitalista] não se materializa em um produto, não existe fora dele, não existe realmente mais que caminho possível, isto é, como sua capacidade'. Vê-se o ponto decisivo: ali onde se vende algo que existe só como possibilidade, este algo não é separável da pessoa vivente do vendedor. O corpo vivo do trabalhador é o substrato daquela força de trabalho que, em si, não tem existência independente. A 'vida', o puro e simples *bios*, adquire uma importância específica enquanto tabernáculo da *dynamis*, da simples potência (VIRNO, 2002: 91).

Ao capital da sociedade industrial interessa, sobretudo, a mercadoria do corpo como potência produtiva naquilo que ele subsume de força física. Entretanto, ao capital da sociedade pós-industrial interessa a mercadoria do corpo não apenas como unidade biológica, mas como corporalidade social, ou seja, aquilo que ele reúne em si, como parte integrante de uma capacidade produtiva maior, que se reúne no *intelect generall* – o cérebro social. São o conhecimento, a competência lingüística, a cooperação singular que agregam valor ao processo produtivo. O valor do trabalho, na sociedade pós-industrial, apresenta-se de forma biopolítica, no sentido de que “viver e produzir tornaram-se uma só coisa, e o tempo de vida e o da produção se hibridaram sempre mais” (NEGRI, 2003: 263). Avançando nesse campo de análise, pode-se compreender “o trabalho não simplesmente do ponto de vista da atividade produtiva (e, portanto econômica), mas integrando-a com motivos afetivos, comunicacionais, vitais, em suma, ontológicos” (NEGRI, 2003: 224). O ponto central, segundo Negri, é definir a cooperação. Segundo ele, a cooperação lingüística, tal como diz Virno (2002), é o modelo da produção pós-moderna – modelo não só pelo fato de que as máquinas funcionam através de linguagens, mas também porque, através da linguagem, emergem formas sempre originais de cooperação entre os indivíduos: “Não, nos encontramos,

portanto, diante de indivíduos, mas diante de singularidades que cooperam” (NEGRI, 2003: 226).

Tendo presente o grupo de conversação, pode-se afirmar que, de fato, a forma de organizar a produção nas montadoras vale-se sempre e, cada vez mais, de uma cooperação singular, ou seja, é a singularidade subjetiva de cada um, naquilo que apresenta como qualidades pessoais – o conhecimento, a criatividade, a capacidade comunicante, inventividade –, que são demandadas no processo produtivo. Ao capital não interessa apenas o corpo do trabalhador como potência física, mas antes de tudo, interessa sua capacidade cognitiva e relacional. Essas características nem sempre são evidentes, mas estão presentes e são reconhecidas pelos trabalhadores. Tome-se como exemplo, a dinâmica imprimida através do trabalho em equipe. Numa primeira abordagem, poder-se-ia interpretar esse método de trabalho como mera continuidade dos procedimentos tayloristas-fordistas de organização do trabalho. Entretanto, o diferencial substancial encontra-se no fato de que a performance produtiva inclui parcela significativa que é acrescida pelos próprios trabalhadores. A produção apresenta-se cada vez mais como a sinergia da multiplicidade de singularidades, ou seja, é a contribuição de cada um, a partir de sua cooperação subjetiva, que permite o conjunto da produtividade. O acréscimo que cada um dá ao processo produtivo “representa a face qualificadora – valorativa – do processo laboral produtivo” (NEGRI, 2003: 256). O que se quer destacar aqui é que, no chão de fábrica das montadoras do capital pós-fordista, a forma de organizar a produção apresenta elementos que podem identificar um novo conteúdo à organização da classe, e esse conteúdo é o *comum*, isto é, a multiplicidade de atividades sempre mais cooperativas dentro do processo de produção: “O aspecto central do paradigma da produção imaterial que precisamos apreender é aqui a sua relação íntima com a cooperação, a colaboração e a comunicação – em suma, sua fundamentação no comum” (HARDT e NEGRI, 2005: 195). O comum seria então, aquilo que pode ser identificado em cada trabalhador, mas também no conjunto deles, aquilo que é partilhado,

na realidade, é menos descoberto do que produzido... Nossa comunicação, colaboração e cooperação não se baseiam apenas no comum, elas também produzem o comum, numa espiral expansiva de relações. Essa produção do comum tende atualmente a ser central a todas as formas de produção social, por mais acentuado que seja seu

caráter local, constituindo na realidade a característica básica das novas formas dominantes de trabalho. Em outras palavras, o próprio trabalho, através das transformações da economia, tende a criar redes de cooperação e comunicação e a funcionar dentro delas (HARDT, NEGRI, 2005: 13-14).

Os autores designam esse novo modelo dominante de produção como “produção biopolítica”, para enfatizar que não só envolve a produção de bens materiais em sentido estritamente econômico como também “afeta e produz todas as facetas da vida social, sejam econômicas, culturais ou políticas” (HARDT, NEGRI, 2005: 15). Considerando-se o grupo de conversação, o que pode ser identificado como o *comum*? Pensa-se que o comum é exatamente aquilo que já foi explorado anteriormente no âmbito do grupo de conversação, ou seja, é o conhecimento, a comunicação e a cooperação, recursos imateriais que constituem aquilo que é próprio a cada um e identificável no conjunto. Explicitando melhor: o processo produtivo da fábrica pós-fordista, com todas as contradições que encerra, vale-se de uma tendência de exploração das potencialidades singulares dos trabalhadores, a capacidade cognitiva, colaborativa e relacional é ativada na produção através de arranjos institucionais (reuniões, grupos de discussão, troca de informações) e arranjos produtivos (máquinas que demandam atualização e acréscimos nos *softwares*). Esses mecanismos de ativação das singularidades têm uma lógica, o aumento da produtividade. É nesse sentido que se pode falar que os trabalhadores são individualizados e o *plus* que cada um disponibiliza, somado aos dos outros, cria uma base comum produtiva. É esse *comum* que é explorado pelo capital, que se manifesta como “expropriação por parte do capital do excedente expressivo e da cooperação do trabalho vivo” (NEGRI, 2003: 256). Esse mesmo comum, entretanto, acionado pelo capital, pode ser a base de outra lógica: o comum não apenas fundamento do capital, mas como sustentáculo de um projeto de emancipação dos trabalhadores naquilo que diz respeito aos seus interesses. No grupo de conversação se considera essa possibilidade como algo plausível, na medida em que reconhecem que determinados nichos produtivos na fábrica são dependentes dos trabalhadores. Hoje, o comum é sobretudo apropriado pelo capital, mas ele pode se tornar a ponta de lança de ações coletivas por parte dos trabalhadores.

Defende-se aqui a idéia de que a forma de organizar o trabalho, na sociedade pós-industrial/pós-fordista, traz dentro de si o antagonismo que pode fundar as novas

lutas sociais. O trabalhador pós-fordista, ao entrar no processo de produção, não se apresenta apenas como possuidor de sua força de trabalho hetero-produzida – ou seja, capacidades predeterminadas impostas pelo empregador –, mas como um produto que continua, ele mesmo, a se produzir. A produção de capital é hoje em dia também produção da vida social. Na medida em que o capital instiga o trabalhador a disponibilizar todos os seus recursos (lingüísticos, de comunicação, de interação, de cooperação) com o objetivo de subordiná-los à sua lógica, tem-se também um processo inverso. Esses mesmos recursos servem aos trabalhadores para o seu crescimento pessoal e para o enriquecimento de suas relações sociais, logo, assim como servem ao capital, criam mecanismos de resistência a ele.

O aspecto central do paradigma da produção imaterial que precisamos apreender é aqui a sua relação íntima com a cooperação, a colaboração e a comunicação – em suma, sua fundamentação no comum. (...) No paradigma da produção imaterial o próprio trabalho tende a produzir diretamente os meios de interação, comunicação e cooperação para a produção. (...) Na produção imaterial a criação de cooperação tornou-se um elemento interno do trabalho, e portanto externo ao capital (HARDT e NEGRI, 2005: 195).

O *comum* é a base da *multidão*. É a multiplicidade de subjetividades que dá conteúdo à multidão: “A multidão é composta de um conjunto de singularidades – e com singularidades queremos nos referir aqui a um sujeito social cuja diferença não pode ser reduzida à uniformidade, uma diferença que se mantém diferente” (HARDT, NEGRI, 2005: 139). A multidão designa um sujeito social ativo, que age com base naquilo que as singularidades têm em comum, “é um sujeito social internamente diferente e múltiplo cuja constituição e ação não se baseiam na identidade ou unidade (nem muito menos na indiferença), mas naquilo que tem em comum” (HARDT, NEGRI, 2005: 140). Embora se mantenha múltipla e internamente diferente, a multidão é capaz de agir em comum. É nesse sentido que os autores defendem a idéia de que “a multidão é um conceito de classe” (HARDT, NEGRI, 2005: 143). Trabalhadores e capitalistas chocam-se na produção social, “porque os trabalhadores [a multidão] representam o comum [a cooperação], enquanto os capitalistas [o poder] representam as múltiplas – mas sempre ferozes – vias da apropriação privada” (NEGRI, 2003: 267).

A questão de fundo proposta por Negri (2003: 213) é “como transformar, portanto, êxodo e autovalorização do trabalho imaterial em uma nova luta de classe, em

desejo organizado de apropriação da riqueza social e de libertação da subjetividade?”. Segundo ele, Marx era ligado a uma fenomenologia manufatureira de trabalho industrial. Conseqüentemente, surgia uma concepção fundamental auto-administrativa do partido e ditadura social do proletariado e neste contexto, “a relação entre composição técnica do proletariado e, estratégia política chama-se ‘Comum’ ou ‘Partido Comunista’ – e são a ‘comuna’ ou o ‘Partido’ que realizam o reconhecimento do real e propõem uma plena circulação entre estratégia política (subversiva) e organização (biopolítica) das massas” (NEGRI 2003: 213). Nessa perspectiva, o partido é o motor de produção de subjetividade e se torna o instrumento na produção de subjetividade subversiva, incitando o sujeito coletivo. A formulação que propõe é:

qual é a produção de subjetividade para a tomada de poder, hoje, por parte do proletariado imaterial? Dito em outras palavras, o discurso pode ser assim formulado: se, hoje, o contexto da produção é constituído pela cooperação social do trabalho imaterial, e tudo isso chamamos *General Intellect* –, como será possível construir o corpo subversivo [biopolítico] do intelecto geral? (NEGRI, 2003: 213-214).

Em sua opinião, o sujeito revolucionário, hoje, deve basear-se em outro esquema: não se coloca mais como preliminar um eixo industrial e/ou de desenvolvimento da economia, “mas através daquela multidão na qual se configura a intelectualidade de massa [*general intellect*], irá propor o programa de uma cidade libertada na qual a indústria se dobre às urgências da vida, a sociedade se dobre à ciência, o trabalho se dobre à multidão. A decisão constituinte torna-se, aqui, democracia de uma multidão” (NEGRI, 2003: 220). Cabe destacar que, para Negri e Hardt (2001-2005), o conceito de multidão é amplo e não se restringe aos trabalhadores que estão no mercado formal de trabalho. Segundo eles, deve-se distinguir a multidão da classe operária. O conceito classe trabalhadora passou a ser usado como um conceito exclusivo, não apenas distinguindo os trabalhadores dos proprietários dos meios de produção – aqueles que não precisam trabalhar para se sustentar – mas também separando a classe operária dos outros que trabalham. Em sua utilização “mais estrita, o conceito é empregado para se referir apenas a trabalhadores industriais, distinguindo-os dos trabalhadores da agricultura, do setor de serviços e de outros setores; em seu sentido mais amplo, a expressão classe operária refere-se a todos os trabalhadores assalariados, diferenciando-os dos pobres que prestam serviços domésticos sem remuneração e de

todos os demais que não recebem salário” (HARDT, NEGRI, 2005: 13). Porém, o conceito de *multidão* repousa na tese de que entre as diferentes formas de trabalho, não existe uma prevalência política:

todas as formas de trabalho hoje em dia são socialmente produtivas, produzem em comum e também compartilham um potencial de resistir à dominação do capital. Podemos encarar essa realidade como uma igualdade de oportunidades de resistência. Isto não significa, queremos deixar bem claro, que o trabalho industrial ou a classe operária não sejam importantes, mas apenas que não detêm um privilégio político em relação às outras classes do trabalho no interior da *multidão*. Em contraste com as exclusões que caracterizam o conceito de classe operária, assim, a *multidão* é um conceito aberto e expansivo. A *multidão* confere ao conceito de proletariado sua definição mais ampla: todos aqueles que trabalham e produzem sob o domínio do capital (HARDT, NEGRI, 2005: 147-148)

O que se procurou fazer aqui foi identificar os elementos subjetivos que dão conteúdo ao conceito de *multidão*, a partir de uma referência específica, a de trabalhadores e trabalhadoras de montadoras. Acredita-se que, mesmo de forma embrionária, qualitativa e não quantitativa, o estudo do caso, com todos os seus limites, permite a identificação da composição de uma outra subjetividade que se produz sob as condições do trabalho imaterial. A pista para a compreensão dessa outra subjetividade faz-se a partir do conceito foucaultiano da biopolítica, ou seja, é cada vez mais na vida de cada indivíduo que devem ser procuradas as razões e os antagonismos da alienação e da subversão, da conformidade e da contestação sociais. A biopolítica é a subjetivação que está na base da *multidão*, que se forma e ganha consistência a partir da união da multiplicidade das singularidades postas em redes de relações.

CONCLUSÃO

Hoje precisamos de uma nova *Einleitung*³⁰, porque a essência do capitalismo está radicalmente modificada – *Negri*.

Os últimos anos do século XX imprimiram uma nova configuração à sociedade do trabalho. Assiste-se a mudanças profundas que alteram significativamente o modo produtivo e desorganizam o mundo do trabalho que se conhece. No epicentro do deslocamento, encontra-se a emergência da economia do imaterial e do trabalho imaterial. Essas características estão modificando o modo produtivo e, mais do que isso, a relação do trabalhador com o seu trabalho.

Defende-se a idéia de que já há elementos suficientes para a afirmação de que estamos transitando da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial. Há paradigmas, que por longos períodos, definem o modo de pensar, as estruturas de conhecimento, a conformação de categorias explicativas que auxiliam na compreensão de uma representação da sociedade. O prefixo ‘pós’ [pós-industrial] remete para o fato de que as categorias que organizam a representação do paradigma da sociedade industrial já não dão conta de interpretar a chegada de outro modelo, ou seja, está-se diante de fatos novos. Agora, no novo paradigma, tendo presente a hegemonia do trabalho imaterial, ao menos qualitativamente, muda-se a forma do sujeito do trabalho se relacionar com o mesmo e altera-se o padrão de exploração.

O capital investe sobre a vida do trabalhador, mobiliza-o em sua totalidade física e intelectual, exige, no processo produtivo, o aporte de recursos imateriais como o conhecimento, a comunicação e a cooperação. Por isso, fala-se que a produção imaterial é biopolítica, ou seja, é resultante de uma produção de si ou de uma produção da subjetividade, isto é, o trabalhador não se apresenta apenas como o possuidor de sua força de trabalho hetero-produzida, mas como um produto que continua, ele mesmo, a se produzir. O caráter da exploração também muda porque é, sobretudo, o intelecto, o saber operário, que se torna o excedente apropriado pelo capital – a expropriação não se dá mais pelo tempo de trabalho individual ou coletivo, e sim pela captura do valor que é

³⁰ - Referência ao texto de introdução dos *Grundrisse* (1857) em que Marx expõe o seu método de trabalho, no qual descreve que a teoria social deve ser modelada segundo os contornos da realidade social abordada.

produzido pelos recursos imateriais, o que se torna cada vez mais comum através de sua circulação no processo produtivo.

Porém, assim como o capital procura apropriar-se desse excedente, o mesmo pode ser a base da resistência do sujeito do trabalho. Os recursos imateriais que cada trabalhador possui e que são ativados pelo capital para o *plus* produtivo, é o *comum* que pode ser o conteúdo de um projeto coletivo renovado de resistência e luta social. É na imaterialidade do trabalho que se constitui cada vez mais o *intellect generall* – base do *comum*, e produtor de uma subjetividade que se recompõe não mais como classe, mas como *multidão*, ou seja, um sujeito social ativo, que age com base naquilo que as singularidades têm em comum. A subjetividade, enquanto aspiração de emancipação do sujeito do trabalho, que se manifesta como classe na sociedade industrial, é multidão na sociedade pós-industrial.

Acompanhou o desenvolvimento da tese e a verificação de sua procedência, o método denominado de grupo de conversação, ou seja, a permanente discussão com um grupo de trabalhadores de montadoras, para investigar, corroborar ou não, as hipóteses apresentadas. Pelo descoberto a partir do grupo, pode-se chegar à conclusão de que as idéias defendidas encontram justificativa e procedência como descrito no corpo da tese. Faz-se aqui uma observação: Os resultados obtidos no grupo não se opõem, necessariamente, àqueles que enxergam, na nova forma de organizar o trabalho, um novo estágio de exploração, em continuidade à sociedade industrial. O próprio texto aponta para a hibridação entre o fordismo e o pós-fordismo, e reconhece que, hegemonicamente, a forma de organizar-se a produção continua sendo orientada pelos princípios tayloristas/fordistas. Todos os aspectos da exploração do trabalho, contidos na sociedade industrial, continuam presentes e até mesmo pode-se afirmar que a intensificação no trabalho é superior ao período anterior. O texto não negligencia esses fatos, reconhece-os, também por se tratar da própria interpretação do grupo de conversação.

O que se procurou investigar, porém, junto ao grupo, foram os fatos, os acontecimentos, as realidades que se encontram no modo de organizar a produção, que pudessem ser manifestação de uma subjetividade de contestação ao núcleo central da exploração do capital, em sua configuração pós-industrial, que se encontra na apropriação dos recursos imateriais. A tese identifica, nessa produção biopolítica – de

um capital que investe na vida, no corpo físico e intelectual do trabalhador – as possibilidades de uma subjetividade que pode recolocar a luta social em outro patamar. A classe, no caso, transforma-se em multidão, porque a possibilidade de superação e oposição ao capital far-se-á cada vez mais pela capacidade dos trabalhadores tornarem comum – num projeto coletivo – os recursos imateriais que hoje são apropriados e/ou expropriados pelos donos do capital. Aqui reside um potencial enorme de alargamento de uma subjetividade emancipatória.

É recorrente na sociologia do trabalho uma interpretação que enxerga nas mudanças do capitalismo, em sua versão neoliberal, um recobrar da exploração que se aproxima daquela praticada logo após a Revolução Industrial. A pertinência dessa análise se encontra no fato de que se assiste a um ataque agressivo do capital ao trabalho que se manifesta no trinômio flexibilização, terceirização e precarização. Estar-se-ia diante de uma vingança do capital após a conquista do Estado de Bem-Estar Social. Livre das amarras da luta que se travou na arena pública, o capital retomou e deslocou o debate para a arena privada, ou seja, de agora em diante, é o mercado que define as regras do jogo. Nessa perspectiva, as relações de trabalho se fazem sempre e cada vez mais num processo de relações institucionais de individualização, na qual os atores do trabalho se vêem enfraquecidos, vide os sindicatos. Dessa forma, poder-se-ia interpretar que se assiste a uma involução das forças do trabalho, ou até mesmo que esta se tornou refém do capital e se encontra derrotada e sem forças de reação. O problema dessa análise reside no fato de que costumeiramente se utiliza as categorias da sociedade industrial como critério comparativo às lutas que se desenvolvem hoje, ou seja, desejar-se-ia uma retomada do movimento operário tendo como referência o que um dia ele já foi e não voltará a ser. A impossibilidade de que o sujeito do trabalho se manifeste em similitude ao que um dia ele já foi se deve ao fato de que a realidade do trabalho mudou radicalmente. Esse fato não significa absolutamente que ações coletivas deixarão de existir, e que as greves, as insurreições e os motins contra a exploração do capital, cessarão.

O que se defende nessa tese é que o processo de radical mudança verificado no modo produtivo em sua versão tecnológica e organizacional, somado à crescente individualização e singularização do sujeito do trabalho, exige uma nova *enleitung*, como afirma Negri (2003) numa referência a Marx. Interpretar o mundo do trabalho de

hoje com o “olhar” das categorias da sociedade industrial é insuficiente para se dar conta do novo. Dois séculos de Revolução Industrial possibilitaram que se compusesse uma subjetividade do sujeito do trabalho que desaguou na constituição da classe operária e em determinadas formas de luta. Agora, acredita-se que as mutações do capital levarão a classe a uma outra configuração e a um outro patamar de lutas, nem melhor, nem pior, apenas diferente. Defende-se que a classe assumirá a identidade de multidão compreendida com a junção das singularidades. O capital investe cada vez mais no indivíduo e não no coletivo, investe na crescente individualização do trabalho, explora as capacidades cognitivas de cada um, e o singular assume o caráter do diferencial nos ganhos de produtividade. Por isso se afirma que o capital investe na *bios* do trabalhador e, também por isso, se afirma que a resposta à dominação pode ser biopolítica – as mesmas capacidades ativadas pelo capital podem voltar-se contra ele. A possibilidade do singular, daquilo que é de cada trabalhador, somar-se à singularidade do outro trabalhador, está no *comum*. Há elementos da singularidade que são comum e o *the commun* é a argamassa da multidão, daquilo que um dia foi a classe. No sentido da revolta contra o capital, classe e multidão possuem o mesmo significado e não se opõem, ao contrário do que muitos pensam. A produção do comum, da potencialidade da multidão, pode ser encontrada numa subjetividade em metamorfose.

Procurar as premissas daquilo que constitui a identidade, a consciência e as potencialidades da ação coletiva dos trabalhadores no mundo do trabalho de hoje através das categorias da sociedade fordista leva a incorreções analíticas, como a interpretação de que se está diante de uma involução das forças do trabalho. Uma leitura aparente, superficial da realidade do trabalho remete a essa conclusão, porém, trata-se de desvelar os elementos que não estão na superfície, mas que se encontram adormecidos e que a qualquer momento podem vir à tona. O que se procurou demonstrar aqui é que a evolução das forças produtivas ao longo da história da humanidade e as ideologias subjacentes a distintos períodos históricos produziram no sujeito do trabalho uma subjetividade que se manifesta como assujeitamento, mas que ao mesmo tempo, contém elementos de resistência e emancipação. Nesse momento não é diferente, porém o que se quer destacar é que as lutas necessariamente não se farão e não se manifestarão da mesma forma. Reconhece-se as dificuldades dessa linha de raciocínio, ainda mais quando se tem como referência a pesquisa do sujeito do trabalho

de montadoras, empresas que estão com um pé na sociedade industrial e outro na sociedade pós-industrial. Assume-se que houve uma deliberada busca em identificar no grupo de conversação como recurso metodológico de pesquisa, os aspectos que dissessem respeito ao caráter da imaterialidade do trabalho e aos substratos de uma subjetividade do trabalhador distinta do período anterior e em ousar determinadas interpretações. Em síntese, essa pesquisa é um modesto esforço que se soma ao de outros pesquisadores dispersos em vários centros de pesquisa vinculados a instituições universitárias e/ou outras organizações, em distintos lugares, que procura olhar os fatos novos que estão acontecendo na realidade do trabalho, mesmo que não sejam tão evidentes e perceptíveis.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni Alves. **O Novo (e precário) Mundo do Trabalho**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2000.

ARAÚJO, Silvia Maria de. Ação coletiva: equívocos interpretativos. **INTERTHESIS**, Revista Internacional Interdisciplinar INTER thesis, Florianópolis, vol. 3, n. 1, p. 1-8, jan.-jun. 2006. (Acesso: www.interthesis.cfh.ufsc.br).

_____ (org). **Trabalho e capital em trânsito**. A indústria automobilística no Brasil. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10. ed. São Paulo: Ed. Forense Universitária, 2002.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

COCCO, Giuseppe. Já saímos da sociedade salarial. **IHU ON-LINE**, São Leopoldo, ano VII, n. 216, 2007, p. 23-29.

_____. Introdução. In: LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial**. DP&A editora: Rio de Janeiro, 2001.

COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo; (Orgs). **Capitalismo cognitivo**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso**. Rio de Janeiro: Edit. da UFRJ/Revan, 1994.

CORSANI, Antonella. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (Orgs). **Capitalismo cognitivo**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003, p. 15-32.

COSTA, Hermisten Maia Pereira da. A Reforma e o Trabalho. **Revista Proposta**, São Paulo, p. 4-6, 1999.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Coleção Pensadores – Abril Cultural, 1983.

FLEURY, Afonso Carlos; VARGAS, Nilton (Orgs.). **Organização do Trabalho**, São Paulo: Ed. Atlas, 1993.

FORD, Henry. **Os princípios da prosperidade: minha vida e minha obra**, São Paulo: Ed. Freitas Bastos, 1964.

- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 24^a ed., Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- _____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____. **A ordem do discurso**. 15 ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- GOFF, Jacques Le. **A Bolsa e a vida**. A usura na Idade Média. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.
- GORZ, André. **O imaterial**. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. **Misérias do Presente, riqueza do possível**. São Paulo: Annablume, 2004.
- _____. **Metamorfoses do Trabalho. Crítica da Razão Econômica**: Annablume, 2003.
- GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- GUYADER, Alain Le. Claude-Henri de Saint-Simon: nascimento do intelectual orgânico da sociedade industrial. In: MERCURE, D.; SPURK, J. (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005, p. 137-166.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere – v.4**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa II: crítica de la razón funcionalista**. Madrid: Taurus, 1999.
- HELOANI, Roberto. **Organização do Trabalho e Administração**, 3^o Ed., São Paulo: Ed. Cortez, 2000.
- HIRATA, Helena. **Sobre o ‘modelo’ japonês**. São Paulo: EDUSP, 1993.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. São Paulo: Viramundo, 2003.
- JAPPE, Anselm. **As Aventuras da mercadoria**. Lisboa: Antígona, 2006.
- JOLLIVET, Pascal. NTCI e trabalho cooperativo reticular: do conhecimento socialmente incorporado à inovação sociotécnica. In: GALVÃO, Alexander Patez;

SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (Orgs). **Capitalismo cognitivo**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003, p. 83-107.

KATZ, Cláudio., BRAGA., Ruy, COGGIOLA, Osvaldo. **Novas Tecnologias**, São Paulo: Xamã Editora, 1995.

LANGER, André. **Pelo Êxodo da Sociedade Salarial. A Evolução do Conceito de Trabalho em André Gorz**. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2003.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial**. DP&A Editora: Rio de Janeiro, 2001.

LEITE, Márcia Paula. **O Futuro do Trabalho**. São Paulo: Ed. Scritta, 1994.

LINHART, Daniele. **A desmedida do capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

_____. As empresas e o engajamento total dos empregados. **IHU ON-LINE**, São Leopoldo, ano 5, n. 177, 2006.

LOJKINE, Jean. **A Revolução Informacional**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza Martins. Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e Pesquisa. In **Educação e pesquisa**: São Paulo, v. 30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MARX, Karl. **O Capital** - vol. I, 3ª ed., São Paulo, Nova Cultura, 1985a.

_____. **O Capital** - vol. II, 3ª ed., São Paulo, Nova Cultura, 1985a.

_____. **O Capital** - vol. III, São Paulo, Abril Cultural, 1983.

_____. **A Miséria da filosofia**. São Paulo, Coleção Bases: Global Editora, 1985b.

_____. **Manuscritos Econômico Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MARX. Roberto. **Trabalho em grupos e autonomia como instrumentos**. São Paulo: Ed. Atlas, 1998.

MASI. Domenico. **Desenvolvimento sem trabalho**. São Paulo: Editora Esfera, 1994.

MÉDA, Dominique. **Le travail: une valeur en voie de disparition**. Paris: Aubier, 1995.

MERCURE, D.; SPURK, J. (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005.

MINAYO. Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 3º Ed., São Paulo, Editora Hucitec, 1999.

MONOD, Jean-Claude. A secularização da secularização. Possibilidades e limites da autonomia. In: **Simpósio Internacional O futuro da autonomia. Uma sociedade de indivíduos?**: Instituto Humanitas Unisinos (IHU), São Leopoldo, 21-24/05/2007. Texto fotocopiado.

MOULIER-BOUTANG, Yann. O território e as políticas de controle do trabalho no capitalismo cognitivo. In: GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (Orgs.). **Capitalismo cognitivo**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, p. 33-61.

_____. A bioprodução. O capitalismo cognitivo produz conhecimento por meio de conhecimento e vida por meio de vida. **IHU ON-LINE**, São Leopoldo, ano VII, n. 216, 2007, p. 13-15.

MÜLLER, Hans-Peter. Trabalho, profissão e “vocação” – O conceito de trabalho em Max Weber. In: MERCURE, D.; SPURK, J. (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005, p. 234-274.

NEGRI, Antonio. **Cinco lições sobre Império**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

_____. (2007). Une contribution sur Foucault. Disponível: <http://seminaire.samizdat.net/Une-contribution-sur-Foucault.html> Acessado em: 04-04-2008.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Império**. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2001.

_____. **Multidão**. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2005.

NOVICK, Marta; BARTOLOMÉ, Mara; BUCETA, Mariana; MIRAVALLÉS, Martina; GONZÁLES, Cecilia Senén. **Nuevos puestos de trabajo y competencias laborales**. Montevideo: Cinterfor, 1998.

POLANYI, Karl **A grande transformação**. As origens da nossa época. São Paulo: Ed. Campus, 2000.

REVEL, Judith. Uma subjetividade que jamais cessa de inventar-se a si própria. In: Michel Foucault – 80 anos. **IHU ON-LINE**, São Leopoldo, ano VI, n. 203, 2006, p.20-27.

REY, Fernando González. **Epistemologia qualitativa y subjetividad**. São Paulo: Educ, 1997.

RIFKIN, Jeremy. **A era do acesso**. São Paulo: Makron Books, 2001.

_____. **O Fim dos Empregos**. O Declínio Inevitável dos Empregos e a Redução da Força Global de Trabalho, São Paulo: Ed. Makron Books, 1996.

ROMERO, Daniel. **Marx e a técnica**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ROSA, Maria Inês. **Trabalho, Subjetividade e Poder**. São Paulo: Edusp, 1994.

ROSDOLSKI, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

RULLANI, Enzo; ROMANO, Luca. **Il postfordismo**. Milão: Etaslibri, 1998.

RULLANI, Enzo. *Dal fordismo realizzato ao postfordismo possibile: la difficile transizione*. In: RULLANI, Enzo; ROMANO, Luca. **Il postfordismo**. Milão: Etaslibri, 1998, p. 02-80.

SALAMITO, Jean-Marie. Trabalho e trabalhadores na obra de Santo Agostinho. In: MERCURE, D.; SPURK, J. (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005, p. 37-64.

SALERNO, Mario Sergio. **Projeto de Organizações Integradas e Flexíveis**. São Paulo: Ed. Atlas, 1999.

SANSON, Cesar. **O Feitiço da Organização. Novas Relações de Trabalho. Um estudo de caso**. Tese (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2002.

_____. Características da Sociedade Industrial *versus* Sociedade Pós-Industrial (Quadro comparativo). In: **Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2009.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter**. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. São Paulo: Ed. Record, 1999.

_____. **A cultura do novo capitalismo**. São Paulo - Rio de Janeiro: Record, 2006.

SESSI, *L'Immatériel, au coeur de la stratégie des entreprises, Le-i pages des statistiques industrielles*, n. 217, maio 2006.

SMITH, Adam. **Riqueza das Nações**. Curitiba: Hemus, 2001.

SPURK, Jan. A noção de trabalho em Karl Marx. In: MERCURE, D.; SPURK, J. (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005, p. 189-212.

TENÓRIO, Fernando. **Flexibilização Organizacional**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. 6º Ed., Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Um novo paradigma**. Petrópolis: Vozes, 2005.

VERCELLONE, Carlo. *Um panorama sobre a nova divisão cognitiva do trabalho*. **IHU ON-LINE**, São Leopoldo, ano IV, n. 161, 2005, p.17-21.

_____. É na reversão das relações de saber e poder que se encontra o principal fator da passagem industrial ao capitalismo cognitivo. **IHU ON-LINE**, São Leopoldo, ano VII, n. 216, 2007, p.17-21.

VIRNO, Paolo. **Grammaire de la multitude**. Québec: Conjectures & l'éclat, 2002.

_____. **Virtuosismo e revolução**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2008.

_____. O cérebro social como interação direta entre sujeitos de carne e osso. **IHU ON-LINE**, São Leopoldo, 2005, ano IV, n. 161, p. 4-10.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.

WILLAIME, Jean-Paul. As reformas e a valorização religiosa do trabalho. In: MERCURE, D.; SPURK, J. (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005, p. 63-87.

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo Competência**. Por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.